O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Sexta-feira 10 de FEVEREIRO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47232
estadão.com.br

INÊS249

E&N Reforço ao caixa do governo __ B1 e B2

Empresas projetam perdas bilionárias após decisão do STF

__ Revisão de sentenças sobre tributos traz insegurança jurídica

Surpreendidas pela decisão do STF, empresas fazem as contas sobre possíveis perdas caso sentenças consideradas definitivas a favor das companhias em temas tributários sejam revistas. Pelo que decidiu anteontem a Corte, a União poderá cobrar, retroativamente, o imposto não pago em caso de revisão de sentenças. O julgamento discutiu a manutenção de sentenças que livraram várias empresas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Só nesse caso, advogados afirmam que a mudança terá impacto em pelo menos 30 grandes grupos, entre eles Embraer, Pão de Açúcar (GPA), BMG e Banco de Brasília (BRB). Por alterar julgamentos definitivos, o tema está sendo visto como fonte de insegurança jurídica.

R$ 1,16 bilhão
por ano seria o impacto estimado no caixa da Embraer, com base no último balanço da empresa

Notas e Informações __ A3

Caso no STF resume mazelas nacionais

Decisão sobre eficácia da coisa julgada explicita a necessidade de um novo sistema tributário e de um Judiciário menos lento e imprevisível.

Emendas parlamentares __ A6

Acerto de Lira com o governo reserva R$ 3 bi aos 219 novos deputados

Acordo é uma forma de atender deputados que, por lei, não teriam direito a emendas parlamentares neste ano. Cada um poderá destinar R$ 13 milhões para suas bases.

"Se o governo estivesse forte, poderia não dar para os novos"
Dep. Jilmar Tatto (PT-SP)

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Os últimos capítulos de um cinema tradicional na cidade

Exibição do filme *A Última Floresta*, na próxima quinta-feira, marcará a despedida do Espaço Itaú de Cinema Anexo, na Rua Augusta. Imóvel deve ser demolido para dar lugar a um prédio. Também o Café Fellini (*foto*), próximo da bilheteria, será desativado. __ C1

Segurança __ A14

Policiamento no carnaval de rua de SP terá drones e agentes a paisana

Foliões passarão por revista para desfilar nos 35 megablocos da cidade a partir deste fim de semana.

E&N **Empresa em crise** __ B16

Sicupira dava ordens até no dia a dia da Americanas, dizem subordinados

Dos três maiores acionistas da varejista, Carlos Alberto Sicupira era o mais presente, afirmam empregados.

Nicarágua __ A13

Após negociação, Ortega manda 200 presos políticos em voo para os EUA

Entre os opositores libertados pelo regime, estão presidenciáveis que perderam a nacionalidade.

Burt Bacharach 1928-2023 __ C8

O gênio dos sucessos inesquecíveis

Elvis, Beatles e Sinatra foram alguns dos "fregueses" do compositor Burt Bacharach, que morreu aos 94 anos.

HUYNH / AP - 9/7/1979

Já pode sair de casa __ A9
Justiça revoga prisão domiciliar de Sérgio Cabral

Mais de 21 mil mortos __ A11
Sobreviventes de terremoto passam frio, fome e sede

Educação __ A17
Prova do Enem mudará em 2024, diz presidente do Inep

A Fundo __ C6 e C7

O peso da proteção paterna excessiva na expectativa de vida feminina

Restrição à autonomia das mulheres até a adolescência aumenta em 22% o risco de a morte ocorrer antes.

Coluna do Estadão __ A2
Governo faz mobilização por reforma tributária

Eliane Cantanhêde __ A8
Lula e Biden, diferenças e convergências

Celso Ming __ B2
Nova matriz desenvolvimentista

Tempo em SP
18° Mín. 29° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Governo começa a mobilizar prefeitos e governadores por reforma tributária

O governo Lula começou a mobilizar governadores e prefeitos para a reforma tributária. Em reunião nesta semana, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) enfatizou aos governadores que as mudanças serão aplicadas em um longo período de transição, de 50 anos, sem perdas para os atuais mandatários. O ex-prefeito de Campinas Jonas Donizette (PSB-SP), que liderou a Frente Nacional dos Prefeitos, foi escalado para abrir diálogo com gestores municipais. Hoje vice-líder do governo na Câmara, ele tem a missão de engajar os prefeitos. Eles são refratários à reforma, uma vez que, dos 25% da carga tributária do novo imposto único a ser criado sobre o consumo, os municípios teriam direito a apenas 2%.

● **FARPAS.** A fatia diminuta levou o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), a alfinetar Bernard Appy. O secretário disse que os prefeitos terão de aceitar a divisão. Numa rede social, Paes escreveu: "Nada pode ser pior do que um 'técnico' autoritário". Donizette concorda que o porcentual é baixo e vê chance de o governo aumentá-lo. "Fernando Haddad já foi prefeito e entende a questão municipalista", disse.

● **VIA.** Para governistas, o alinhamento com prefeitos e governadores é importante para tentar levar a reforma para votação diretamente ao plenário da Câmara.

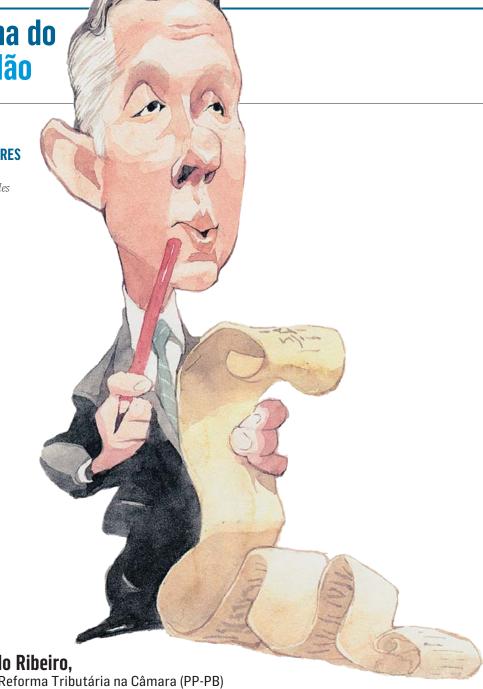
● **LEMBRA?** O relator **Aguinaldo Ribeiro** (PP-PB) deseja aproveitar os textos que já tramitam na Câmara e no Senado para fazer um substitutivo em acordo com o novo governo. A estratégia busca elevar a aceitação no Congresso – dois terços dos senadores permanecem os mesmos, assim como 50% dos deputados.

● **MEIO.** Fernando Haddad deve levar nos próximos dias a Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e a Arthur Lira (PP-AL) proposta que prevê alterações na MP do Carf. A minuta foi debatida com a OAB e é tratada como "solução intermediária". A ideia é devolver o voto de qualidade à Receita, como deseja o governo, dando compensações em juros e multas para as empresas perdedoras.

● **DIÁRIO.** Hoje crítica de Roberto Campos Neto, Gleisi Hoffmann fez elogios ao chefe do BC em abril do ano passado. Em jantar com empresários, ao lado de Gabriel Galípolo, número 2 de Haddad, ela disse que Lula iria conviver normalmente com Campos Neto e que o manteria no cargo até o fim do mandato, em 2024.

● **NINHO.** A bancada paulista escolheu Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP) para coordenar o grupo, formado por 70 deputados e três senadores. Apesar de ser do PL, ele recebeu apoio de petistas.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Aguinaldo Ribeiro,
relator da Reforma Tributária na Câmara (PP-PB)

● **TROCA.** Depois de Eduardo Girão (Novo-CE), os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN) e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) estão em tratativas para mudar para o Partido Novo. Eles vislumbram formar uma bancada que trate da pauta anticorrupção.

● **TIROTEIO.** O PSB vai acionar o deputado Gilson Cardoso Fahur (PSD-PR) no Conselho de Ética da Câmara por ameaça ao ministro Flávio Dino. Nesta quinta (9), Fahur criticou a política de desarmamento do governo: "Flávio Dino, vem buscar a minha arma aqui, seu merda".

PRONTO, FALEI!

Zeca Dirceu (PT-PR)
Líder do PT na Câmara

"Nem Lula, nem nós queremos rever a autonomia do BC. Quando o Lula governou por oito anos, mesmo sem a imposição legal, o BC teve autonomia."

CLICK

REPRODUÇÃO

Marcelo Freixo
Presidente da Embratur

Em visita à sede da Latam, tomou aulas com o CEO da companhia, Jerome Cadier, sobre como acionar a saída de emergência de aeronaves.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Caso no STF resume mazelas nacionais

Decisão do Supremo sobre eficácia da coisa julgada explicita a urgente necessidade de um novo sistema tributário, simples e funcional, e de um Judiciário menos lento e menos imprevisível

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a eficácia da coisa julgada em matéria tributária traz problemas sérios. Empresas que recorreram ao Judiciário com boa-fé e obtiveram suas decisões definitivas favoráveis terão seus direitos perdidos por força de um posterior posicionamento do Judiciário em processo com repercussão geral. Aquilo que parecia definitivo – que a própria Justiça tinha dito que era definitivo – já não é tão definitivo assim. Sempre estará sujeito a uma nova avaliação do Supremo. A sensação é de perplexidade. Há ainda alguma segurança jurídica?

Ao mesmo tempo, é de reconhecer que, caso o Supremo desse uma decisão em sentido oposto, autorizando a prevalência da coisa julgada em ação individual sobre a orientação em processo com repercussão geral, outros sérios problemas seriam criados. Haveria duas classes de contribuintes: a dos que têm de se submeter ao regime geral (e precisam pagar seus impostos) e a dos que conseguiram um regime especial pela via judicial (e não precisam pagar impostos que todos os outros têm de pagar). A decisão desrespeitaria o princípio fundamental da igualdade de todos perante a lei. Além disso, essa diferenciação seria profundamente disfuncional, ao criar um fortíssimo estímulo à judicialização das questões tributárias.

Não havia solução fácil. No entanto, mais do que uma disputa entre argumentos favoráveis e contrários, a decisão do STF sobre a coisa julgada suscita outra série de questões. De forma muito viva, ela explicita o caráter absolutamente insustentável da situação dos tributos no País.

É preciso ter, com urgência, um sistema tributário mais simples e funcional, que não gere tantas dúvidas, tantas áreas cinzentas, tantas possibilidades de interpretação. O atual regime é ruim para todos, exceto talvez para quem vive da judicialização das questões tributárias. A responsabilidade por prover um novo sistema tributário é da sociedade e, de forma muito concreta, do Congresso e do Palácio do Planalto.

A revolta suscitada pela decisão do Supremo deve ser estímulo para que a sociedade civil exija do Legislativo e do Executivo federal a aprovação urgente de uma reforma tributária séria, simples e clara. Esse é o caminho para que o Judiciário não precise ser tão acionado – para que se torne contraproducente acioná-lo – e, assim, ele tenha, na prática, menos poder sobre os tributos. Mas para isso o Congresso precisa trabalhar.

A decisão do STF desvela também a incrível disfuncionalidade do sistema de Justiça: lento, caro e arbitrário. Ao privilegiar a eficácia dos processos com repercussão geral, o STF explicita um velho problema da Justiça brasileira. Com enorme frequência, os juízes e tribunais não seguem a jurisprudência e as orientações dos tribunais superiores. Muitas vezes, a independência dos magistrados é entendida como sinônimo de autonomia absoluta. Cada vara seria um feudo. A decisão do STF é um chamado, sob pena de colapso do sistema, para uma aplicação do Direito mais uniforme, menos randômica, mais fundamentada. É dessa insegurança que os contribuintes, com toda a razão, se queixam. A Justiça não pode ser uma loteria.

A decisão do STF é também alerta para os próprios ministros da Corte. Se as ações com repercussão geral têm tanta força, prevalecendo até mesmo sobre decisões transitadas em julgado, é preciso prover um novo patamar de estabilidade à jurisprudência. Não é possível mudar tanto e com tanta velocidade. O exemplo de respeito pelas decisões do Supremo deve começar no próprio tribunal, também por uma compreensão mais institucional da colegialidade.

O recente julgamento do Supremo joga luzes sobre a demora da prestação jurisdicional. Ela é tão drástica, com efeitos tão perversos sobre muitas empresas, não porque seus fundamentos estejam equivocados, mas porque a Justiça demora muito.

Com sua decisão, o STF exige, com razão, o respeito de todos às suas orientações. Que ele e toda a Justiça respeitem o cidadão, sem tantos atrasos e tanta imprevisibilidade. ●

É preciso aperfeiçoar o MEI

Estudo do FGV Ibre aponta distorções e falta de foco no programa criado para promover a inclusão previdenciária de trabalhadores que atuam na informalidade

Políticas públicas bem-intencionadas podem gerar distorções e consumir recursos que seriam mais eficazes na redução de desigualdades se fossem aplicados de forma diferente. De fato, fazer o dinheiro do Orçamento chegar a quem mais precisa não é nada fácil – e o Brasil, infelizmente, coleciona exemplos de boas ideias que acabam produzindo efeitos inversos aos desejados. Um novo estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) joga luz sobre a necessidade de aperfeiçoamentos no regime do Microempreendedor Individual (MEI), tema que merece atenção do governo e do Congresso.

Criado em 2008, o MEI foi concebido para induzir a formalização de trabalhadores autônomos de baixa renda, viabilizando a sua inclusão previdenciária e incentivando o microempreendedorismo. Mas o que deveria ser uma iniciativa focalizada nas parcelas mais vulneráveis dos empreendedores informais tem servido também a trabalhadores com perfil de escolaridade e renda superior ao de quem tem emprego formal. Eis o que indica a pesquisa realizada pelos economistas Fernando Veloso e Fernando de Holanda Barbosa Filho, que se valeram de um modelo estatístico para superar a falta de dados socioeconômicos detalhados nos registros do governo.

As estimativas, referentes ao segundo trimestre de 2022, apontam para uma realidade distinta daquela que inspirou a criação do MEI: enquanto 31,3% dos microempreendedores individuais tinham ensino superior completo, esse índice era de 15,7% entre o conjunto de trabalhadores por conta própria, de 12,7% entre empregados sem carteira assinada e de 22,4% entre quem tinha carteira assinada. No quesito renda, repetiu-se padrão semelhante, com 56,4% dos microempreendedores individuais ganhando acima de dois salários mínimos por mês, ante 32,1% dos trabalhadores formais, 27,6% do total de trabalhadores por conta própria e 15,6% dos empregados sem carteira. Resta evidente que o perfil socioeconômico de quem era MEI superava o de outros trabalhadores informais. Uma distorção.

Vale notar que o regime de MEI depende de subsídios para existir, pois a contribuição cobrada dos microempreendedores individuais é insuficiente para cobrir os benefícios que o regime oferece: aposentadoria no valor de um salário mínimo, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade, entre outros. A conta só fecha com recursos adicionais.

Em artigo publicado na revista *Conjuntura Econômica*, o pesquisador Luiz Guilherme Schymura, do FGV Ibre, lembrou que o número de participantes do MEI saltou de 44,2 mil, em 2009, para 14,8 milhões no ano passado. À medida que essas pessoas se aposentarem, o subsídio deverá aumentar. Sem falar que mais da metade dos filiados é inadimplente, fazendo crescer a necessidade de aportes cada vez maiores. Schymura criticou as regras atuais: "Trata-se de um subsídio maciço e um grande custo fiscal que se joga para as próximas gerações, em relação a um programa que tem todos os indícios de focalizar muito mal o seu público pretendido."

A preocupação com a falta de foco do MEI também foi explicitada pelos especialistas em previdência Rogério Nagamine Costanzi e Otávio Sidone, em capítulo do livro *Para não esquecer: políticas públicas que empobrecem o Brasil*, organizado por Marcos Mendes. A despeito das boas intenções e de avanços viabilizados pelo MEI, eles observaram que somente 16% dos participantes estavam entre os 50% mais pobres do País. Alertaram ainda para outro problema: a indesejável migração de contribuintes regulares da Previdência atraídos pelas condições mais favoráveis do regime para microempreendedores individuais, algo que vai na contramão da proposta de inclusão previdenciária, além de afetar negativamente as contas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Um princípio elementar de qualquer política pública é basear-se em evidências, e elas estão à vista de todos: há motivos de sobra para rever e aperfeiçoar o MEI, se o objetivo é realmente ajudar os que mais precisam. ●

ESPAÇO ABERTO

O futuro das Forças Armadas

Simon Schwartzman

A tentativa frustrada de Jair Bolsonaro de jogar as "suas" Forças Armadas na aventura de um golpe não deu certo, detida que foi pela atuação firme do Judiciário e pelo profissionalismo dos principais comandantes, mas serviu para recolocar na agenda a questão do papel dos militares na sociedade brasileira. O governo Lula procurou reagir aplacando os militares, oferecendo apoio a seus projetos de modernização e reunindo os comandantes com empresários, acenando com o ressurgimento da fracassada indústria nacional de armamentos, tentada pelo regime militar na década de 70. Quem sabe, assim, eles deixariam a política de lado e ficariam tranquilos em suas casernas?

É preciso ir mais a fundo, e nas últimas semanas muitas ideias e propostas têm circulado sobre como repensar o papel das Forças Armadas, em substituição à antiga doutrina de segurança nacional, que imperou durante a guerra fria e que se tornou obsoleta com o fim do regime militar, em 1985, e a dissolução da União Soviética, em 1991.

Essa doutrina sempre teve duas caras. Uma, o princípio reiterado de que a "função precípua" das Forças Armadas seria a defesa do País contra eventuais inimigos externos numa guerra convencional, que, fora a Guerra do Paraguai e o contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra, nunca se materializou. A outra, a atuação em questões internas, como a construção das redes de telégrafos dos tempos de Rondon, a presença na região amazônica e nas áreas de fronteira e a doutrina de segurança nacional, justificando os governos militares após 1964.

Também fizeram parte desta doutrina vários projetos militares de desenvolvimento tecnológico, incluindo o programa nuclear do almirante Álvaro Alberto, nos anos 50, o projeto de submarino nuclear da Marinha, o Centro Tecnológico da Aeronáutica em São José dos Campos e as empresas de indústria bélica – Engesa, Avibras e Embraer. Destes, o único claramente bem-sucedido foi a Embraer, que se transformou numa multinacional privada de natureza predominantemente civil.

> *Questão da intervenção dos militares na política é o passado. O futuro é a contribuição que as Forças, renovadas, podem e precisam dar ao País*

As Forças Armadas brasileiras consomem anualmente cerca de 1,6% do produto interno bruto (PIB), R$ 115 bilhões, 80% dos quais para pagamento de pessoal, um contingente de cerca de 350 mil pessoas na ativa, e existem propostas para aumentar esses gastos ainda mais. Quanto desta antiga doutrina ainda é válido e quanto precisaria ser modificado, em razão do novo cenário da política internacional, das revoluções havidas na tecnologia militar e civil e da consolidação da democracia brasileira?

A doutrina oficial está consubstanciada em três documentos encaminhados pelo Ministério da Defesa ao Congresso Nacional em 2020, a *Política Nacional de Defesa*, a *Estratégia Nacional de Defesa* e o *Livro Branco de Defesa Nacional*. Documentos como estes deveriam ser periodicamente revistos e aprovados pelo Congresso, mas, na prática, eles não têm sido discutidos nem chegam à opinião pública.

Lendo esses documentos, nota-se a ênfase em três prioridades estratégicas de cunho tecnológico: a nuclear, a espacial e a cibernética. Felizmente, o Brasil renunciou há décadas à pretensão de desenvolver armas nucleares, e o projeto do submarino nuclear, que se arrasta há mais de 30 anos, corre o risco de resultar em equipamentos que já nascem tão obsoletos quanto nossos porta-aviões. O programa espacial sofreu um golpe terrível com a tragédia de Alcântara de 2003, e desde então as tecnologias espaciais evoluíram enormemente, ficando cada vez mais longe de nosso alcance. A área de segurança cibernética é cada vez mais crucial para garantir o funcionamento da sociedade brasileira em todos os aspectos, e exigiria, para ser bem-sucedida, uma concentração de investimentos e recursos humanos que estamos longe de fazer.

Parece claro, olhando este conjunto, que uma política atualizada de segurança nacional deveria se concentrar em alguns temas e áreas críticas de natureza local, como a proteção das fronteiras, da costa e da região amazônica, do meio ambiente e dos recursos nacionais. É preciso evoluir para um contingente muito menor, tecnicamente qualificado e apoiado por equipamento tático, com capacidade de deslocamento e intervenção rápida, e não em equipamentos mais pesados e típicos de guerras convencionais passadas. O serviço militar obrigatório, que já não funciona, precisa ser substituído por um contingente mais profissional e mais aberto a especialistas de formação civil. Para a defesa estratégica contra eventuais inimigos externos, não temos como agir sozinhos e precisamos participar de alianças e instituições que contribuam para a defesa dos regimes democráticos, da estabilidade política e da cooperação internacional, nas esferas econômicas, ambientais e de manutenção da paz. Para o desenvolvimento de nossa tecnologia, precisamos de uma economia aberta e de fortes parcerias entre instituições militares e civis, públicas e privadas.

A questão da intervenção dos militares na política é o passado. O futuro é a contribuição que as Forças Armadas, renovadas, podem e precisam dar ao País. ●

SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Cruzada contra o BC

Escalação

Lula precisa sempre ter alguém como inimigo para chamar de seu, e agora arrumou o presidente do Banco Central (BC). Além de não descer do palanque, Lula escalou Alckmin, Haddad e Simone Tebet para bater em Roberto Campos Neto. Para o petista, quem não for seu indicado não serve. Este é o mal que hoje aflige o País: cada vez que o mandatário exerce sua egolatria e sua vaidade, quem sofre é o brasileiro mais pobre, que ele diz defender – porque o rico não precisa de ajuda. O mandato de Campos Neto vai até 2024, depois Lula certamente indicará um seu desempregado. Basta aguardar um pouco.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com
São Paulo

A mão do presidente

Lula sabe que não pode mexer com o Banco Central (por lei), assim lhe parece fácil criticar o mandatário da instituição. Mas Lula já nomeou todos os seus ministros e presidentes de autarquias e estatais, notadamente Economia, Minas e Energia e Petrobras. Lula pode (por lei) mexer na política de preços dos combustíveis no momento que quiser. Qual o motivo, então, de até o momento não ter feito nada nessa direção, que ele tanto criticou antes das eleições? Será que ainda não encontrou a fórmula mágica? Ou será que é fácil criticar, mas difícil de fazer?

Odair de Carvalho
pops-smith@hotmail.com
Santana de Parnaíba

Irresponsabilidade

Gleisi Hoffmann disse que "o fato de o presidente do Banco Central ter mandato não dá a ele autorização para a irresponsabilidade". Faria muito mais sentido se tirasse da frase o trecho "do Banco Central".

Ely Weinstein
elyw@terra.com.br
São Paulo

A vez do BC

Jair Bolsonaro encontrou em sua briga com o STF motivo para não governar. Lula parece fadado a substituir o STF pelo Banco Central. Vamos ver no que tudo isso vai dar.

Nestor Rodrigues Pereira Filho
nestor.filho43@gmail.com
São Paulo

Inteligência artificial

Nossos presidentes têm sido tão ruins que até um computador governaria melhor.

Valdemar W. Setzer
setzerv@gmail.com
São Paulo

O inferno são os outros

O rebanho de bodes expiatórios do PT (**Estado**, 9/2, A3) é um dos melhores editoriais que já li. Uma verdade que nem toda mídia consegue descrever. Não entendo por que até hoje o PT não assumiu seus erros nem puniu seus membros envolvidos em esquemas de corrupção, ao contrário, eles são acolhidos como se fossem vítimas. O Brasil precisa de novos líderes, com coragem de assumir seus erros. Chega de políticos de carreira e covardes.

Luiz Antonio Solino
luiz.solino@outlook.com
Cuiabá

Reforma tributária

O ótimo, o bom e o possível

O artigo *A reforma tributária possível* (**Estado**, 9/2, A4), de José Serra, indica a opção mais viável e sensata sobre a reforma tributária, como costuma ocorrer com suas manifestações. Há três grandes problemas com nosso atual manicômio tributário, que complicam a vida das pessoas e das organizações, especialmente das pequenas e médias empresas: a complexidade, as contínuas mudanças e a regressividade. Com a visão de que o ótimo é inimigo do bom, Serra propõe atacar um problema por vez, o que facilita o entendimento geral, a aprovação de propostas no Legislativo, além de reduzir a insegurança jurídica. Espero que os presidentes do Senado e da Câmara sigam a ideia.

Mario Ernesto Humberg
marioernesto.humberg@cl-a.com
São Paulo

Crise na Amazônia

Palimpsesto do azar

Depois de acompanhar por semanas o sofrimento do povo Yanomami, desnutrido, desprotegido e desassistido, encontro no jornal de ontem (página A14) a foto de garimpeiros deixando a reserva a pé, com sua modesta bagagem nas costas. A caminho de destino incerto, provavelmente mendigar no centro mais próximo. Veio-me à mente a genial frase do profeta Gentileza, só que numa inversão amargurada: tristeza gera tristeza. Pobre país o nosso. Embaixo de um problema se descobre outro, depois outro, como um palimpsesto do azar. Pobre país que vive a buscar peixes grandes, mas só consegue acertar em bagrinhos.

Patricia Porto da Silva
portodasilva@terra.com.br
Rio de Janeiro

ESPAÇO ABERTO

Os ‘jabutis’ da área energética

José Goldemberg

A o que tudo indica, está se tornando moda na Câmara dos Deputados a introdução de “jabutis” na aprovação de projetos de lei (PLs). O que tem ocorrido é que, na etapa final de votação de um PL – longamente discutido nas várias comissões da Câmara –, o relator introduz modificações importantes não discutidas anteriormente e que são votadas imediatamente, sem a análise necessária. Muitas vezes, essas modificações têm pouco que ver com o projeto de lei original, caracterizando um verdadeiro “desvio de finalidade”.

Um dos exemplos mais conhecidos desse procedimento ocorreu na aprovação da medida provisória (MP) que permitiu a privatização da Eletrobras. Foi incluída na MP a instalação de oito usinas térmicas que deverão gerar 2,5 milhões de quilowatts na Região Norte, 2,5 milhões no Centro-Oeste e 1 milhão no Nordeste – regiões onde notoriamente não existe gás –, além de 2 milhões no Sudeste. O governo deverá instalar ainda gasodutos para suprir as necessidades dessas usinas (32 milhões de m³ por dia). Custo total estimado: R$ 368 bilhões.

Outro e mais recente destes “jabutis” acaba de ser adicionado ao Projeto de Lei n.º 2.703/22, votado pela Câmara dos Deputados em 6 de dezembro. O PL original estendia os prazos de inscrição que beneficiariam a micro e a mini geração distribuída, sobretudo usinas solares, isentando-as até 2045 de pagar pelo uso das linhas de transmissão e distribuição da energia elétrica excedente injetada no sistema.

Na sessão em que o projeto de lei foi votado, o relator estendeu esse benefício às pequenas centrais hidrelétricas de até 30 mil quilowatts. Além disso, determinou que, dos 2,5 milhões de quilowatts de usinas destinados ao Centro-Oeste na lei de “desestatização” da Eletrobras, 1,5 milhão de quilowatts seria gerado por pequenas centrais hidrelétricas de até 50 mil quilowatts.

Na prática, esse “jabuti” corrige o “jabuti” anterior. O primeiro dos “jabutis” descritos acima resultou da pressão dos setores interessados em usar gás natural. O segundo, dos grupos que produzem energia solar com subsídios. Mas, por outro lado, recolocou em termos corretos a necessidade urgente de valorizar o papel da energia hidrelétrica do País, levando em conta os aspectos ambientais.

O que ocorreu na Câmara dos Deputados, nos dois casos, demonstra claramente a ausência do Ministério de Minas e Energia do processo decisório numa questão técnica em que sua participação é essencial.

> *Questões não podem ser decididas sem forte embasamento técnico, no plenário da Câmara dos Deputados no curso de reunião que dura algumas horas*

O sistema energético nacional – sobretudo na área de eletricidade – é integrado, isto é, existe uma rede nacional de linhas de transmissão na qual é lançada a eletricidade gerada em centenas de usinas e distribuída aos consumidores de todo o País. Nem os Estados Unidos têm uma rede integrada como o Brasil, o que garante a segurança energética em todo o País. Se Itaipu deixar de gerar, a eletricidade de outras usinas será redirecionada de forma a evitar um “apagão”. Tal sistema exige planejamento, mesmo que as inúmeras usinas existentes sejam privadas, e a expansão do sistema de geração não pode ser feita a mercê de interesses de lobbies.

O Brasil é um dos poucos países do mundo com um imenso potencial hidrelétrico do qual apenas metade está sendo aproveitada. A expansão do sistema implicaria a construção de algumas grandes usinas na Amazônia e de um grande número de centrais hidrelétricas menores nas demais regiões do País.

Essa expansão tem sido seriamente prejudicada por oposição de alguns grupos mal informados que acreditam, erroneamente, que usinas hidrelétricas dão origem a impactos ambientais e sociais insolúveis.

A experiência da construção de cerca de 50 mil usinas hidrelétricas de grande porte no mundo todo, desde o século 19, é de que os impactos podem ser reais na região onde as usinas são construídas (situadas em geral em zonas rurais de baixa densidade populacional). Por outro lado, a eletricidade gerada beneficia populações cerca de 100 vezes maiores que vivem nas cidades a centenas de quilômetros de distância.

As novas energias renováveis (solar e eólica) podem ser excelentes por serem renováveis e não poluentes, mas são intermitentes: não geram eletricidade à noite ou quando os ventos não sopram. Um sistema com alta participação dessas renováveis só funciona bem em conjunto com reservatórios de energia. Baterias são caras e só podem fornecer energia por algumas horas. As usinas hidrelétricas, com amplos reservatórios de água, desempenham esse papel com perfeição, com a capacidade de gerar eletricidade por longos períodos usando a água de reservatórios. Usinas térmicas (queimando combustível fóssil) e energia nuclear também podem fazê-lo.

Essas questões não podem ser decididas sem forte embasamento técnico. Só aprofundados estudos permitem a tomada de decisões, e custos sociais e ambientais devem ser balanceados com os benefícios para a sociedade. Isso não se pode decidir no plenário da Câmara dos Deputados no curso de reunião que dura algumas horas.

É essencial que o governo reassuma o papel proativo no planejamento energético nacional que teve no passado. Sem isso, continuaremos a tomar decisões ao sabor de lobbies que não levam em conta os interesses nacionais de longo prazo. ●

FOI PRESIDENTE DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP)

TEMA DO DIA

MARCELO CHELLO/ESTADÃO

Universidade de São Paulo

Professores defendem Janaína Paschoal na USP e citam ‘liberdade de cátedra’

Alunos lançaram um abaixo-assinado contra retomada de aulas da deputada estadual na Faculdade de Direito; docente concursada, parlamentar conclui mandato em 15 de março e afirma que não vai desistir de lecionar. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● **“Se os docentes devem ter a liberdade de manifestar suas opiniões, então os alunos do Diretório Acadêmico também têm.”**
LETICIA ZERO

● **“Só me lembro dessa mulher girando a bandeira totalmente fora de si.”**
IGOR MARTINS

● **“Jovens de classe média que não aceitam nenhuma oposição, não lidam com isso.”**
LEONARDO OLIMPIO

● **“Fez o que fez, apoiou o bolsonarismo e achou que não haveria consequências?”**
WENDELL TAVELLI

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

NIK SHULIAHIN/UNSPLASH

The New York Times

Ciência mostra como confortar alguém que está triste. ●
https://bit.ly/3lgKjro

Paladar

Gosta de cannoli? Veja onde encontrar o doce em SP. ●
https://bit.ly/3lbWcbv

Newsletter

‘Pílula’: dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
https://bit.ly/3NbVHP0

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Congresso

Governo e Lira reservam R$ 3 bi para deputados novatos destinarem às bases

Planalto e presidente da Câmara negociam acordo para que 219 novos parlamentares tenham o direito de indicar, cada um, o repasse de R$ 13 milhões do Orçamento federal

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

O governo Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se articularam para entregar a 219 deputados novatos o direito de definir onde devem ser aplicados cerca de R$ 3 bilhões do Orçamento federal. Cada parlamentar terá direito a uma quantia na casa dos R$ 13 milhões. Com o agrado, o governo pretende assegurar votos para propostas de seu interesse no Congresso.

Por lei, os deputados que estão chegando agora não teriam direito de direcionar recursos do Orçamento de 2023 para suas bases eleitorais. Isso porque ele foi elaborado no ano passado, quando não haviam ainda assumido o mandato. Eles só manejariam recursos a partir do ano que vem.

"Se o governo estivesse forte, poderia não dar para os novos. Mas tem uma reforma tributária, não dá para pagar para ver. Se não for esse valor, uma parcela significativa vai ter", disse o deputado Jilmar Tatto (PT-SP), deixando explícito o acordo. Ele será um dos beneficiados.

> ***"Se (deputados novos) tiverem bons projetos, boas propostas, podem ser contemplados no governo"***
> **Alexandre Padilha**
> **Ministro das Relações Institucionais**

Com o fim do orçamento secreto, mecanismo revelado pelo **Estadão** por meio do qual o governo Jair Bolsonaro (PL) cooptava parlamentares, Lira tem buscado outros caminhos para atender deputados com recursos do Orçamento. O governo está disposto a repassar a verba aos novatos.

REDUTOS. Com isso, os deputados nem bem chegaram e já poderão decidir onde a administração federal deverá investir dinheiro público para, por exemplo, executar obras, contratar serviços ou comprar bens como caminhões de lixo, tratores e ambulâncias destinadas a seus redutos eleitorais.

O governo estima que tem uma base de 260 deputados. É um número insuficiente para alterar a Constituição, o que exige 308 votos. Medidas como a reforma tributária demandam votação qualificada. Anteontem, Lula disse que "quanto mais o tempo passa, mais caro fica aprovar projetos".

Os acordos do governo em troca de votos no Congresso têm sido motivo de escândalos no País nos últimos anos. Em 2005, o governo Lula foi acusado de patrocinar o mensalão, esquema pelo qual políticos recebiam mesada de empreiteiras que mantinham contratos com o governo em troca de aprovar matérias de interesse do petista no Congresso.

No governo Dilma Rousseff (PT) veio à tona casos revelados pela Lava Jato. Deputados e senadores recebiam propina de empresas para votar com o governo. A operação desvendou a prática. Bolsonaro, por sua vez, criou o orçamento secreto. Sem que fossem identificados, os parlamentares enviavam dinheiro para prefeituras, que fechavam contratos muitas vezes superfaturados com empresas sem qualquer critério técnico. Cidades receberam até quatro caminhões de lixo, por exemplo, sem produzir quantidade suficiente de resíduos para enchê-los.

INDICAÇÃO POLÍTICA. Os instrumentos para o governo repassar aos deputados novatos o direito de decidir onde aplicar R$ 3 bilhões do Orçamento da União ainda não estão claros. Uma das formas cogitadas seria recorrer a uma prática do passado, em que os novatos herdavam a paternidade, ou seja, a indicação política do saldo a pagar das emendas dos colegas não reeleitos.

Os deputados seriam então chamados a indicar o destino de R$ 13 milhões dentro de programas e convênios já existentes nos ministérios. Dessa forma, poderiam apontar prefeitos aliados que receberiam a verba por convênio, conforme interesses paroquiais, mas dentro dos critérios técnicos preestabelecidos pelas pastas.

Essa cota extra dos novos deputados vem sendo discutida intensamente nos bastidores da Câmara. Em um grupo de assessores parlamentares especializados em Orçamento, representantes dos deputados diziam aguardar a "fumaça branca" do Palácio do Planalto para indicação do dinheiro. Cada líder de bancada vai centralizar os pedidos dos deputados de seu partido. Eles atribuíram, ainda, a indicação dos limites de empenho a Lira.

ARI DIAS -AEN

Lira visita feira rural em Cascavel (PR); presidente da Câmara quer retribuir os votos pela reeleição

RECURSOS

Congressistas vão receber dinheiro herdado do orçamento secreto

	Câmara dos Deputados		Senado	
	TOTAL A SER REPARTIDO	FATIA PARA NOVOS DEPUTADOS	TOTAL A SER REPARTIDO	FATIA DE 'SUPERCOMISSÃO' DA CASA
	R$ 3 bilhões	R$ 13 milhões POR PARLAMENTAR*	R$ 7,6 bilhões	R$ 6,5 bilhões

*VÃO PARA 219 DEPUTADOS RECÉM-CHEGADOS

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

COALIZÃO. Tudo indica que a "fumaça branca" virá. Ao **Estadão**, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o valor de cada deputado não estava fechado, mas indicou que o Planalto tem interesse em aumentar sua coalizão de 17 partidos e contemplar os novos deputados. O ministro já anda com uma pasta de currículos recebidos de indicados políticos de parlamentares, outra frente que o governo abriu para tentar conquistar apoios no Congresso. Os postos são de segundo e terceiro escalões na administração federal, em Brasília e nos Estados.

"Tem uma tradição de sempre buscar os parlamentares que são novos e não têm direto já a recursos destinados a eles. Se tiverem bons projetos, boas propostas, podem ser contemplados no governo", declarou Padilha, sinalizando que os recursos podem vir do próprio Orçamento-Geral da União.

Já o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), desconversou sobre o acordo. "Não chegamos ainda nisso", disse. "Não tratamos desse assunto ainda", emendou o petista.

Um dos deputados da bancada de Guimarães, porém, confirmou ao **Estadão** que a verba para os novos deputados foi tratada até mesmo com os líderes. "Teve um conversa entre o Lira e o colégio de líderes. Foi uma reivindicação de todas as bancadas", declarou Tatto. "O conceito está acordado. E se fala em R$ 13 milhões."

'MÁGICA'. Tatto disse que também devem ser usados os recursos do chamado RP-2. "A mágica está no seguinte: não tem dinheiro novo, foi disponibilizado com a votação da PEC da Transição. Isso permitiu que a medida fosse votada porque os antigos (*deputados*) não queriam votar. O Lira garantiu voto para o governo e foi importante para ele ter o voto dos novos deputados na eleição da Câmara."

A PEC da Transição foi votada em dezembro e ampliou os gastos do governo no Orçamento de 2023 para acomodar as promessas eleitorais de Lula, como o Bolsa Família de R$ 600 e o adicional de R$ 150 por criança de até seis anos. Para aprovar a medida, o governo negociou com o Congresso cargos na Esplanada e o rateio dos recursos herdados com o fim do orçamento secreto determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Lira foi procurado pela reportagem para comentar o acordo para contemplar os novos deputados, mas não respondeu. O deputado foi reeleito para comandar a Câmara pelos próximos dois anos com votação recorde de 464 votos. ●

Eliane Cantanhêde

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; *Twitter:* @ecantanhede

Lula e o 'império'

Política externa, como tantas coisas na vida, é feita (também) de interesses e conveniências e o que não falta nas relações do Brasil de Lula com os EUA de Joe Biden são exatamente interesses e conveniências. Isso, porém, não apaga velhas divergências entre os dois países, nem o ranço petista contra "o império" e os rastros da política externa Sul-Sul de Lula 1 e 2, pautada na resistência a um "mundo unipolar", leia-se, aos EUA.

Lula e Biden enfrentam os fantasmas de Bolsonaro e Trump e a ascensão de uma extrema direita mundial raivosa e sem limites, alimentada pela internet. Logo, um interesse comum é combater esses movimentos e se prevenir contra novos ataques, com Lula atuando claramente pela recuperação do prestígio do Brasil e do seu próprio palanque internacional. Washington é fundamental nessa direção.

Além de investimentos, comércio e programas de cooperação técnica, Lula reativa as boas posições do Brasil sobre direitos humanos na ONU e em foros internacionais e vai jogar holofotes no genocídio dos Yanomamis, que traça uma fronteira drástica entre ele e Bolsonaro e é um estímulo para captar ajuda financeira para a preservação da Amazônia e dos povos originários do Brasil.

Do lado de Biden, aplaudido de pé várias vezes na reabertura do Congresso, mas com difíceis problemas internos, há duas prioridades. Uma é reforçar a defesa do ambiente, um tema cada vez mais forte no mundo e uma das suas marcas, no qual o Brasil tem natural protagonismo. A outra é reagir ao avanço da China na América do Sul.

> *Lula e Biden se unem contra a extrema direita, mas divergem quanto a China e Rússia*

Em 2022, o comércio de Brasil e EUA teve o recorde de US$ 89 bi e os EUA são o principal destino das exportações brasileiras de manufaturados e semimanufaturados e o maior investidor no Brasil. Não custa lembrar, porém, que foi na era Lula que os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e, depois, a África do Sul) encorparam e a China ultrapassou os EUA como maior parceiro comercial do Brasil.

Logo, a saia-justa do encontro entre Lula e Biden será em torno da China (aonde Lula vai em março) e da invasão da Rússia na Ucrânia. Apesar das gritantes diferenças, Lula e Bolsonaro resvalam para a mesma posição na guerra, sem condenação explícita à Rússia. É o oposto dos EUA, que lideram o apoio à Ucrânia, com recursos e armamento. Logo, a dúvida é como Lula vai tratar esse tema.

Aliás, o tempo será curto, só uma hora, dividida entre o encontro a dois, mais os chanceleres e o assessor especial Celso Amorim, e a reunião ampliada, com os demais ministros. Lula vai falar à imprensa, mas sem Biden. Não está prevista a tradicional entrevista dupla nos jardins da Casa Branca. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Agenda internacional

Por influência regional, Biden busca relação sólida com Brasil

Para Ian Bremmer, da Eurasia, encontro com Lula é parte de ação americana para tentar reverter declínio de seu domínio no hemisfério

BEATRIZ BULLA

A conversa preliminar de Jake Sullivan, conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro, despertou nos americanos a sensação de que a reunião entre o brasileiro e o presidente Joe Biden, prevista para hoje, terá um tom construtivo.

"Pelo que tive notícia, quando Jake Sullivan esteve no Brasil houve uma reunião extraordinária, na qual os dois passaram por uma série de temas internacionais, domésticos", afirmou Ian Bremmer, fundador da consultoria de risco político Eurasia Group. Para Bremmer, é de interesse da Casa Branca construir uma relação sólida com o Brasil, durante o governo Lula.

"Biden, certamente, quer um relacionamento forte com o Brasil, especialmente depois da Cúpula das Américas do ano passado", disse Bremmer, que classificou o evento como um dos piores fóruns multilaterais. Realizada em Los Angeles, em junho de 2022, a Cúpula das Américas foi um evento esvaziado, que deixou claro o declínio da influência americana no hemisfério.

A decisão dos americanos de excluir Venezuela, Cuba e Nicarágua do fórum gerou boicote de outros países da região, como o México, importante parceiro dos americanos. Os presidentes de El Salvador, Guatemala e Honduras também não compareceram.

O cenário levou Biden a fazer uma inflexão na sua política de não se encontrar com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e convidar o mandatário brasileiro para um encontro bilateral, o que garantiu a presença do Brasil na cúpula, que vinha sendo descrita por analistas como um fracasso.

TEMAS. A intenção de criar um forte laço com o Brasil, na avaliação de Bremmer, fará Biden colocar a discussão sobre a defesa da democracia no centro do debate, mas também dar espaço para outros assuntos, como meio ambiente e comércio. "Lula é uma voz forte sobre meio ambiente, em oposição a Bolsonaro, e Biden também deve abrir questões como comércio, investimentos, há oportunidade para discutirem mais sobre essas áreas", afirmou o fundador da Eurasia.

'CLUBE DA PAZ'. A ideia de Lula de discutir um "clube da paz" para intermediar negociações para o fim da guerra na Ucrânia, na visão de Bremmer, não deve receber o respaldo de Biden. "Não há negociações sobre a Ucrânia. No momento, os dois países estão apenas escalando a guerra. As coisas não estão se movendo na direção em que Lula estaria confortável para discutir, não acredito que essa será uma prioridade para o encontro dos dois", afirmou Bremmer. O presidente brasileiro propõe que países que não estejam envolvidos, ainda que indiretamente, na guerra entre russos e ucranianos, negociem uma solução para o fim do conflito.

ATOS RADICAIS. Lula e Biden irão se reunir, hoje, na Casa Branca (*mais informações nesta página*). Os dois já conversaram por telefone duas vezes desde as eleições brasileiras. A primeira delas foi logo após o anúncio da vitória do petista. A segunda aconteceu no dia seguinte aos atos golpistas do dia 8 de janeiro, em Brasília, semelhantes ao episódio da invasão do Capitólio americano, em janeiro de 2021.

A reunião dos presidentes foi acelerada por ambos os países desde a posse do brasileiro com o condão de acenar ao mundo que os dois estão dispostos a combater a extrema direita. ●

RICARDO STUCKERT / PR

Lula e Janja desembarcam nos Estados Unidos; além da primeira-dama, ministros integram comitiva

Pauta do encontro terá defesa da democracia, economia e ambiente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a Washington (EUA) na tarde de ontem para o seu primeiro encontro com o presidente americano, Joe Biden, após a vitória nas eleições. Como mostrou o Estadão, Lula leva para a discussão temas econômicos e ambientais, além de uma agenda focada no combate à desinformação e na defesa da democracia. Em nota, o governo brasileiro afirmou que o encontro "marca a retomada de relações entre os dois países". Lula também cumprirá agenda com parlamentares do Partido Democrata.

Acompanham o petista os ministros Mauro Vieira (Relações Exteriores), Fernando Haddad (Fazenda), Marina Silva (Meio Ambiente) e Anielle Franco (Igualdade Racial). Ele está hospedado na Blair House, mansão do governo americano que fica próxima à Casa Branca e é usada para visitas diplomáticas. A reunião com Biden está prevista para as 17h30. ●

Ataque à democracia

‘Não teremos problemas’, disse Ibaneis a Pacheco na véspera dos atos golpistas

Mensagem em celular do governador afastado do DF mostra que presidente do Senado alertou sobre risco de invasão do Congresso

RAYSSA MOTTA

Mensagens analisadas pela Polícia Federal no celular do governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), revelam que ele foi alertado pelo presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre o risco de invasão do Congresso um dia antes dos atos golpistas de 8 de janeiro.

“Estimado governador, boa noite! Polícia do Senado está um tanto apreensiva pelas notícias de mobilização e invasão ao Congresso. Pode nos ajudar nisso?”, escreveu o senador. Ibaneis respondeu que todo o efetivo havia sido mobilizado e estava nas ruas: “Não teremos problemas”.

Quando os bolsonaristas radicais já haviam invadido o Congresso sem encontrar resistência da Polícia Militar, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, foi uma das primeiras autoridades a fazer contato com Ibaneis. “Já entraram no Congresso!”, escreveu a ministra. O governador então deu uma resposta parecida: “Estamos cuidando”.

Além do Congresso, os prédios do STF e o Palácio do Planalto também foram invadidos e depredados. No mesmo dia, o ministro Alexandre de Moraes afastou Ibaneis por 90 dias, em razão de conivência.

INQUÉRITO. As mensagens foram periciadas pela PF na investigação sobre o papel de autoridades nos atos golpistas. A corporação também analisou o telefone do secretário de Segurança interino, Fernando de Sousa Oliveira – titular, Anderson Torres estava de férias.

Foi encontrada uma única mensagem de Torres para Oliveira: “Não deixe chegar ao Supremo”, diz o texto enviado às 15h56. Torres está preso preventivamente.

Em nota, os advogados de Ibaneis, Alberto Zacharias Toron e Cleber Lopes, afirmam que deram entrada com pedido de cancelamento do afastamento. A defesa diz ainda que “laudo pericial da PF foi categórico ao concluir que ‘a investigação não revelou atos do governador Ibaneis em (...) omitir informações a autoridades superiores do governo federal, ou mesmo impedir a repressão ao avanço dos manifestantes durante os atos de vandalismo’”. ●

Exército frustrou plano de tirar acampamento, afirma oficial da PM-DF

O coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, que era chefe do Departamento Operacional da PM-DF, disse à Polícia Federal que houve “diversas reuniões” para desmontar o acampamento de bolsonaristas em frente a prédios militares, mas, segundo ele, o Exército “frustrou todos os planejamentos e tentativas”. ● R.M.

Ex-governador do Rio

Cabral tem domiciliar revogada e poderá sair de casa

A Justiça Federal revogou ontem a última ordem de prisão domiciliar imposta ao ex-governador do Rio Sérgio Cabral (MDB). Ele está autorizado a sair do apartamento em Copacabana, na zona sul, onde cumpria a medida, mas terá de usar tornozeleira eletrônica.

A decisão foi da 1.ª Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, em ação penal da Operação Calicute. Foi nesse processo que Cabral foi preso, em 2016, por desvios de recursos federais de obras públicas. O ex-governador terá o passaporte retido e precisará se apresentar mensalmente à Justiça. Condenado a mais de 400 anos de prisão, o ex-governador deixou o regime fechado em dezembro.

A defesa disse que “celebra o reconhecimento do absurdo lapso temporal da prisão do ex-governador”. ● R.M., FAUSTO MACEDO E RAYANDERSON GUERRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A transparência não é opcional

Lula pode dispensar o porta-voz da Presidência, mas não pode se desobrigar do escrutínio da sociedade

É lamentável a decisão do presidente Lula da Silva de seguir o movimento de inflexão promovido por seu antecessor e dispensar os serviços de um porta-voz da Presidência. Perdem Lula, a sociedade e a democracia.

Em agosto de 2020, Jair Bolsonaro exonerou o general Otávio Rêgo Barros da função de porta-voz porque o militar era em tudo diferente dele, razão pela qual ganhou mais projeção do que deveria – pecado mortal para qualquer pessoa que tenha trabalhado próxima ao "mito".

A cordialidade e o espírito público demonstrados por Rêgo Barros no curto período em que foi a voz oficial da Presidência não tinham lugar em um governo marcado pela hostilidade ao jornalismo profissional, pela aversão à transparência e pela instigação de confrontos incessantes com segmentos da sociedade.

Desde então, a figura do porta-voz foi abolida da vida política nacional.

No atual governo, ainda que por razões presumivelmente diferentes – afinal, Lula é um sujeito verboso por natureza –, o porta-voz também parece carecer de prestígio. "No momento, não sentimos a necessidade específica do cargo de porta-voz", afirmou a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) em nota ao **Estadão**. Ora, ter ou não um porta-voz da Presidência não se trata de uma "necessidade específica" do governo de turno, mas, antes, de uma boa prática democrática.

A figura do porta-voz da Presidência é tão imbricada com a própria ideia de democracia, por seu evidente liame com o princípio da transparência na administração pública, que ninguém consegue imaginar, por exemplo, um dia normal na Casa Branca sem os *briefings* regulares conduzidos pela Secretaria de Imprensa dos EUA.

Até Donald Trump, personificação das maiores ameaças à democracia norte-americana na história recente, teve não um, mas quatro *press secretaries* ao longo do mandato. Dia sim e outro também, esses servidores tinham de confrontar as perguntas dos jornalistas – a rigor, da sociedade – e prestar contas das decisões e das omissões do governo federal.

Não ter um porta-voz, portanto, pode ser uma decisão bastante confortável para Lula se o presidente não quer ser escrutinado diariamente por suas decisões, mas é péssima para o vigor democrático da sociedade e para o registro histórico.

Ademais, como disse o general Rêgo Barros ao **Estadão**, a figura do porta-voz é "ferramenta necessária à estrutura do poder" por servir como espécie de anteparo da autoridade presidencial aos "embates desnecessários" com os jornalistas.

Na República, o governante tem de prestar contas aos cidadãos. Em encontros periódicos com o porta-voz da Presidência, jornalistas fazem as perguntas que estão nas ruas, vocalizando receios, dúvidas, angústias e esperanças da sociedade. Por óbvio, esse escrutínio há de ser respeitoso, mas nem sempre é agradável, razão pela qual, tradicionalmente, a função de porta-voz é exercida no Brasil por diplomatas e jornalistas, comunicadores hábeis por dever de ofício.

Lula não deveria, mas pode dispensar o porta-voz para dialogar institucionalmente com a sociedade. O que não pode, jamais, é se desobrigar da transparência. ●

Pluralismo

Professores da USP citam 'liberdade de cátedra' e apoiam volta de Janaina

Abaixo-assinado do centro acadêmico da Faculdade de Direito diz que deputada 'não é mais bem-vinda'; docentes rebatem

NATÁLIA SANTOS
DAVI MEDEIROS

Professores da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP), saíram em defesa da volta da deputada estadual Janaina Paschoal (PRTB) às salas de aula da instituição, onde leciona Direito Penal. Na segunda-feira, o Centro Acadêmico XI de Agosto, que representa os alunos, divulgou um abaixo-assinado contra a volta da parlamentar – que tentou uma vaga ao Senado, mas foi derrotada, e ficará sem mandato a partir de março.

Os estudantes alegam que Janaina "não é mais bem-vinda" após ter tido "contribuição indecente para o País" nos últimos anos. Janaina se tornou alvo dos estudantes por sua trajetória política. Ela é uma das autoras do pedido de impeachment de Dilma Rousseff e, em 2018, chegou a ser cogitada para ser candidata a vice-presidente de Jair Bolsonaro.

O diretor e a vice-diretora da faculdade, Celso Campilongo e Ana Elisa Liberatore Bechara, emitiram nota em que lembram os direitos de "livre manifestação do pensamento e a liberdade de consciência" garantidos pela Constituição, que se aplicam também às diretrizes das atividades intelectuais e científicas. "É na trilha dos mandamentos constitucionais que garantem a liberdade de cátedra e a livre manifestação do pensamento de todos os seus docentes que a faculdade reafirma seu compromisso continuado e inabalável com a construção da democracia e o crescente respeito às diferenças", escreveram.

RESPOSTA. Em artigo publicado no Consultor Jurídico, o ex-diretor da São Francisco Floriano de Azevedo Marques Neto afirma ter ideias "absolutamente opostas" às de Janaina, mas defende que o desejo de proibir o retorno da parlamentar às salas de aula é um "desrespeito à história de pluralidade" da instituição. Marques Neto lembrou que a deputada estadual é concursada e, portanto, deve voltar ao posto.

A opinião de Marques Neto foi endossada pelos departamentos de Direito do Estado (DES) e Filosofia e Teoria Geral do Direito (DFD). Em nota, os órgãos defenderam o histórico da faculdade de defesa e respeito ao pluralismo, à diversidade, à liberdade de cátedra e de opinião.

O texto de Marques Neto foi respondido pelos representantes do centro acadêmico. O grupo afirmou que o ex-diretor erra ao defender a parlamentar: "A Faculdade de Direito da USP, portanto, não é marcada pela pluralidade, mas sim pela exclusão, a começar pelo perfil histórico do seu corpo discente e docente". O grupo estudantil ainda defende a necessidade de "ser intolerante com os intolerantes".

História

Deputada diz que docentes dão sinal de responsabilidade com a história da faculdade

RESPONSABILIDADE. Ao **Estadão**, Janaina disse que já informou ao departamento que está disponível para o retorno às aulas. Ela afirmou que a manifestação dos docentes é um sinal de "responsabilidade para com a história da faculdade e para com os deveres dos educadores". ●

Intolerância disfarçada de defesa da democracia

ANÁLISE

JOSÉ FUCS

O abaixo-assinado promovido por alunos da Faculdade de Direito da USP contra a volta da deputada estadual Janaina Paschoal (PRTB) às salas de aula da instituição revela muito sobre a intolerância que prospera hoje no País disfarçada de defesa da democracia.

Ao querer impedir o retorno de Janaina à escola, da qual ela é professora licenciada, os estudantes que controlam o Centro Acadêmico XI de Agosto, que lançou o documento, mostram que a tal da democracia em nome da qual dizem agir só vale para quem reza pela mesma cartilha política que eles.

LIBERDADE. Talvez o grande templo da liberdade no País desde a sua fundação, em 1827, ainda nos tempos do Império, a faculdade do Largo de São Francisco, no centro de São Paulo, sempre foi um exemplo da diversidade de pensamento existente na sociedade brasileira. De monarquistas a comunistas, de liberais a anarquistas, cabia de tudo nas Arcadas, tanto entre os alunos quanto entre os mestres. Ainda que, algumas vezes, a convivência tenha sido conflituosa, havia respeito, de um jeito ou de outro, às diferenças e às divergências.

Arcadas

Faculdade sempre foi um exemplo da diversidade de pensamento existente na sociedade brasileira

PERSEGUIÇÃO. Agora, em vez de honrar a tradição de defesa da liberdade política e de expressão das Arcadas, os estudantes mais mobilizados do XI de Agosto e seus apoiadores preferem manchá-la, ao relativizar o conceito de "democracia" e perseguir seus desafetos políticos, como Janaina Paschoal, sob a alegação de ela que apoiou o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, avalizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), não aderiu ao "manifesto pela democracia" que foi lido na faculdade durante a campanha de 2022, como se isso fosse uma obrigação de todo democrata, e tem "divergências mínimas com os movimentos de extrema direita", seja lá o que isso signifique. ●

REPÓRTER ESPECIAL DO ESTADÃO

Após o tremor

Sobreviventes de tremor passam frio, fome e sede; mortes chegam a 21 mil

Estradas intransitáveis e ausência de equipes de resgate em várias regiões turcas agravam crise dos desabrigados, que montam barracas nas ruas e em bancos de parques

ISTAMBUL

Dezenas de milhares de pessoas que perderam suas casas no terremoto que devastou parte da Turquia e da Síria se amontoam em torno de fogueiras no frio intenso e estão sem comida e sem água, três dias depois de o tremor causar a morte de mais de 21 mil pessoas.

Equipes de resgate usam picaretas, pás e britadeiras para cavar através de metal retorcido e concreto – e ainda mantêm a esperança de retirar a sobreviventes. Mas, em muitos lugares, o foco mudou para a demolição de prédios instáveis.

Gravidade
Estradas danificadas dificultam o transporte até áreas isoladas que foram afetadas pelo tremor

Apesar das comoventes histórias de resgates milagrosos, a realidade enfrentada pelos sobreviventes se impôs. As mortes superaram ontem as do terremoto de 2011 em Fukushima, no Japão, que provocou um tsunami, matando 18,4 mil pessoas.

Mais de 72 horas após o terremoto, período com mais possibilidades de encontrar sobreviventes, autoridades temem um aumento dramático do número de vítimas em razão do alto número de pessoas presas nos escombros.

Na cidade turca de Antakya, dezenas correram para pedir ajuda em frente a um caminhão que distribuía casacos infantis e outros suprimentos. Um sobrevivente, Ahmet Tokgoz, pediu ao governo que retirasse as pessoas da região.

Muitos dos que perderam suas casas encontraram abrigo em tendas, estádios e outras acomodações temporárias, mas outros dormem ao ar livre. "Com este frio, não dá para viver aqui", disse Ahmet. "Se as pessoas não morreram sob os escombros, morrerão de frio."

RESGATE. O inverno mais rigoroso do que o habitual e os danos em estradas e aeroportos dificultaram o resgate. Alguns na Turquia reclamaram que a resposta foi muito lenta – uma percepção que pode prejudicar o presidente, Recep Tayyip Erdogan, no momento em que ele enfrenta uma dura batalha pela reeleição, em maio.

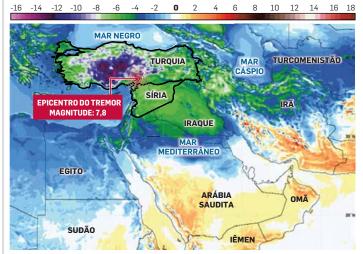
As estradas danificadas tornam mais difícil o transporte até regiões isoladas, que também sofreram com o abalo. Nessas áreas rurais, muitos sobreviventes ficaram sem abrigo e precisaram dormir ao relento.

Na cidade de Gaziantep, há relatos de sobreviventes passando a noite em abrigos improvisados, segundo a Al-Jazira. No clima frio, os turcos montaram barracas na rua ou em bancos de parques. Alguns poucos conseguiram um espaço nas raras lojas abertas. Outros deixaram a cidade em ônibus e carros, já que o aeroporto foi fechado.

TRAGÉDIA NO FRIO

Temperaturas abaixo de zero dificultam resgate de vítimas do terremoto na Turquia e na Síria

Temperatura na região em °C

-16 -14 -12 -10 -8 -6 -4 -2 0 2 4 6 8 10 12 14 16 18

FONTES: THE WASHINGTON POST / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

DESABRIGADOS. O governo turco está lutando para abrigar as pessoas forçadas a ir para a rua depois que suas casas desabaram ou ofereciam muito risco. Vários sobreviventes foram obrigados a procurar alimentos e refúgio por conta própria.

Sem equipes de resgate em vários pontos, alguns observaram impotentes os pedidos de ajuda de parentes presos nos escombros até que suas vozes não fossem mais ouvidas. "Meu sobrinho, minha cunhada e a irmã dela estão nos escombros e não há sinais de vida", afirmou Semire Coban, professora na cidade de Hatay. "Tentamos falar com eles, mas não respondem."

Centenas de milhares pernoitaram em dormitórios, escolas, mesquitas e outros edifícios públicos, enquanto outros se abrigaram em hotéis que abriram as portas gratuitamente. Alimentar os desabrigados tem sido um desafio do governo.

Uma tempestade de inverno deixou ontem as estradas da região quase intransitáveis. Muitos aeroportos locais estão fechados e suas pistas precisam de reparos. "Tomamos uma pequena tigela de sopa, mas isso não é suficiente", disse Mehmet Cilde, de 56 anos, pai de seis filhos.

O frio agrava a situação. Apesar da temperatura de -5ºC, milhares de famílias em Gaziantep passaram a noite em carros ou barracas, impossibilitadas de retornar para suas casas ou com medo de voltar. Pais caminhavam pelas ruas da cidade com os filhos no colo, enrolados em cobertores, para tentar reduzir os efeitos do inverno. "Quando sentamos, dói. Tenho medo pelas pessoas presas nos escombros", disse Melek Halici, com a filha de 2 anos coberta por uma manta.

Em Sanliurfa, a situação é ainda mais terrível para Filiz Cifci. Ela perdeu a distribuição de sopa na noite de segunda-feira, na rua do Hotel Hilton. Cifci e seus três filhos, que fugiram de casa antes do amanhecer de segunda-feira com apenas três cobertores e telefones, preferiram pular uma refeição do que esperar no vento e na chuva fria. "Só tomamos chá e café à noite, nada mais", disse. "Por enquanto, não temos nada além de nossos cobertores." ● AP, AFP e NYT

Apesar de sanções, Síria começa a receber ajuda humanitária

DAMASCO

O primeiro comboio de ajuda internacional para as áreas controladas por rebeldes no noroeste da Síria atravessou ontem a passagem de Bab al-Hawa, na fronteira com a Turquia. Um correspondente da France Presse observou seis caminhões carregados com comida e suprimentos, incluindo barracas e produtos de higiene.

O comboio foi planejado antes do terremoto devastador que atingiu a Síria e a Turquia, na segunda-feira, segundo um oficial da fronteira. "Ele pode ser considerado uma resposta inicial das Nações Unidas e deve continuar, como nos foi prometido, com comboios maiores para ajudar nosso povo", disse Mazen Alloush, assessor de imprensa do posto de fronteira.

A questão da ajuda é delicada na Síria, país afetado por uma guerra civil que já dura 12 anos, com regiões sob controle dos rebeldes e um governo que sofre sanções do Ocidente. O mecanismo de entrega de suprimentos da Turquia para a zona rebelde da Síria através de Bab al-Hawa é a única maneira pela qual a ONU pode ajudar os civis sem cruzar as áreas controladas por Damasco.

PRESSA. Nos últimos dias, os capacetes brancos, que lideram os esforços de resgate nas zonas rebeldes, imploraram por ajuda humanitária. "Pedimos à comunidade internacional que assuma sua responsabilidade com as vítimas civis", declarou o porta-voz do grupo de voluntários, Mohamed al-Chebli. "É uma verdadeira corrida contra o tempo, as pessoas morrem a cada segundo nos escombros."

O coordenador da ONU na Síria também pediu ao governo do presidente Bashar Assad que facilite a entrega de ajuda humanitária em áreas sob controle de rebeldes e alertou que as reservas de emergência devem acabar em breve. "Deixem a política de lado e nos permitam realizar nossa tarefa humanitária", afirmou Mostafa Benlamlih.

Assad pediu ontem formalmente ajuda à União Europeia. A Comissão Europeia pediu aos países-membros que respondam de maneira favorável aos pedidos de Damasco para o envio de alimentos e de remédios, mas com vigilância para impedir o desvio de material.

GUERRA CIVIL. Mais de uma década de guerra civil e bombardeios aéreos da Síria e da Rússia destruíram hospitais, provocaram o colapso da economia e cortes diários de energia elétrica, combustíveis e do abastecimento de água. ● AP, AFP e NYT

Vigilância no ar

Balão chinês era capaz de espionar, dizem EUA após análise de destroços

Governo americano afirma que China tem frota de balões que sobrevoou mais de 40 países em 5 continentes

WASHINGTON

O Departamento de Estado dos EUA encerrou ontem a primeira análise dos destroços do balão chinês derrubado sobre o Atlântico e concluiu que ele era capaz de coletar sinais de comunicação e fazia parte de uma frota de balões de vigilância que sobrevoou mais de 40 países nos 5 continentes.

Os EUA usaram imagens de alta resolução de aviões de vigilância para analisar o balão. Segundo o material coletado, ele possuía um equipamento de espionagem que é inconsistente com a tecnologia usada em balões meteorológicos.

"O balão tinha várias antenas em um arranjo que era capaz de coletar e geolocalizar comunicações", afirma o comunicado do Departamento de Estado dos EUA. Os painéis solares eram grandes o suficiente para produzir energia para operar "vários sensores de coleta de informações de inteligência".

O governo dos EUA tem elementos para acreditar que a empresa que fabricou o balão tem relações comerciais diretas com o Exército chinês, citando um portal oficial de compras militares da China.

RESPOSTA. "Os EUA estudarão ações contra a China e entidades ligadas ao Exército chinês", disse o Departamento de Estado. "Também tentaremos expor as atividades de vigilância da China que representem uma ameaça à nossa segurança e a de nossos aliados e parceiros."

Autoridades americanas não sabem que tipos de comunicações o balão tentava coletar e não determinaram quais locais ele estava sobrevoando. O governo Biden tirou a confidencialidade das informações que reuniu sobre o balão e sobre as operações de vigilância dos militares chineses.

> ***"O balão tinha várias antenas em um arranjo que era capaz de coletar e geolocalizar comunicações"***
> **Comunicado do Departamento de Estado dos EUA**

A Casa Branca espera que as informações contrariem a narrativa da China sobre o balão e pressionem seu governo a reduzir parte de sua vigilância aérea, segundo funcionários americanos.

O Ministério das Relações Exteriores da China disse, na semana passada, que se tratava de um balão civil usado principalmente para pesquisas meteorológicas, mas "lamentavelmente se desviou do curso". Pequim também disse que um segundo balão, que o Pentágono afirmou ser uma máquina de vigilância à deriva sobre a América Latina, também foi usado para pesquisas meteorológicas.

CRISE DIPLOMÁTICA. A presença do balão nos EUA desencadeou uma crise diplomática e levou o secretário de Estado, Antony Blinken, a cancelar uma viagem a Pequim, onde esperava se encontrar com o presidente chinês, Xi Jinping. Blinken disse que o balão violou a soberania dos EUA e foi "um ato irresponsável" da China.

Depois que um caça dos EUA derrubou o balão, no sábado, o governo chinês disse que os EUA reagiram de forma exagerada e violaram a convenção internacional, e garantiu que a China tinha "o direito de responder de maneira igual". O governo chinês também insistiu que o balão pertencia à China e não deveria ser mantido pelos EUA.

Os americanos garantem ter descoberto casos de pelo menos cinco balões espiões chineses em seu espaço aéreo — três durante o mandato de Donald Trump e dois durante o governo de Joe Biden.

MUDANÇA. Os balões espiões observados durante o governo Trump foram classificados como fenômenos aéreos não identificados, disseram autoridades dos EUA. Foi somente depois de 2020 que os americanos examinaram de perto os incidentes com balões e determinaram que eles faziam parte do esforço global chinês de vigilância.

Mergulhadores da Marinha dos EUA retiraram ontem destroços do balão que caíram nas águas rasas da costa da Carolina do Sul. Investigadores do Pentágono, do FBI e de outras agências de inteligência estão examinando as peças para ver se os militares chineses ou empresas ligadas a eles estão usando tecnologia de empresas americanas ou de outras empresas ocidentais, de acordo com autoridades dos EUA.

A descoberta de tal tecnologia pode estimular o governo Biden a tomar medidas mais duras para garantir que as empresas não exportem para a China tecnologia que possa ser usada pelas Forças Armadas e por agências de segurança chinesas. ● **AP e AFP**

TYLER THOMPSON/U.S. NAVY/NYT–5/2/2023

Marinheiros resgatam restos do balão derrubado no Atlântico

A guerra de Putin

Zelenski pede caças e diz que defende Europa

BRUXELAS

O presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, pediu ontem aos líderes da União Europeia mais equipamentos militares, incluindo aviões de guerra, para acabar o quanto antes com a guerra causada pela invasão russa, iniciada há quase um ano.

"Precisamos de canhões de artilharia, munição, tanques, mísseis de longo alcance e caças a jato", disse Zelenski, em reunião do Conselho Europeu. Ele também anunciou que discutiria o envio de aeronaves em encontros bilaterais com líderes europeus.

Mais cedo, em discurso ao Parlamento Europeu, Zelenski disse que a Ucrânia estava se defendendo "da força mais antieuropeia do mundo moderno". "Nós, ucranianos no campo de batalha, estamos defendendo vocês", afirmou.

A Bélgica é a terceira escala de Zelenski na Europa Ocidental, depois de ele se encontrar com líderes no Reino Unido e na França. O governo britânico não concordou em enviar caças à Ucrânia, mas o primeiro-ministro, Rishi Sunak, disse que "nada está fora de questão".

Nenhum país enviou caças à Ucrânia até agora: a Polônia e a Eslováquia ofereceram MiGs de décadas, mas as transferências ficaram travadas por discussões. Zelenski participa hoje de outra reunião do Conselho Europeu para negociar a continuação da ajuda da UE à Ucrânia. ● **WP e EFE**

Nicarágua

Após negociação, Ortega manda mais de 200 presos políticos em voo para os EUA

MANÁGUA

O governo de Daniel Ortega, da Nicarágua, libertou ontem 222 presos políticos, incluindo membros da oposição, empresários e um cidadão americano, após uma negociação com os EUA. Todos foram colocados em um avião e enviados para Washington. Na lista está Cristiana Chamorro, filha da ex-presidente Violeta Barrios de Chamorro, que tentou concorrer à presidência em 2021, mas foi barrada. Todos perderão a nacionalidade nicaraguense.

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, disse que a libertação dos presos "abre a porta para o diálogo". Os prisioneiros enfrentaram algumas condições duras, de acordo com as famílias. Não tinham acesso a água potável ou comida suficiente, nem atenção médica. Um prisioneiro, Hugo Torres, de 73 anos, morreu no cativeiro.

Vários dos presos planejavam concorrer contra Ortega nas eleições de novembro de 2021, mas foram detidos antes da votação, e o presidente obteve o quinto mandato consecutivo. O presidente nicaraguense – que foi um dos líderes da revolução sandinista que derrubou a ditadura de Anastasio Somoza, em 1979 – lançou uma onda de repressão que inclui a prisão de ativistas de direitos humanos, líderes cívicos e o fechamento de 3 mil ONGs.

CASSAÇÃO. Ao mesmo tempo, a Justiça da Nicarágua cassou indefinidamente os direitos políticos de 14 presos, medida classificada de "aberração jurídica" pelo Centro Nicaraguense de Direitos Humanos (Cenidh).

A sentença, emitida pela juíza Nadia Tardencilla, proíbe esses políticos, por toda a vida, de concorrer em quaisquer eleições ou exercer cargos públicos. A punição, segundo o Código Penal do país, não pode ultrapassar a duração da pena principal.

Segundo o Cenidh, os 14 foram condenados por conspiração à integridade nacional e suposta divulgação de notícias falsas, delitos com penas de 5 anos cada um – que resultaram em 10 anos de prisão.

O processo judicial também é criticado pela mídia independente que ainda resiste à repressão. Nos últimos anos, Ortega dominou o Legislativo e avançou sobre o Judiciário, nomeando magistrados da Suprema Corte para viabilizar a aprovação de leis de seu interesse, como a que estende a duração das prisões preventivas.

Com a libertação de ontem, segundo opositores e ativistas dos direitos humanos, restam

> **Direitos políticos**
> **Justiça da Nicarágua cassou os direitos políticos de 14 condenados por conspiração**

pouco mais de 20 presos políticos na Nicarágua, que adotou uma posição mais radical após as manifestações contra Ortega, em 2018, quando 355 pessoas morreram. ● WP, AFP e EFE

Coreia do Norte

Kim dá novos sinais de que filha lhe sucederá

O líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un, deu ontem o sinal mais claro até o momento de que está posicionando sua filha Ju-ae como sucessora, após a agência norte-coreana divulgar uma série de fotos oficiais mostrando a menina – que teria entre 10 e 11 anos – no centro da mesa de um salão de banquete repleta de comandantes militares. ●

KCNA/AFP

Ásia

Hong Kong condena dois jovens por subversão

Dois membros de um grupo pró-independência de Hong Kong foram condenados ontem a 5 anos de prisão por "conspiração para incitar a subversão", com base na lei de segurança nacional de 2019. Choi Wing-kit, de 21 anos, e Chris Chan, de 26, pertenciam ao grupo Returning Valiant, que defendia um levante violento contra a China. ●

Folia em SP

Carnaval terá drones e policiais à paisana para combater golpe do PIX

Quem se aventurar por algum dos 35 megablocos na capital, a partir deste fim de semana, ainda precisará passar por uma revista antes de conseguir acesso

JOÃO KER

A Polícia Militar de São Paulo terá um efetivo de aproximadamente 14 mil agentes por dia de carnaval, e as ações começam já neste fim de semana. O policiamento contará com 168 drones e agentes à paisana para monitorar "comportamentos suspeitos" e falsos ambulantes aplicando golpes do Pix do cartão de crédito.

Quem se aventurar por algum dos 35 megablocos na capital também precisará passar por uma revista antes de conseguir acesso. Será proibida a entrada com garrafas de vidro e objetos pontiagudos ou cortantes. Essas ações, entretanto, serão feitas por empresa de segurança terceirizadas, mas com o apoio dos policiais.

A expectativa da Polícia Militar é de que ao menos 15 milhões de pessoas compareçam à folia na capital, considerada "o maior carnaval do País" em números de foliões, de acordo com a corporação. Outros 7 milhões são esperados para a faixa litorânea. "Quase a população da cidade do Rio. Não é uma demanda simples, mas estamos coordenados", disse ontem o coronel Cássio Araújo de Freitas, comandante-geral da PM. Ele afirma que a média será de quase 14 mil policiais trabalhando por dia de carnaval, maior efetivo que o Estado designou para a folia. Em 2020, por exemplo, último ano em que o feriado foi oficialmente celebrado, esse total não chegava a 10 mil . A quantidade de drones usados naquela época também era de apenas 50.

> **14 mil agentes por dia**
> **Comandante da PM diz que Estado designou seu maior efetivo para esta época do ano**

Um dos focos será o roubo com motocicletas, além do direcionamento no combate a "crimes ultraviolentos", como o cerco a cidades e explosões de caixas eletrônicos. Segundo o coronel, equipes de inteligência também estarão espalhadas à paisana pelos blocos para observar tentativas de golpes do Pix ou "da maquininha", ambos já frequentes no fim do ano passado e início deste.

Ainda na última semana, a Polícia Militar deu início à Operação Impacto-Adaga, mirando suspeitos que já eram procurados com mandado de prisão por roubo ou furto no Estado. Até a quarta, a ação coordenada levou a um saldo de 854 prisões e 10 toneladas de drogas apreendidas, o que o comandante-geral acredita ser capaz de "afetar positivamente nos números de segurança do carnaval". "Estamos direcionando nosso patrulhamento, com antecedência, antes de chegar o carnaval. Acredito muito que isso vá se desdobrar em uma diminuição dos crimes de roubo e furto, ou até mesmo estelionato", disse o coronel Freitas. Outro desdobramento disso é a divisão da Operação Carnaval em três fases, que englobam o próximo fim de semana de pré-folia (11 e 12/2), os dias oficiais do feriado (17 a 21/2) e a semana seguinte (25 e 26/2.

GABINETE DE CRISE. Já no sábado, será montado um gabinete de crise com agentes da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da Prefeitura, da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), da SPTrans e de outros órgãos dos governos municipal e estadual. "Todo mundo que está em condições vai estar nas ruas trabalhando. É talvez uma das maiores operações que realizamos aqui", disse o comandante-geral.

A Operação Carnaval também terá pela primeira vez uma parceria com o Corpo de Bombeiros para ajudar no policiamento ambiental nas áreas rurais do Estado. Continua ainda o patrulhamento da malha rodoviária do Estado, além de agentes focados especificamente em cidades do interior, do litoral e de instâncias turísticas. ●

Crise humanitária

Sete postos de saúde estão fechados pelo garimpo em RR

Além da insegurança, principais problemas encontrados na área Yanomami foram estruturas precárias e falta de profissionais

LEON FERRARI

Ao menos sete polos de atendimento a indígenas estão fechados pela insegurança causada pela ação de garimpeiros, revelou relatório da missão exploratória do Ministério da Saúde ocorrida na segunda quinzena de janeiro, no território Yanomami. A demanda de pacientes sobrecarrega o posto de saúde Surucucu, que tem dificuldade de fazer busca ativa pelo alto volume de serviço de urgência e emergência.

O Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-Y) atende cerca de 31 mil indígenas. Eles estão distribuídos em 31 postos de saúde e se localizam em 379 aldeias.

No relatório, a pasta conta que a missão se deu após denúncia de óbito de três crianças entre 24 e 27 de dezembro. O ministério decidiu fazer a vistoria nos postos de Surucucu e Xitei, consideradas "regiões prioritárias", por causa da "proximidade com as comunidades que tiveram seus postos e unidades de saúde fechadas devido à insegurança do garimpo ilegal".

Em nota publicada no site, a pasta destacou que, além da insegurança, "os principais problemas encontrados foram estruturas de atendimento em condições precárias, falta de profissionais e uma desassistência generalizada".

Funcionários da saúde indígena, que atenderam o território Yanomami, já haviam relatado ao **Estadão** o medo dos invasores e dos nativos cooptados para trabalhar no garimpo, que têm armas de fogo. "Tem crianças armadas, tem adolescentes armados." Na reserva, os profissionais da saúde, por medo, acabam também atendendo garimpeiros. Isso agrava a falta de remédios e a sobrecarga de trabalho.

Medo à vista

"Tem crianças armadas, tem adolescentes armados", relatam funcionários da Saúde

Grupos ligados à mineração ilegal dominam áreas dentro da reserva, incluindo pistas de pouso e até uma unidade de saúde. "Ocorre a troca de remédio por ouro", afirma Junior Hekurari, do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi). Quando o relatório menciona que não há equipes de saúde em algumas unidades, é porque não havia condições de os profissionais serem enviados de forma segura para essas áreas. Ainda de acordo com a pasta, foi solicitado o reforço na segurança, além das reformas estruturais para a reativação dos polos desativados.

OUTRO LADO. O **Estadão** procurou o ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro da Saúde de Marcelo Queiroga , assim como os responsáveis pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-Y) no governo Bolsonaro. Mas não obteve resposta. O coronel Robson Santos da Silva, que comandou a Sesai até abril de 2022, disse que "sem uma visão histórica dos fatos, não há uma compreensão da situação". Outras autoridades do DSEI-Y e Sesai não foram localizadas. ●

Risco

Ataques de escorpiões em SP crescem 22% e clima quente faz Vigilância lançar alerta

Picada pode ser letal, principalmente para crianças, e melhor forma de prevenção é manter ambientes limpos e organizados

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Os acidentes com escorpiões aumentaram 22% no Estado de São Paulo, no ano passado, em comparação com 2021. O número de casos passou de 34,5 mil para 42,1 mil, segundo dados do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) da Secretaria da Saúde do Estado. Na comparação com 2020, com 38,1 mil casos, o aumento foi de 10%. O número de mortes causadas por escorpiões caiu de 19 em 2021 para 7 no ano passado.

O risco de maior ocorrência de escorpiões no Estado, em virtude do clima quente e úmido ocasionado pelo verão, levou o CVE a lançar um alerta estadual para as medidas de prevenção. "A picada de escorpião pode ser letal, principalmente para crianças de até 10 anos de idade. Por isso é preciso que a pessoa acidentada seja encaminhada à unidade de saúde o mais rápido possível", disse a diretora da Divisão de Zoonoses do CVE, Roberta Spínola.

Na capital, em bairros como o Ipiranga, na zona sul, os moradores sofrem com a infestação desses aracnídeos. "Eu fui picada há seis meses e agora vivo com medo. Foi dentro de minha casa; achei que era uma folha no chão, fui pegar e ele me picou na mão", contou a aposentada Josefa Conceição Mariano, de 76 anos, moradora da Rua Xavier Curado. Ela conta que foi socorrida, recebeu soro e medicação e se recuperou. "Reforcei a vedação, coloquei rodinhos nas portas e não entrou mais, mas fico sempre assustada."

MONITORAMENTO. A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) da capital informou que equipes da Unidade de Vigilância em Saúde Ipiranga monitoram semanalmente essa e outras ruas do bairro, inspecionando bueiros e abrigos de escorpiões. Segundo a pasta, a Divisão de Vigilância em Zoonoses tem um programa de controle de escorpiões que consiste na orientação de medidas preventivas e busca ativa de locais com ocorrências, mapeando as áreas para desenvolver atividades de vigilância e monitoramento.

ALERTA

Ataques de escorpião têm apresentado alta em São Paulo

Anatomia

Espécies

Tityus serrulatus
(ESCORPIÃO-AMARELO)

COLORAÇÃO
PERNAS E CAUDA AMARELO-CLARA, E O TRONCO ESCURO

SERRILHAS
NOS 3º E 4º ANÉIS DA CAUDA

COMPRIMENTO
ATÉ 7 CM

REPRODUÇÃO
PARTENOGENÉTICA, NA QUAL AS FÊMEAS SE REPRODUZEM SEM A NECESSIDADE DA PRESENÇA DE UM MACHO

DISTRIBUIÇÃO
EM TODO O BRASIL, COM EXCEÇÃO DE ALGUNS ESTADOS DA REGIÃO NORTE

Tityus bahiensis
(ESCORPIÃO-MARROM)

COLORAÇÃO
MARROM, O TRONCO ESCURO, PERNAS E PALPOS COM MANCHAS ESCURAS E CAUDA MARROM-AVERMELHADA

SERRILHAS
NÃO POSSUI

COMPRIMENTO
ATÉ 7 CM

CARACTERISTICAS
O MACHO É DIFERENCIADO POR POSSUIR PEDIPALPOS VOLUMOSOS COM UM VÃO ARREDONDADO ENTRE OS DEDOS

DISTRIBUIÇÃO
REGIÕES SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE DO BRASIL

Tityus stigmurus
(ESCORPIÃO-AMARELO-DO-NORDESTE)

COLORAÇÃO
AMARELO-CLARO, FAIXA ESCURA LONGITUDINAL NA PARTE DORSAL DO SEU MESOSSOMA, SEGUIDO DE UMA MANCHA TRIANGULAR NO PROSSOMA

SERRILHAS
MENOS ACENTUADA, NOS 3º E 4º ANÉIS DA CAUDA

REPRODUÇÃO
PARTENOGÊNESE, O QUE, ASSIM COMO PARA TITYUS SERRULATUS, FACILITA NO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E NA SUA DISPERSÃO

DISTRIBUIÇÃO
REGIÃO NORDESTE DO BRASIL, ATUALMENTE TAMBÉM É REGISTRADO NOS ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E SANTA CATARINA

Prevenção

Para evitar acidentes:

SACUDIR ROUPAS E CALÇADOS ANTES DE USÁ-LOS

NÃO COLOCAR AS MÃOS EM BURACOS, SOB PEDRAS E TRONCOS PODRES

USO DE CALÇADOS E DE LUVAS DE RASPA DE COURO PARA MANUSEAR JARDINS, ENTULHOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

AFASTAR AS CAMAS E OS MÓVEIS DAS PAREDES

EVITAR QUE ROUPAS DE CAMA E MOSQUITEIROS ENCOSTEM NO CHÃO

EVITAR PENDURAR ROUPAS NAS PAREDES E PORTAS

Para evitar a proliferação:

- EVITAR O ACÚMULO DE ENTULHOS, FOLHAS SECAS, LIXO DOMÉSTICO, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NAS PROXIMIDADES DAS CASAS
- LIMPAR PERIODICAMENTE OS TERRENOS BALDIOS VIZINHOS NUMA FAIXA DE 1 A 2 METROS DAS CASAS, PELO MENOS
- VEDAR AS SOLEIRAS DAS PORTAS E JANELAS QUANDO COMEÇAR A ESCURECER, POIS ESTES ANIMAIS, NA SUA MAIORIA, APRESENTAM HÁBITO NOTURNO
- VEDAR FRESTAS E BURACOS EM PAREDES, ASSOALHOS E VÃOS ENTRE O FORRO E PAREDES, CONSERTAR RODAPÉS DESPREGADOS, COLOCAR SAQUINHOS DE AREIA NAS PORTAS, COLOCAR TELAS NAS JANELAS
- VEDAR OU COLOCAR TELAS EM RALOS DO CHÃO, PIAS E TANQUES
- COMBATER A PROLIFERAÇÃO DE INSETOS, POIS SÃO OS ALIMENTOS PREFERIDOS DE ARANHAS E, PRINCIPALMENTE ESCORPIÕES
- ACONDICIONAR LIXO DOMICILIAR EM SACOS PLÁSTICOS OU OUTROS RECIPIENTES QUE POSSAM SER MANTIDOS FECHADOS, PARA EVITAR INSETOS, PRINCIPALMENTE BARATAS
- PRESERVAR OS INIMIGOS NATURAIS DE ESCORPIÕES E ARANHAS: AVES DE HÁBITOS NOTURNOS (CORUJA), LAGARTOS, SAPOS, GALINHAS (PRINCIPALMENTE GALINHA D'ANGOLA), GANSOS, MACACOS E QUATIS

FONTES: CONTROLE DE ESCORPIÕES DE IMPORTÂNCIA EM SAÚDE E INSTITUTO BUTANTAN / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Moradora de Sorocaba, interior de São Paulo, a manicure Helena Maria da Costa, de 42 anos, foi picada por um escorpião amarelo em setembro do ano passado, em sua casa, na região do aeroporto, zona norte. "Ele estava em uma bermuda e, quando fui vestir, me picou na parte de trás da perna. Foi uma dor intensa, terrível e minha pressão subiu. Conseguimos pegar o bicho e meu marido me levou para o PA (*pronto atendimento*). Como a dor não passava e eu estava com tremores, 40 minutos depois fui transferida para o Hospital Regional. Fiquei umas seis horas tomando soro."

Desde que se mudou para um condomínio no bairro Santa Bárbara, zona leste da cidade, há dois anos, a empresária Carina Duarte Guerra, de 40 anos, achou sete escorpiões dentro de casa. "Achei embaixo das roupas, entrando na casa e no quarto do meu filho Miguel, de 6 anos. Por sorte não aconteceu nada com ninguém." Ela fez fotos e mandou para a síndica do condomínio. "Outros moradores também acharam. A síndica mandou dedetizar e colocou galinhas d'angola, que comem os bichos."

Sem pesticidas
Ministério da Saúde informou que não recomenda a utilização de produtos químicos

Já faz parte da rotina da doméstica Gilza Evangelista, de 38 anos, moradora do bairro Itapuã, em Sorocaba, vedar com plástico os ralos das pias e dos banheiros de sua casa para evitar a entrada de escorpiões. "Eles sempre apareciam do lado de fora, mas há dois meses levantei para fazer o café e achei um na pia da cozinha."

Em 2022, o setor de zoonoses de Sorocaba registrou 739 chamados. Em janeiro deste ano, o serviço foi acionado 31 vezes. De acordo com a prefeitura, assim que moradores denunciam a presença de escorpiões, a Zoonoses faz uma visita à casa e passa orientações para o controle, como a vedação de acessos, retirada de abrigos e de fontes de alimento.

MORTE. A dona de casa Silvana Aparecida dos Santos, de 52 anos, moradora de Birigui, noroeste paulista, não se conforma com a perda do neto Miguel Grijota da Silva, de 4 anos, após ser picado no dia 31 de dezembro. "Ele dormia com a mãe e acordou de madrugada, gritando muito, com dor no pescoço. A gente viu a vermelhidão na pele, pensou em escorpião, porque já tinha aparecido, mas não encontramos o bicho", contou.

O menino foi levado para o pronto-socorro de Birigui e transferido, horas depois, para a Santa Casa de Araçatuba. A criança foi internada na unidade de terapia intensiva (UTI) e morreu naquela tarde. Segundo Silvana, houve demora na aplicação do soro, que só foi feita quando o menino já estava com inchaço nos pés e nas mãos. Na declaração do óbito, consta como causa acidente escorpiônico. O pronto-socorro de Birigui afastou a equipe médica e ainda apura se houve falha no atendimento.

As espécies mais comuns de escorpião no Estado de São Paulo são o amarelo (*Tityus serrulatus*) e o marrom (*Tityus bahiensis*). O primeiro é encontrado nas áreas urbanizadas, galerias de águas pluviais e esgotos. O segundo vive em áreas menos urbanizadas com acúmulos de material e vegetação. Ambas são espécies venenosas e podem resultar em acidentes graves. No organismo humano, o veneno dos escorpiões do gênero Tityus causa alterações na região da picada, principalmente dor.

RECOMENDAÇÕES. Para a médica veterinária Thais Eleonora Madeira Buti, coordenadora da Zoonoses em Sorocaba, o período de chuvas e de calor favorece o surgimento de escorpiões, assim como todas as pragas e insetos. O Ministério da Saúde informou que não recomenda a utilização de produtos químicos (pesticidas) para o controle de escorpiões. Esses produtos, além de não possuírem, até o momento, eficácia comprovada para o controle do animal em ambiente urbano, podem fazer com que eles deixem seus esconderijos, aumentando o risco de acidentes

Entulhos, lixo e ambientes sujos favorecem o aparecimento desses artrópodes. Para prevenção adequada, deve-se manter maior organização e limpeza nos ambientes. ●

Ensino superior

Enem muda em 2024, diz novo presidente do Inep

RENATA CAFARDO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano deve ser o último no atual formato, em que todos os estudantes fazem uma mesma avaliação. Nos próximos meses, segundo o novo presidente do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (Inep), Manuel Palácios, o órgão vai trabalhar para ter uma prova que avalie não só o conteúdo comum, mas também as áreas específicas que agora fazem parte do ensino médio, após a reforma dessa etapa de ensino. "No início de 2024, as escolas já precisam ter acesso às referências curriculares dessa nova parte", disse ele, em entrevista ao **Estadão**.

No novo formato, o aluno escolhe a trilha que quer percorrer entre cinco áreas oferecidas (aprofundamento de estudos em Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais e Formação técnica e profissional). Cada rede estadual ou escola particular, no entanto, pode pensar o currículo e as aulas que são oferecidas dentro dessas grandes áreas. Há opções atualmente, por exemplo, de alunos que estudam ambiente, mídia e programação.

Lidar com essa flexibilidade, segundo Palácios, é o grande desafio do novo Enem. Por isso, ele acredita que o formato da 2.ª etapa (que considera essa parte flexível) precisa ser elaborado em conjunto com as secretarias estaduais de Educação, que são responsáveis pelas escolas de ensino médio, e com as universidades.

Para ele, o exame não pode determinar e direcionar o que as escolas vão ensinar nos itinerários formativos, criados justamente para deixar o ensino mais flexível, contemporâneo e interessante para o estudante. "Não cabe a avaliação dizer qual é o currículo, tem de ser o contrário", disse.

Manter a flexibilidade
Para Palácios, exame não pode direcionar o que as escolas vão ensinar nos itinerários formativos

Além disso, Palácios quer que a prova seja capaz de avaliar o estudante independentemente do curso superior que ele vai escolher, que não precisa necessariamente estar ligado ao itinerário formativo cursado no ensino médio. "As universidades podem atribuir pesos aos testes, mas fazer um itinerário de Linguagens não pode ser um obstáculo intransponível para quem quer cursar Engenharia, por exemplo."

"Quem elabora os instrumentos de avaliação tem de olhar a trajetória de estudante e não os desejos futuros em termos de formação superior", acrescentou ele. Caso contrário, a escolha da profissão teria de se dar ainda mais cedo .

CRIATIVIDADE. Palácios acredita que os exames devem avaliar habilidades como criatividade e pensamento crítico, que devem estar presentes em qualquer itinerário. "Não é um tema simples, mas nos próximos meses vamos construir uma referência curricular que servirá de base para o Enem, ainda que venha a ser reformada mais à frente." ●

'Ainda não há consenso', afirma ex-presidente

A ex-presidente do Inep durante a gestão Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e uma das referências em avaliação no País, Maria Helena Guimarães de Castro, diz que é "importante abrir essa discussão com os Estados sobre a 2.ª etapa do Enem porque é um assunto que ainda não há consenso". Como presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) até o ano passado, Maria Helena participou das elaboração das diretrizes para esta mudança, sugerindo uma divisão da segunda etapa mais voltada às áreas do ensino superior que seriam pleiteadas pelos estudantes. Previa também questões dissertativas. No ano passado, porém, o MEC aprovou outra ideia, que agrupava as áreas doS itinerários formativos .

Há alas do PT que são críticas à reforma e, por isso, não estava claro se o MEC atual manteria as mudanças. O novo presidente do Inep agora deixa claro que o Enem vai seguir o novo ensino médio no ano que vem.

ENEM DIGITAL. Palácios também pensa em, no futuro, trazer inovações às provas do Enem digital. "Pelo computador, é possível propor interações que vão muito além de apenas marcar uma opção." ●

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 18° | TARDE 29° | NOITE 21° (80%) | VOLUME DE CHUVA 8MM | UMIDADE RELATIVA 40%

SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA
20°/ 27°	19°/ 28°	19°/ 29°	20°/ 30°

SOL
NASCENTE: 5H50
POENTE: 18H50

LUA: **CHEIA**

CHEIA	5/2	15H20
MINGUANTE	13/2	13H03
NOVA	20/2	4H09
CRESCENTE	27/2	5H06

Estado de SP

● Sol, calor e pancadas rápidas e isoladas de chuva, típicas de verão, a partir da tarde.

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: 15 nós, SE — Ondas: 1,0 m

HOJE		
4h45	↑	1,1
10h29	↓	0,5
16h40	↑	1,2
22h32	↓	0,4

SÁBADO, 11		
5h06	↑	0,9
10h37	↓	0,6
17h23	↑	1,1
22h49	↓	0,6

DOMINGO, 12		
5h14	↑	0,8
10h16	↓	0,6
18h39	↑	0,9
22h56	↓	0,7

SEGUNDA, 13		
1h33	↑	0,8
6h38	↓	0,6
12h24	↑	0,8
16h13	↓	0,6

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	23°/29°	MACEIÓ	23°/29°
BELÉM	24°/32°	MANAUS	24°/31°
BELO HORIZONTE	18°/27°	NATAL	23°/30°
BOA VISTA	23°/34°	PALMAS	23°/34°
BRASÍLIA	19°/29°	PORTO ALEGRE	20°/34°
CAMPO GRANDE	21°/31°	PORTO VELHO	24°/33°
CUIABÁ	24°/32°	RECIFE	24°/30°
CURITIBA	17°/27°	RIO BRANCO	23°/32°
FLORIANÓPOLIS	23°/29°	RIO DE JANEIRO	22°/32°
FORTALEZA	23°/29°	SALVADOR	24°/32°
GOIÂNIA	20°/30°	SÃO LUÍS	25°/30°
JOÃO PESSOA	23°/30°	TERESINA	23°/31°
MACAPÁ	24°/31°	VITÓRIA	22°/34°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	23°/38°	MÉXICO	-3	15°/23°
ATENAS	5	4°/8°	MIAMI	-2	20°/30°
BARCELONA	4	4°/11°	MONTEVIDÉU	0	21°/29°
BERLIM	4	0°/3°	MOSCOU	5	-7°/-2°
BRUXELAS	4	1°/8°	NOVA YORK	-2	8°/13°
BUENOS AIRES	0	26°/32°	PARIS	4	1°/8°
CARACAS	-1	19°/25°	ROMA	4	0°/11°
CHICAGO	-3	-1°/2°	SANTIAGO	0	18°/33°
ESTOCOLMO	4	-1°/1°	SYDNEY	14	18°/29°
GENEBRA	4	-9°/0°	TEL-AVIV	5	8°/14°
JOHANNESBURGO	3	17°/24°	TÓQUIO	12	2°/6°
LIMA	-2	21°/22°	TORONTO	-2	2°/6°
LISBOA	3	4°/13°	WASHINGTON	-2	10°/17°
LONDRES	3	2°/8°			
LOS ANGELES	-5	16°/25°			
MADRID	4	1°/9°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Astronomia

Observação de anel estelar perto de Netuno desafia as leis da Física

Pequeno astro não poderia ter a estrutura de partículas naquela distância, diz teoria do 'limite de Roche'

ROBERTA JANSEN
RIO

Pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) descobriram em torno de um pequeno astro do Sistema Solar um anel que, simplesmente, não poderia existir. Pelo menos não de acordo com as leis da Física vigentes. Por isso, o estudo publicado na revista *Nature* desafia, pela primeira vez, o "limite de Roche", teoria do século 19 que é aceita internacionalmente.

Localizado em uma região do espaço depois de Netuno, o Quaoar vinha sendo observado por especialistas do Observatório do Valongo em busca de pistas sobre as origens do Sistema Solar. Para surpresa de todos, eles identificaram que o pequenino astro tem um anel – o que, por si só, já é considerado raro. Até hoje foram descobertos anéis em apenas três astros de pequenas proporções.

Mas ainda mais extraordinário do que a própria presença do anel é que ele se revelou "impossível", de acordo com os conceitos astronômicos vigentes. Segundo a definição usada hoje na Astronomia, anéis são estruturas não sólidas que reúnem asteroides, poeira e outras partículas em torno de um astro maior.

Trabalho nacional
Estudo foi publicado por pesquisadores da Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na revista 'Nature'

Até 2013, os pesquisadores só conheciam anéis circundando planetas gigantes, como Saturno e Júpiter. Depois disso, no entanto, astrônomos detectaram anéis no planeta anão Haumea e no centauro Chariklo, abrindo precedentes para novos estudos sobre o tema. No caso do Quaoar, o maior enigma está relacionado às dimensões do anel.

LEI DA FÍSICA. Segundo ficou definido pelo astrônomo francês Edouard Roche (1820-1883), para que tais partículas mantenham o formato de um anel elas precisam estar a uma distância máxima de 1.750 quilômetros do astro que elas circundam.

Para além desse limite, estabeleceu Roche, as partículas começariam a se aglutinar e acabariam por formar um satélite. Conhecido como "limite de Roche", esse princípio nunca tinha sido desafiado.

O anel de Quaoar está localizado a 4.100 quilômetros de seu corpo central. "Pela primeira vez, estamos vendo um anel além do limite de Roche", diz o astrônomo Bruno Morgado, do Observatório do Valongo, principal autor do estudo. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor cobra reparo de buracos em Santo André

Reclamação de Eliel Barros: "Eu peço auxílio do jornal para que a Prefeitura de Santo André realize adequadamente o conserto de asfalto na Rua Tóquio, na altura do número 127, no bairro Vila Metalúrgico. Eu passei pelo local e vi que tentaram alinhar o asfalto, mas mesmo assim tem três buracos que não foram totalmente alinhados e ainda causam impactos nos veículos. É importante que seja feita uma fiscalização, assim como conserto adequado da via para a segurança de veículos que transitam pelo local, assim como os pedestres que atravessam a rua. Desta forma, peço ajuda para que meu problema seja o quanto antes solucionado."

Resposta da Prefeitura de Santo André, na região do ABC paulista: "A Prefeitura de Santo André, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, afirma que acionou o órgão responsável para providenciar o reparo da via em questão." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Revolução de 1923

O nosso collega da imprensa e agora deputado, o dr. Arthur Caetano da Silva, attendeu-nos com a maior gentileza e, entrando logo a falar da situação politica do Rio Grande, dissenos que (...) seguiu para a região serrana, onde congregou os opposicionistas...

CORREÇÕES

Galeria Califórnia. Diferentemente do publicado na página C2 do *Caderno2* de segunda-feira (6), a Galeria Califórnia interliga a Rua Barão de Itapetininga com a Rua Dom José de Barros, e não Praça Dom José de Barros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Marlene Gimenez Anastacio – Aos 78 anos. Era viúva. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Fernando Fernandes – Aos 70 anos. Era solteiro. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Laerte Cardoso de Oliveira – Aos 60 anos. Era casado. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSAS

Ignez Basso Olivi – Dia 15, às 18 horas, na Paróquia Santa Generosa, na Av. Bernardino de Campos, 360, Paraíso (8 anos).

Cemitério Israelita do Butantã (Matzeiva)

Chaja Glezer – Dia 12, Às 11 horas, no S O – Q 332 – Sep. 21.

Jacob Dorf - Dia 12, às 11 horas, no S R – Q 371 – Sep. 126.

Nelson Kahn - Dia 12, às 11 horas, no S O – Q 336 – Sep. 131.

Sergio Exman Blacheriene – Dia 12, às 11 horas, no S O – Q 342 – Sep. 44.

Hilton Milnitzky – Dia 12, às 11h30, no S R – Q 364 – Sep.14.

Julio Ernesto Bahr – Dia 12, às 12 horas, no S R – Q 406 – Sep. 111.

(Shloshim)

Marjorie Arbaitman – Dia 12, às 11h30, no S O – Q 344 – Sep. 34.

Cemitério Israelita do Embu (Matzeiva)

Rosel Bahr - Dia 12, às 10 horas, no S B – Q 28 – Sep. 97.

Rubens Sarfstein - Dia 12, às 10h30, no S B – Q13 – Sep. 48.

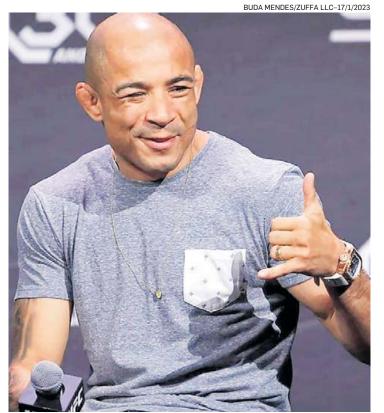
O irmão Samir, os filhos Marco Antonio, Carlos Eduardo, Luis Fernando, noras, netas e bisnetas, agradecem as manifestações de carinho e conforto recebidas por ocasião do falecimento ocorrido em 07/02/2023 da querida e saudosa
VERA ABDENOUR ABDALLA
e convidam parentes e amigos para a Missa de 7º dia que farão realizar às 12:00 horas do dia 13/02/2023 na Paróquia São José, Rua Dinamarca, 32 – Jardim Europa – São Paulo - SP.

Marjorie Chan Arbaitman
Cerimônia de SHLOSHIM – Trigésimo dia domingo, dia 12 de fevereiro, 11h30 no Cemitério Israelita do Butantã Setor O – Quadra 344 – Local 34.

José Aldo, lutador

‘Me sinto pronto para competir também no boxe’

Ex-campeão do UFC, brasileiro troca o octógono pelo ringue e faz sua estreia em nova modalidade

BUDA MENDES/ZUFFA LLC–17/1/2023

O lutador brasileiro José Aldo, ex-UFC, faz sua estreia hoje no boxe

ENTREVISTA

Nascido em Manaus, José Aldo tem 36 anos e teve grande sucesso no UFC, onde conquistou duas vezes o cinturão da categoria peso-pena

MURILLO CÉSAR ALVES

Quando José Aldo enfrentar o argentino Alberto Emmanuel Zambrano hoje, em evento que será realizado no Rio, na Upper Arena, o lutador realizará um sonho – mais um, em sua carreira. Há anos, ainda quando lutava pelo UFC, planejava escrever um capítulo de sua trajetória no boxe.

Contra o Zambrano, Aldo enfrentará seu primeiro desafio desde a derrota para Merab Dvalishvili, da Geórgia – sua última luta antes da aposentadoria do UFC, há cinco meses. Em outras ocasiões, o brasileiro já havia declarado sua intenção de deixar o octógono. Hoje aos 36 anos, trilha seu caminho na nova modalidade. A luta está marcada para hoje às 21h (horário de Brasília).

Como está a preparação para a estreia no boxe, sua primeira luta desde agosto?
Desde minha última luta em agosto, comecei a treinar focado no boxe, sabia que não tinha mais vontade de lutar no MMA e queria fazer essa iniciação no boxe. Desde então, faço imersão focada nessa estreia. Treino dia, tarde e noite e venho em uma pegada muito forte. Na semana de corte de peso, venho com muita empolgação para a estreia.

O quanto você acredita que sua experiência no UFC pode auxiliá-lo em seu novo ciclo da carreira?
Eu procurei me adaptar bem ao estilo do boxe, esse é o primeiro ponto. Mudei minha característica de luta e fiz uma reformulação no meu jogo. Foquei e procurei aprender o máximo possível nessa minha imersão, mas tenho certeza de que a minha experiência no MMA vai ajudar nesse novo esporte. É um longo período e me sinto preparado para competir, independentemente de qual seja a categoria. A experiência do octógono com certeza vai me ajudar no boxe.

Cartel no UFC
José Aldo entrou no octógono 38 vezes, conquistou 31 vitórias (17 por nocaute) e 7 derrotas

O que você espera, no aspecto profissional, alcançar no boxe?
Pela carreira que tive no MMA, onde fui campeão e defendi o cinturão em diversas oportunidades, todos esperam que eu consiga trilhar esse mesmo caminho no boxe. Mas sempre falo: é um passo de cada vez. Assim como fiz no UFC, tenho de começar de baixo, fazer minha estreia, luta por luta, e assim por diante. Tenho esse compromisso, já tenho contato para uma segunda luta no dia 1.º de abril. Vamos devagar, treinando, e entendendo como vou suportar o ringue, até conseguir alçar voos maiores. Eu ainda sou um atleta muito cru na modalidade, tenho de me adaptar e respeitar meus adversários e o boxe como um todo.

O que você já sabe sobre o Zambrano? Como foi seu estudo para a luta?
Esse processo (do estudo) ficou a cargo do meu professor. Ele estudou o meu adversário, fez toda a negociação para a luta. É assim que acontece no boxe, mas já estudei o Zambrano nos últimos dias, junto com meu professor, para não ter nenhuma surpresa durante a luta. É um processo normal, como qualquer outro atleta que estreia em uma nova modalidade. Não vou enfrentar um cara mais ranqueado, o mesmo aconteceu comigo no MMA.

Sua aposentadoria veio em um momento inesperado, já que você afirmava o desejo de ter uma última disputa pelo cinturão? Por que você tomou essa decisão?
Eu já vinha nessa corrida (de reconquistar o cinturão). Perdi, infelizmente, mas em seguida foquei em coisas novas no MMA, comecei a treinar com a Marinha, no Rio. Quando perdi minha última luta, falei com o Dedé (Pederneiras) que não queria mais seguir no UFC, porque tinha me programado para iniciar no boxe aos 35 anos. Se passasse muito dessa idade, eu ficaria muito velho para começar esse novo capítulo. Conquistei todos os meus sonhos no MMA, mas era o momento de parar e iniciar esse novo ciclo.

Em janeiro, você foi indicado ao Hall da Fama do UFC. Como foi sua reação? Ficou surpreso com a sua nomeação?
Eu lembro tudo que passou pela minha mente no momento que fui eleito ao Hall da Fama. Sempre falo que são momentos como esses que ficam eternizados na memória. Um momento marcante como esse ficará, para sempre, guardado na minha mente. Eu soube na hora, no UFC Rio, que iriam me colocar no Hall da Fama, foi tudo uma surpresa para mim, e o UFC colocou duas pessoas fundamentais na minha carreira para me homenagear: o Dedé, que foi um pai para mim, e minha mulher, que sempre me apoiou, na carreira e na vida. É um sonho fazer parte de um grupo seleto de pessoas como esse, no Rio, cidade em que trilhei minha carreira e decidi morar. É um sonho e uma alegria imensa fazer parte do Hall da Fama.

No ringue
O lutador intensificou seus treinos no boxe nos últimos meses e já tem contato para uma segunda luta

Após hospedar Bolsonaro na Flórida, lutador diz que faria o mesmo por Lula

A um passo de escrever um novo capítulo em outra modalidade esportiva, a vida de José Aldo nos últimos meses foi, segundo o próprio lutador, um misto de emoções, sensações e experiências. Mas um fato específico colocou o lutador no olho do furação da política brasileira: a iniciativa de hospedar em sua casa na Flórida por tempo indeterminado o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ao **Estadão**, José Aldo, que declarou voto em Jair Bolsonaro na eleição presidencial, reforça que não enxerga como um erro alugar o imóvel ao ex-presidente da República e brinca que, caso Lula fosse à Flórida, também colocaria à disposição sua residência ao atual presidente. O lutador tem duas propriedades na Flórida.

“Vamos por partes: eu cederia a casa (ao Bolsonaro) normalmente de novo, sem problemas. Como já disse, diversos artistas globais, cantores, jogadores já ficaram na minha casa nos Estados Unidos. Todos que me conhecem, principalmente amigos, ficam na minha casa. Faria tudo de novo (hospedar Bolsonaro) sem nenhum problema”, disse.

“Independentemente da opção política de cada um, tenho de pensar naquilo que vai ser bom para mim. Não vejo problema em as pessoas falarem que eu hospedei o presidente na minha casa. Eu até brinco com meus amigos próximos que, como tenho duas casas, eu hospedaria o outro presidente (Lula) sem problema algum se ele viesse à Flórida (assim como o Bolsonaro) também.” ●

MARCOS CORREA/PR–29/1/2021

O ex-presidente Jair Bolsonaro e o lutador brasileiro José Aldo

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● **Campeonato Italiano**
Milan x Torino
16h45 / ESPN
● **Campeonato Francês**
Nice x Ajaccio
17h / ESPN

BASQUETE
● **Copa Intercontinental**
RG Valley Vipers x São Paulo
14h / ESPN 4
● **NBA**
C. Hornets x Boston Celtics
21h30 / ESPN 2

VÔLEI
● **Superliga Feminina**
Sesi Bauru x Barueri
18h30 / SporTV 2

Campeonato Paulista

Palmeiras desperdiça dois pênaltis, mas bate Inter e segue invicto

Alviverde vence equipe de Limeira por 2 a 0, chega aos 17 pontos e segue na liderança geral; Corinthians joga mal e perde no ABC

7ª RODADA DO PAULISTÃO

PALMEIRAS	INTER DE LIMEIRA
2	0

Gols: Raphael Veiga, aos 17, e Piquerez, aos 35 do 1ºT.
PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha, Gómez, Murilo e Piquerez; Gabriel Menino (Jailson), Zé Rafael (Luan), e Raphael Veiga; Dudu (Breno Lopes), Endrick (Giovani) e Rony (López). **Técnico:** Abel Ferreira.
INTER DE LIMEIRA: Léo Vieira; Léo Duarte, Leandro Silva, Douglas e Zé Mario; Claudinei, Uillian Correia (Canesin) e Matheus Oliveira (Jean Martim); Everton Brito (Bill), Iago (Eliandro) e Chrigor (Jonathas). **Técnico:** Pintado.
Árbitra: Edina Batista Alves.
Amarelos: Eliandro.
Público: 31.855 torcedores.
Renda: R$ 1.448.695,22.
Local: Allianz Parque, em S.Paulo.

7ª RODADA DO PAULISTÃO

SÃO BERNARDO	CORINTHIANS
2	0

Gols: Vitinho Mesquita, aos 4 do 1º T; João Carlos, aos 3 do 2º T.
SÃO BERNARDO: Alex Alves; Hélder (B. Azevedo), Romércio, Rafael Vaz e Jeferson (Alex Reinaldo); R. Souza, V.Mesquita (H.Lordelo) e Chrystian; A. Henrique, Léo Jabá (M. Régis) e J. Carlos (J. Douglas). **T.:** M. Zanardi.
CORINTHIANS: Cássio; Fagner, B. Méndez, Balbuena e M. Bidu (F. Santos); Roni, Du Queiroz (Vera) e Giuliano (J. Moraes); Adson (M. Araújo), R. Guedes e Romero (Paulinho). **T.:** F. Lázaro. **Amarelos:** Vaz, V. Mesquita, J. Carlos, Fagner, Balbuena, Alex Reinaldo, Rony. **Renda e Público:** Não divulgados. **Local:** 1º de maio, em São Bernardo do Campo..

RICARDO MAGATTI

O Palmeiras engatou sua quarta vitória consecutiva no Paulistão e deu mais uma prova de que, de novo, deve brigar pelo título. Ontem, ganhou da Inter de Limeira por 2 a 0 no Allianz Parque com futebol ofensivo e de bom nível, ainda que tenha desperdiçado duas das três penalidades que teve a seu favor.

O triunfo que manteve o time de Abel Ferreira como o único invicto e na liderança geral, com 17 pontos, foi construído com gols de Raphael Veiga e Piquerez no primeiro tempo. Veiga fez o dele de pênalti, mas no fim do jogo perdeu outra cobrança, bem como Dudu, que chutou outro para fora.

O jogo foi de ótimo nível técnico. A Inter de Limeira jogou e deixou jogar e pagou o preço de adotar essa estratégia. O time do interior teve desempenho elogioso ao exigir ao menos três defesas de Weverton, mas não foi efetivo. Diferentemente do Palmeiras, que criou ainda mais que o rival, teve amplo domínio em alguns momentos do jogo e foi às redes duas vezes no primeiro tempo.

Com espaço para jogar, o bombardeio palmeirense incluiu bicicleta de Endrick no travessão e gols de Raphael Veiga, convertendo pênalti que Endrick sofreu, e de Piquerez. O lateral fez de três dedos o golaço da noite. O terceiro não saiu na primeira etapa porque Dudu cobrou para fora pênalti que ele mesmo sofreu.

Continuou bom de se ver o jogo nos últimos 45 minutos e com domínio alviverde, ampliado após a entrada de Giovani. Não houve mais gols porque o goleiro Léo Vieira foi muito bem. Ele até defendeu mais uma cobrança de pênalti, sofrido por Giovani no fim do jogo. Veiga bateu no canto esquerdo e Léo espalmou a batida para impedir que o triunfo palmeirense virasse goleada.

NO ABC. Em uma apresentação abaixo da crítica, o Corinthians cometeu uma série de erros individuais e coletivos e perdeu para o São Bernardo por 2 a 0 ontem à noite, no estádio 1.º de Maio.

O São Bernardo abriu o placar logo aos quatro minutos do primeiro tempo. Dentro da área, o zagueiro Balbuena demorou muito para fazer o passe e quando tentou tocar na bola, fez pênalti em Léo Jabá. Vitinho Mesquita bateu bem e fez o primeiro gol do time do ABC.

O Corinthians sequer levava perigo ao goleiro Alex Alves. Aos três do segundo tempo, o São Bernardo fez o segundo. Alex Reinaldo foi à linha de fundo e, sem marcação, cruzou para João Carlos tocar no canto direito de Cássio – 2 a 0. Depois, até o fim do jogo, o Corinthians teve pouca objetividade e não conseguiu diminuir. ●

Justiça

Ex-mulher diz que colocaria ‘corpo no fogo’ por Dani Alves

Dinorah Santana, primeira mulher de Daniel Alves e mãe de seus dois filhos, saiu em defesa do jogador, preso em Barcelona provisoriamente enquanto responde por acusação de crime sexual. Em entrevista ao jornal espanhol *Sport*, a brasileira diz acreditar na inocência do atleta, apesar dos processos na Justiça espanhola.

Dinorah conta que a família planeja uma visita ao jogador, assim que sair a data de sua audiência. Além disso, a ideia é se mudar para Barcelona, para permanecer ao lado de Daniel Alves, que jamais admitiu ter forçado a mulher que o acusa de fazer sexo com ele. A família tomou conhecimento das acusações ainda em 31 de dezembro do ano passado, um dia após o jogador ter ido para a boate Sutton e encontrado a jovem de 23 anos, que o acusa de estupro.

Dinorah e Daniel Alves se separaram em 2011, mas ela continuou na Espanha até 2019 para que o jogador pudesse conviver com os filhos. Um dos planos dos dois era que Daniel e Victoria estudassem na Universidade de Barcelona.

Preso provisoriamente à espera de um julgamento, Daniel Alves está no presídio Brians 2, em Barcelona. “Eu não falei com Dani. Na situação em que se encontra, ele não está receptivo ou disposto a ver as pessoas na prisão”, revela a ex-mulher, que acredita em sua inocência. “Colocaria meu corpo inteiro no fogo por ele. Minhas mãos e meu corpo.”●

Visuais

Artista mostra o País em lonas de caminhão

Felipe Rezende tem sua primeira exposição individual em São Paulo, com pinturas sobre conflito de terras

ALEX SILVA/ESTADÃO

Exposição do autor baiano está na Galeria Leme, no Butantã

MATHEUS LOPES QUIRINO

O artista Felipe Rezende, 28, conta a história de um Brasil profundo em pinturas feitas sobre grossas lonas de caminhão. Desgastadas e remendadas, ele as considera como “pele da estrada da vida” – e o diz com os olhos cintilantes durante a entrevista ao **Estadão**. Na obra que dá título à exposição *O Último Buritizeiro*, com curadoria de Tiago Sant’Ana, na galeria Leme, Felipe retrata dona Ozelina, uma coletora do Quilombo da Cacimba, no oeste baiano. É uma figura sofrida, mas que exala força.

Assim como Ozelina, ele também mostra outros trabalhadores, como pescadores e garis. E também ambulantes, como Silvio, que vende caldos no Terminal do Butantã. O uso da lona em seus trabalhos é recente – resultado de investigações durante residência artística na galeria Pivô, no centro de São Paulo motivo que o trouxe à capital paulista em 2022.

VIAJAR. Natural de Barreiras, cidadezinha do interior da Bahia, quase na divisa com o Estado do Tocantins, Felipe Rezende incorpora em sua produção signos de um país que vive um conflito de terras em seus rincões. O trabalho pesado dos camponeses, que ele inclusive registrou no documentário O *Estrondo do Quilombo*, dirigido por Diva Bonfim, mostra a preocupação de Felipe com a questão agrária: ele denuncia o abuso do agronegócio em algumas pinturas da série, mostrando terra arrasada pelas queimadas e aviões que despejam agrotóxico como se fossem bombas.

O artista, que já trabalhou como garçom e pintor de parede, sabe a importância do trabalho pesado e usa os acidentes da lona para evidenciar o poder do tempo, indelével.

“A lona de caminhão carrega as grandezas do deslocamento, do tempo, da necessidade em estar em constante trânsito”, diz o artista, que está acostumado com mudanças. Antes de levar o Prêmio EDP nas Artes, em 2019, Felipe morou em diversos lugares de Salvador, onde cursou Artes Plásticas na Universidade Federal da Bahia.

Na faculdade, sempre dependeu de bicos para bancar moradia, um fator que pode ter dificultado, mas não o impediu de traçar um caminho artístico, em busca de referências, como as gravuras clássicas do alemão Hans Holbein a personagens da cultura pop, animes e mangás.

LITERATURA. Seu livro preferido, o romance *Grande Sertão: Veredas*, do mineiro João Guimarães Rosa, diz muito a seu respeito; a história do viajante no eterno descobrir-se, algo que se mostra na insistente caminhada para criar suas pinturas, sem precisar de malabarismos. Em 2022, depois da temporada no Pivô, a galeria Jack Bell, de Londres, adquiriu algumas das obras, o que lhe garantiu uma reserva. Pelo menos até Buenos Aires, onde começa uma residência artística no próximo mês. ●

Tributos Efeito retroativo

Empresas projetam perdas bilionárias com decisão do STF sobre impostos

Especialistas dizem que decisão dos ministros do Supremo de autorizar a revisão de sentenças tributárias favoráveis às companhias vai gerar insegurança jurídica

MARCELA VILLAR
SÃO PAULO
LAVÍNIA KAUCZ
BRASÍLIA

Empresas de vários setores começaram a fazer as contas sobre os prejuízos que terão com uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal. Na quarta-feira, o STF estabeleceu que sentenças antes consideradas definitivas em disputas sobre o pagamento de impostos podem ser alteradas. Ou seja, uma empresa pode ter levado anos brigando com o governo na Justiça, ter ganhado em todas as instâncias e, ainda assim, não ter a segurança de que o problema terá sido superado. Se houver mudança na lei, a sentença favorável à empresa poderá ser revista e ela terá de fazer pagamentos retroativos referentes ao período em que ainda discutia com o governo na Justiça.

O julgamento discutiu especificamente a manutenção de sentenças que livraram empresas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Só nesse caso, advogados ouvidos pelo *Estadão/Broadcast* afirmam que a mudança terá impacto direto em pelo menos 30 grandes grupos. A lista inclui nomes como Embraer, Pão de Açúcar (GPA), BMG, Zurich Seguros, Banco de Brasília (BRB), Holding Alfa, Samarco, Magnesita, Grupo Ale Combustíveis e Kaiser. Na Embraer, o impacto estimado é de, no mínimo, R$ 1,16 bilhão por ano, segundo especialistas do setor. O cálculo tem como base o último balanço trimestral da empresa.

A decisão do STF, porém, deve ir além dessa causa. Afeta também decisões vinculadas a outros tributos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na revenda de mercadorias importadas, a contribuição patronal sobre o terço de férias e a exigência de Cofins para as sociedades uniprofissionais.

Ainda há dúvidas quanto ao período em que o imposto poderá ser cobrado. Alguns especialistas entendem que pode valer desde junho de 2007 – data de julgamento no próprio STF que considerou o CSLL constitucional. Outros defendem que a cobrança seja retroativa somente por cinco anos. A expectativa é de que isso seja esclarecido com a publicação do acórdão do processo. A certeza, até agora, é de que a cobrança começará em 90 dias ou no próximo ano fiscal, a depender do imposto.

INSEGURANÇA. Por alterar julgamentos definitivos na Corte, o tema foi visto pelo mercado como fonte de insegurança jurídica. "Há evidente violação ao princípio da segurança jurídica, pois trata-se da primeira vez que o STF se manifestou sobre o tema, impedindo que os contribuintes que tinham decisões transitadas em julgado pudessem se organizar para esse novo cenário", afirmou o advogado Thales Stucky, sócio da área tributária do Trench Rossi Watanabe.

O argumento usado pelos ministros do Supremo foi de que a isenção dada anteriormente a algumas empresas afetou a lealdade de concorrencial: as companhias de um mesmo setor estariam concorrendo de forma desleal, já que uma seria isenta de determinado imposto por uma decisão judicial, enquanto outra, não.

O *Estadão/Broadcast* procurou todas as empresas citadas na reportagem. O BRB disse que ainda está avaliando os impactos da decisão. A Samarco disse que não vai comentar. A RHI Magnesita informou não ter tempo hábil para fazer as avaliações necessárias. A ALE Combustíveis disse que "não comenta decisões judiciais e ressalta que segue a legislação brasileira". A Braskem disse que não será afetada pela decisão do STF por pagar CSLL desde 2007. Embraer, BMG, Zurich Seguros, Holding Alfa, Samarco e Magnetisa não deram resposta. ●

GPA tinha isenção havia 31 anos e agora vai recolher tributo

Um dos exemplos de como a decisão do STF afetará as empresas é o Grupo Pão de Açúcar (GPA). A varejista era isenta da CSLL desde 1992, por decisão judicial. Agora, terá de pagar o tributo, retroagindo a 2007 – ano em que o STF definiu que essa cobrança era constitucional. A empresa estimou que terá de pagar R$ 290 milhões. ●

DECISÃO VAI AJUDAR CAIXA DO GOVERNO, AFIRMA SECRETÁRIO DO TESOURO. PÁG. B2

Celso Ming celso.ming@estadao.com

Nova matriz desenvolvimentista

O PT e os partidos de esquerda da base do governo já não querem apenas a derrubada dos juros e o fim da autonomia do Banco Central (BC). Querem o que chamam de política econômica desenvolvimentista.

Se o presidente Lula for adiante nessas intenções haverá consequências, com probabilidade de que se transforme num tiro no pé do governo.

Política desenvolvimentista é uma coisa vaga. A ideia é alavancar crescimento econômico e criação de empregos sem apego ao equilíbrio das contas públicas. Pressupõe sempre mais despesas do governo e, portanto, despejo de dinheiro público – de maneira a puxar pelo aumento do consumo e da atividade econômica. Esse ambiente é incompatível com juros altos, não só porque encareceriam o crédito e os investimentos, mas porque juro alto só existe com escassez de moeda.

Explicando melhor: juro é um dos preços do dinheiro (o outro é o câmbio), que está sujeito à lei da oferta e demanda. Dinheiro em abundância derruba o preço do dinheiro, ou seja, os juros. Dinheiro curto aumenta os juros. A política monetária do BC se resume a tirar dinheiro do mercado (aumentar os juros) quando a inflação é alta e deixar que ele aumente quando a inflação é baixa.

Política desenvolvimentista foi o que pretendeu fazer a presidente Dilma, com a então chamada Nova Matriz Econômica. Mandou baixar os juros a canetadas, acionou o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica para derramar crédito barato no mercado. O resultado foi o desastre que se viu: aumento do rombo fiscal (que o governo tentou disfarçar com as pedaladas), esticada da inflação, alta do dólar em reais, queda abrupta da confiança e dos investimentos, disparada da dívida pública e tal.

Além do aumento (artificial) do PIB, o governo Lula parece gostar de mais inflação porque ela tende a aumentar a arrecadação e, supostamente, a atenuar o déficit público.

Esses efeitos que se produziram no governo Dilma seriam equivalentes aos que aconteceriam se o governo Lula conseguisse acionar sua política desenvolvimentista. Por isso, seriam um tiro no pé.

A cotação do dólar subiu 4,6% para R$5,27, depois de operar abaixo dos R$ 5,00 na última quarta-feira, 02, porque os agentes econômicos trataram de se defender de mais essa possível lambança.

Mas até que ponto o presidente Lula conseguirá esse objetivo? O maior obstáculo será o Congresso. Até agora, deputados e senadores permaneceram quietos, porque acabaram de tomar posse. Mas deverão tentar botar freios no governo. As resistências à aprovação do voto de qualidade no Carf mostram que esse movimento já começou. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Tributos Orçamento público

Secretário do Tesouro afirma que decisão vai ajudar caixa do governo

Ceron diz que impostos podem melhorar ajuste fiscal; especialista fala que cobrança retroativa vai ser discutida na Justiça

ADRIANA FERNANDES
ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) permitindo à Receita Federal cobrar impostos de empresas que já tinham conseguido no passado decisão favorável transitada em julgado na Justiça vai ajudar a reforçar o caixa do governo. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, explicou ao **Estadão** como serão os mecanismos de negociação com as empresas.

Ceron admitiu que a decisão da mais alta Corte do País contribui para aumentar a arrecadação prevista no conjunto de medidas, mas preferiu não fazer previsões. Segundo o secretário, essas empresas podem aproveitar o incentivo da chamada denúncia espontânea, tirando toda a incidência de multa sobre esses débitos. A denúncia espontânea é um instrumento que existe no Código Tributário Nacional que permite ao devedor se antecipar e confessar para o Fisco os débitos em atraso (*mais informações no quadro ao lado*).

"Tem empresas que estão em discussão no Carf (*Conselho Administrativo de Recursos Fiscais*) com o Fisco e outras que ainda não estão, mas poderão ser autuadas", disse Ceron. Ele afirmou que as empresas podem fazer a denúncia espontânea tirando toda a incidência de multa sobre esses débitos – o STF permitiu a cobrança de juros e multas.

'Coisa julgada'
Advogado diz que decisão pode abrir precedente para contestação de decisões definitivas

O Carf é o tribunal administrativo que julga ações de contribuintes contra autuações da Receita. Segundo o secretário, a medida é um benefício importante porque as multas de ofício e de moratória juntas quase dobram o valor do débito.

EMBARGO. O procurador especial tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Luiz Gustavo Bichara, informou ao **Estadão** que deve entrar com o chamado embargo de declaração no STF para pedir esclarecimentos sobre temas que ficaram com lacunas na decisão.

"A polêmica acerca do tema da coisa julgada não se esgotou no julgamento de ontem. Há inúmeras outras questões sobre as quais o Supremo provavelmente terá de se debruçar", disse. Entre esses problemas, está a aplicação da multa. "Faz o que com a multa? Ninguém pode ser multado por ter seguido uma decisão judicial transitada em julgado."

O advogado Pedro Grillo, do Brigagão, Duque Estrada Advogados, afirmou que o próximo passo é discutir o período da cobrança. A ideia é de que não haja cobrança retroativa. "Cobrar o passado gera insegurança jurídica e tem impacto orçamentário enorme. As empresas se orientavam e se guiavam na certeza de que tinham ganhado os processos individuais", disse Grillo.

Marcelo Guaritá, sócio de Peluso, Stupp e Guaritá Advogados, afirmou que há um receio de que essa revisão de uma decisão definitiva, chamada de "coisa julgada", possa abrir margem para outras áreas além da tributária. "Coisa julgada é o que a gente tem de mais sagrado no Direito, que é a decisão definitiva. Depois que um processo termina, passa por todas as instâncias, você tem uma decisão. O que está se discutindo é qual é o alcance disso, porque a decisão do Supremo é tributária, só que o fundamento dela é processual, ou seja, pode valer para outras coisas", disse. ●

Para entender

O que diz a decisão e como ela afeta as empresas

● Decisão
Na quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que casos tributários decididos pela Corte têm efeito automático até sobre processos transitados em julgado (quando não há possibilidade de recurso)

● Consequências
Na prática, isso significa que contribuintes que conseguiram no passado decisões favoráveis na Justiça para deixar de recolher determinados impostos serão obrigados a voltar imediatamente a pagá-lo se o STF mudar o entendimento sobre o tema

● Tributo
O Supremo avaliou dois casos específicos. Nas duas ações, havia a discussão entre a União e contribuintes sobre se as companhias deveriam recolher a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL)

● Contribuição
A CSLL é cobrada pela União e incide sobre o lucro líquido das empresas. As alíquotas variam. Para bancos, por exemplo, ela é de 20%

● Vitórias
As empresas haviam obtido vitórias definitivas na Justiça na década de 1990. Em 2007, porém, o STF decidiu que a cobrança era constitucional e precisava ser retomada

● Entendimento
As companhias que tinham decisões definitivas favoráveis entenderam que a sentença de 2007 não se aplicava a elas. A decisão do Supremo de quarta-feira, porém, diz que sim, e que entendimentos anteriores devem ser desconsiderados. A sentença da Corte Suprema pode alcançar a cobrança de outros impostos

● Caso
Um dos casos debatidos pelo Supremo envolvia a União e a uma indústria têxtil, que havia obtido uma decisão final para não recolher a CSLL no Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (TRF-5)

● Cobrança
Conforme a sentença do Supremo, as cobranças da Receita terão de respeitar dois princípios: da anterioridade e da noventena. A primeira prevê que aumentos de alíquotas de tributos só passam a valer no exercício fiscal do ano seguinte. A segunda determina que a cobrança só poderá ser feita após 90 dias

● Argumento do STF
O argumento do Supremo para o novo entendimento foi de que as empresas que não recolhiam a contribuição mesmo com decisão judicial concorriam de forma desleal com as que não tinham uma sentença favorável

● Antecipação
A advogada Vanessa Cardoso, sócia do Sfera Law, diz que a orientação é para que as empresas declarem quanto devem de imposto. Segundo ela, se a empresa esperar a notificação do Fisco, ela deve pagar o tributo, com multa de, no mínimo 75% e máximo 150% (em caso de fraude). Se avisar a Receita, a multa é de 20%, somada aos juros

Laura Karpuska karpuska.estadao@gmail.com

Foco

A taxa de juros não parece importar para o crescimento de longo prazo de países. Na verdade, poderíamos nos perguntar se as taxas de juro elevadas reduzem o crescimento a longo prazo ou se são os próprios fatores que causam taxas de juro elevadas que também atrasam o nosso crescimento.

Vivemos hoje um equilíbrio econômico ineficiente – e equilíbrios ineficientes costumam se autorreforçar. Instituições que foram cooptadas por pequenos grupos de interesse geram incentivos para que os mesmos grupos de interesse continuem distorcendo escolhas sociais e possam continuar capturando o Estado.

Os subsídios industriais são um exemplo disso. Ao escolher subsidiar um determinado setor da economia, o governo faz essa escolha pensando no bem-estar social ou por que foi capturado por grupos de interesse daquele setor? Grupos que recebem subsídios continuam influentes e podem ajudar a perpetuar políticos que atendam a seus interesses. É um círculo vicioso.

Outros exemplos de captura do Estado podem ser políticas macroeconômicas curtoprazistas. São políticas feitas em detrimento do longo prazo, como controle de preços, políticas de transferência de renda sem um programa bem estruturado ou negligência com inflação alta, por exemplo.

> *Instituições foram cooptadas por grupos de interesse, o que distorce as escolhas sociais*

A maioria dos economistas já abandonou a ideia de que é preciso esperar o bolo crescer para, então, dividi-lo. Sabe-se hoje que a desigualdade, além de ser um problema de direitos humanos, é uma barreira ao crescimento. Logo, políticas que possam reduzir a desigualdade podem colaborar não apenas para o bem-estar social dos mais pobres, mas também para que as pessoas possam viver uma vida mais plena, feliz e produtiva.

Políticas que possam assegurar trabalhadores contra choques negativos e flutuações de renda inesperadas também podem ajudar no melhor funcionamento da economia. Hoje, há uma grande parcela de trabalhadores no setor de serviços que não está devidamente assegurada. O Estado precisa dividir o custo desse risco com a sociedade de uma forma mais justa e eficiente.

O governo está focado em discutir revisão de metas de inflação, autonomia do Banco Central ou políticas industriais. Por que o governo não se concentra em reconstruir programas de transferência de renda que foram destruídos no governo anterior, ou em analisar o impacto da larga parcela de subsídios dados pelo Estado para alguns setores ou ainda avaliar como assegurar trabalhadores de novas categorias de trabalho? O pobre tem sempre de esperar. ●

PROFESSORA DO INSPER, PH.D. EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE NOVA YORK EM STONY BROOK

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Indicadores Variação de preços

Puxado por alimentos, IPCA sobe 0,53% em janeiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial de inflação no País, avançou 0,53% em janeiro, ritmo inferior ao 0,62% de dezembro do ano passado, mas o cenário da dinâmica de preços para 2023 ainda é preocupante, dizem analistas. No acumulado em 12 meses, o índice ficou em 5,77%, acima da meta da inflação estipulada para o ano, que é de 3,25% (podendo oscilar até 4,75%).

Os preços de alimentos e do grupo Transportes puxaram o índice em janeiro. O grupo Alimentação e Bebidas subiu 0,59% (ante 0,66% de dezembro). Cenoura (17,55%), batata-inglesa (14,14%) e tomate (3,89%) tiveram os maiores reajustes. Já o grupo Transportes subiu 0,55%.

Luca Mercadante, economista da gestora Rio Bravo Investimentos, lembrou que, apesar do alívio, o IPCA de janeiro "não condiz com a meta do BC" para a inflação para 2023. "O que preocupa são os núcleos de preços, ainda bastante pressionados." ● VINICIUS NEDE/RIO

Política monetária Briga no governo

Antes de críticas de Lula, Campos Neto e Haddad discutiram metas de inflação

Equipe econômica sugeriu uma mudança nas taxas para 2024 e 2025, mas tema não deve entrar na pauta da reunião do CMN

BRASÍLIA

A equipe econômica já tinha uma sinalização positiva do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, para um ajuste nas metas de inflação dos próximos anos quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou a criticar com mais intensidade a condução da política monetária. A investida interrompeu as conversas com a autarquia.

O *Estadão/Broadcast* apurou que o presidente do BC e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, trataram reservadamente sobre a necessidade de mudança nas metas de 2024 e 2025 – consideradas muito justas pelo governo petista.

Na conversa, relatada à reportagem por dois técnicos da equipe econômica, Campos Neto sinalizou que uma eventual mudança da meta de inflação de 2024, de 3% para 3,5%, poderia ter um efeito menos danoso na economia e contribuiria para uma eventual ancoragem das expectativas.

O começo de uma discussão sobre uma alteração na meta poderia ocorrer na próxima quinta-feira, na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) – a primeira com Haddad, Campos Neto e a ministra do Planejamento, Simone Tebet. No entanto, o tema não estará na pauta.

Conforme o decreto presidencial que definiu o regime de metas, cabe ao ministro da Fazenda propor o voto ao CMN com os objetivos que devem ser perseguidos pelo Banco Central. Segundo um técnico da equipe econômica, o assunto geralmente é tratado mais próximo de junho. Para ele, o assunto pode até ser discutido na reunião da próxima semana, mas não há voto para deliberação até o momento.

SEM IMPACTO. Um consenso entre os técnicos ouvidos é de que mudar a meta de 2023 com o ano já em curso teria praticamente nenhum impacto sobre a política monetária, uma vez que a calibragem de juros já mira mais os efeitos sobre a inflação de 2024.

Para possibilitar uma redução da Selic no curto prazo, a mudança da meta de 2023 teria de ser de grande magnitude, e não apenas um ajuste. De acordo com os economistas do mercado consultados semanalmente pelo BC na pesquisa Focus, a mediana para o IPCA deste ano está em 5,78%. Já os cálculos do próprio Comitê de Política Monetária (Copom) apontam para uma inflação de 5,6% em 2023.

Mesmo que o centro da meta deste ano passe de 3,25% para 3,5%, a meta estaria estourada. Desde 2017, a margem de tolerância adotada para os objetivos anuais é de 1,5 ponto porcentual. Ainda que essa banda retorne para 2 pontos porcentuais – como vigorou entre 2006 e 2016 –, as projeções atuais indicariam para o descumprimento da meta deste ano, o que na prática continuaria a impedir uma queda mais imediata da Selic. Por isso, para os técnicos, do ponto de vista da defasagem dos efeitos da política monetária faria mais sentido afrouxar as metas de 2024 e 2025.

CREDIBILIDADE. Publicamente, Campos Neto já disse que alterar as metas vigentes pode minar a credibilidade do atual regime de combate à inflação. Na quarta-feira, o diretor de Política Monetária, Bruno Serra, argumentou que até alguns meses atrás os agentes entendiam que a meta era crível e que o BC seria capaz de entregá-la. Serra ainda afirmou que o CMN é quem estabelece a meta, e que a autoridade monetária atua para atingir o alvo definido. ● ANTONIO TEMÓTEO, EDUARDO RODRIGUES, THAÍS BARCELLOS e EDUARDO GAYER

Ataque

A ofensiva do presidente contra o Banco Central

● **Campanha**
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde sua campanha, faz ataques à taxa Selic, os juros básicos da economia, determinados pelo Banco Central

● **'Vergonha'**
Na segunda-feira, ao dar posse a Aloizio Mercadante como presidente do BNDES, Lula classificou a decisão do BC em manter a taxa em 13,75% como uma "vergonha".

● **'Cidadão'**
No dia seguinte, ele voltou ao tema em entrevista para a RedeTV. "Não é possível que a gente queira que este País volte a crescer com taxa de 13,75%. É isso que eu acho que esse cidadão (*Campos Neto*), indicado pelo Senado, tenha possibilidade de maturar"

● **Base aliada**
As críticas de Lula impulsionaram ataques da base aliada. A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), disse que o BC é a "última trincheira do bolsonarismo"

Lira diz que autonomia do BC 'não retroagirá'

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que a autonomia do Banco Central, aprovada em 2021 pelo Congresso, "não retroagirá". A declaração foi feita em meio a críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à atuação do presidente da autarquia, Roberto Campos Neto.

"Tenho a escuta, a tendência do que a maioria do plenário pensa. Com relação à independência do Banco Central, esse assunto não retroagirá", disse Lira. "O Banco Central independente é uma marca mundial, o Brasil precisa se inserir nesse contexto", acrescentou o deputado, ao dizer que a autonomia foi o modelo escolhido pelo Congresso para o BC.

Na quarta-feira, líderes petistas na Câmara decidiram apoiar um convite para que Campos Neto vá ao Congresso explicar a política de juros da instituição. Horas antes, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, havia afirmado que não há nenhuma ação no governo para reverter a autonomia do BC.

● IANDER PORCELLA/BRASÍLIA

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia") relativas ao quarto trimestre findo em 31 de dezembro de 2022.

Destacamos os seguintes fatos no quarto trimestre de 2022:

Contexto econômico

O quarto trimestre de 2022 foi marcado por importantes acontecimentos tanto no cenário internacional como no local, que apontaram para um cenário de incerteza nas principais economias mundiais.

Sobre o Brasil, a conjuntura macroeconômica indicou, no quarto trimestre, sinais de desaceleração por conta dos impactos gerados pelo forte aperto monetário, em que a manutenção da SELIC a 13,75% começou a dar sinais do esfriamento no nível de investimentos e aumento do endividamento das famílias, o que culminou na redução da propensão do consumo das famílias e geração de renda. Vale destacar o cenário pré e pós-eleitoral que também impactou o nível de atividade econômica. O Consumo das Famílias caiu 2,3% em novembro ante outubro e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) caiu 1,2%, na mesma base de comparação. Assim observamos uma desaceleração dos grandes segmentos em decorrência do encarecimento do custo de acesso ao crédito e da elevação na inadimplência reforçado ainda pelo cenário de incerteza promovido pelas eleições presidenciais que aconteceram em outubro do ano passado e o fantasma dos riscos fiscais do país nos próximos anos, o que tem acuado investidores e provocado muita volatilidade nos mercados.

No panorama global, as tensões geopolíticas envolvendo o conflito entre Rússia e Ucrânia continuaram pesando sobre o setor de energia na Europa, o que resultou em uma pressão inflacionaria na zona do euro. Os temores de uma possível recessão na Europa em 2023 continuam assombrando os mercados, mas de fato a economia europeia se sobressaiu bem em 2022, com alguns destaques como a Alemanha, cujo PIB teve avanço de 1,9% no ano. Parte dessa melhora econômica apareceu no 4T22, pelo efeito de recuperação na produção e consumo após o fim dos *lockdowns* no começo do ano. Além disso, o desempenho mais forte foi sustentado pelo suporte fiscal do governo alemão no setor de energia e a melhora da produção de automóveis que vinha sendo prejudicada pelos gargalos na cadeia de *chips* semicondutores.

Nos Estados Unidos, os dados do último trimestre apontaram para um cenário diferente do que foi observado nos 9M22 e colocou em pauta o crescimento em 2023. Nos 9M22, o pleno emprego e estímulo ao consumo pressionaram a inflação, que obrigou o FED a endurecer sua política monetária. Já no 4T22, grandes empresas começaram a dar sinais de desaceleração em investimentos e até promover demissões em massa no setor de tecnologia. No lado do consumo, também foi observado uma diminuição de ritmo, como vimos nos dados divulgados por lá. Por exemplo, as vendas no varejo caíram 1,1% em dezembro juntamente com a queda de 0,5% nos preços do atacado quando comparado ao mês anterior. Seguindo essa linha, a produção industrial recuou 0,7% no fim do ano. Outro ponto de atenção foi o desempenho menos animador dos bancos americanos, reflexo dessa queda na atividade e de uma postura mais restritiva adotada pelo FED ao longo de 2022 – com objetivo de controlar a inflação. O paradoxo é que o panorama do 4T22 gerou condições mais favoráveis para a acomodação da inflação e o *soft landing* da política monetária.

Em contrapartida, o PIB chinês superou as expectativas de mercado e avançou 3% no ano de 2022, com um avanço de 2,9% no quarto trimestre do ano passado ante o mesmo período de 2021, principalmente pela flexibilização da abertura econômica na pandemia. O crescimento econômico do país é consequência das fortes vendas no varejo em dezembro estimulada pelo aumento nas vendas de automóveis, à produção industrial em alta e ao aumento dos investimentos em ativos fixos. Isso tudo é fruto de uma recuperação cíclica de crescimento devido a normalização contínua de viagens e negócios em detrimento do afrouxamento da política "Covid Zero" diminuindo os gargalos comerciais e promovendo a liberação parcial do excesso de poupança da população.

As combinações supracitadas fortaleceram o cenário de incerteza global que se arrastaram para o ano de 2023 indicando uma desaceleração econômica e possível recessão nas principais economias. Insegurança quanto a responsabilidade fiscal do novo governo no Brasil é o grande tema a ser observado.

Desempenho dos negócios

Na área de Assessoria Financeira, continuamos prestando diversos serviços, com destaque para os segmentos de fusões e aquisições, assessoria a conselhos e privatizações. Anunciamos 18 transações com um volume total de R$9,4 bilhões no ano de 2022, lembrando que algumas transações não tiveram seu valor divulgado. No quarto trimestre, destaca-se a atuação da Companhia como assessor exclusivo do Casino na oferta secundária das ações do Assaí.

A área de Mercado de Capitais manteve o forte desempenho na estruturação e distribuição de dívidas e continuou a implementação de sua estratégia de utilização de capital como garantia firme meio para diversificar suas estruturações e acessar novos produtos, principalmente debêntures. No ano de 2022, a área totalizou R$ 5,65 bilhões em emissões estruturadas. No quarto trimestre de 2022, o BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") atuou como Coordenador Líder em 6 operações de emissão de CRIs, 4 operações de FII, 1 operação de Debêntures e 1 operação de CCB totalizando mais de R$ 1,28 bilhões emitidos.

A área de tesouraria para clientes *(Treasury Sales & Structuring)* apresentou um trimestre de forte geração de negócios, com um desempenho robusto das receitas, o que é explicado, principalmente, por operações estruturadas juntos a clientes de grande porte. No ano de 2022, o volume negociado de derivativos e câmbio atingiu R$22,3 bilhões e a área conseguiu crescer consideravelmente sua carteira de clientes, em especial, em clientes estratégicos e emissores recorrentes de mercado de capitais. A tesouraria comprovou sua capacidade de rentabilizar o capital levantado no *IPO* e, também, se aproveitou dos *upgrades* de *rating* que o Banco teve pelas agências Fitch e Moody's em meados de 2022, como forma de prospectar novos clientes e fortalecer o posicionamento de sua franquia.

No BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco"), a Companhia continuou a crescer a carteira de ativos, principalmente nos CRI's e Debêntures originados pela área de Mercado de Capitais, e encerrou o quarto trimestre de 2022 com uma carteira de R$1,5 bilhão de títulos privados e *Bridge Loans*. É importante ressaltar que 100% dessa carteira é composta por títulos de empresas que o BR Partners atua como estruturador das dívidas e analisa profundamente o risco de cada emissor. A soma dos volumes de ativos sob gestão do FIP Outlet e FIP Pet, geridos pela área de Investimentos, atingiu R$377 milhões em dezembro de 2022, um crescimento de 5% em relação a dezembro de 2021.

Desempenho financeiro consolidado

As receitas totais atingiram R$413,5 milhões em 2022, comparado a R$367 milhões a 2021, refletindo crescimento de 13%. O lucro líquido atingiu R$147,1 milhões, comparado a R$138,7 milhões em 2021, representando aumento de 6% sobre o exercício anterior e um retorno sobre o patrimônio líquido de 18,7%. A Companhia encerrou o exercício com um patrimônio líquido de R$804,2 milhões.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

A Companhia não tem política formal de reinvestimento por parte de seus acionistas e todos os reinvestimentos até aqui verificados foram deliberados pelos acionistas em sede de AGO/AGE.

A política de dividendos da Companhia prevê a distribuição anual do dividendo mínimo obrigatório no valor de 25%, contudo a Companhia pretende remunerar seus acionistas de acordo com a apuração dos resultados auferidos ao longo do exercício, envidando melhores esforços para distribuir dividendos a um percentual superior ao estabelecido pela legislação vigente.

Negócios sociais e principais fatos administrativos

A Companhia apoia, através das leis de incentivos fiscais, organizações não governamentais com projetos ligados principalmente à saúde, educação, esporte, diversidade e equidade de gênero. As ações sociais promovidas pela Companhia podem ser realizadas de forma pontual e/ou emergencial, como a arrecadação de cestas básicas e doações de computadores para entidades filantrópicas. No quarto trimestre de 2022, realizamos o aporte à projetos ligados as leis de incentivo, sendo eles Escola do Dinheiro (Fundo para Infância e da Adolescência), Bienal, Bossa Nova e OSESP (Lei Federal de Incentivo à Cultura), Rede Tênis Brasil (Lei Federal do Incentivo ao Esporte) e Hospital do Amor de Barretos (Fundo do Idoso).

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	1	77.470	94.132
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	6a	91.660	88.488	6.361.883	2.368.744
- Títulos públicos		–	–	5.727.370	1.803.817
- Títulos privados		–	1.165	445.733	325.438
- Cotas de fundos de investimento		91.660	87.323	188.780	239.489
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6b	–	–	780.966	257.594
- Títulos privados		–	–	746.216	230.759
- Cotas de fundos de investimento		–	–	34.750	26.835
Instrumentos financeiros derivativos	7a	–	–	267.367	149.852
Ativos financeiros ao custo amortizado	8a	–	–	274.999	81.568
- Operações de crédito		–	–	237.537	56.823
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado		–	–	37.462	24.745
Dividendos a receber		36.526	82.817	–	–
Outros ativos		164	337	22.144	57.856
Ativo fiscal diferido	20b	3.060	3.060	24.957	28.154
Investimentos em controladas	10	692.842	650.380	–	–
Imobilizado	11	–	–	46.596	4.721
Intangíveis	12	–	–	14.673	5.360
Total do ativo		**824.253**	**825.083**	**7.871.055**	**3.047.981**

		Controladora		Consolidado	
	Notas	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Passivo					
Passivos financeiros ao custo amortizado		–	–	6.744.705	1.959.050
- Recursos de operações compromissadas	14	–	–	4.983.415	1.228.129
- Recursos de clientes	14	–	–	1.297.012	671.744
- Recursos de emissão de títulos	14	–	–	459.930	59.177
- Outros passivos financeiros		–	–	4.348	–
Instrumentos financeiros derivativos	7a	–	–	113.837	70.478
Valores a pagar		4.856	42.873	82.549	150.192
- Fornecedores	13a	449	540	3.348	50.137
- Outros valores a pagar	13b	4.407	42.333	79.201	100.055
Impostos a recolher		102	191	15.135	7.170
Passivo fiscal corrente		–	–	34.596	40.801
Passivo fiscal diferido	20b	15.078	14.813	76.016	53.084
Total do passivo		**20.036**	**57.877**	**7.066.838**	**2.280.775**
Patrimônio líquido					
Capital social	15a	674.940	669.243	674.940	669.243
Reserva de capital		(30.193)	(28.963)	(30.193)	(28.963)
Reserva de lucros		163.828	128.689	163.828	128.689
Outros resultados abrangentes		(4.358)	(1.763)	(4.358)	(1.763)
Total do patrimônio líquido		**804.217**	**767.206**	**804.217**	**767.206**
Total do passivo e patrimônio líquido		**824.253**	**825.083**	**7.871.055**	**3.047.981**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA: EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido	**147.101**	**138.660**	**147.101**	**138.660**
Ajustes para:				
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	–	–	2.870	18.892
Perda por redução ao valor recuperável	–	–	(249)	(76)
Depreciações e amortizações	–	151	4.458	1.437
Impostos diferidos	265	1.538	26.129	14.182
Provisão para contingências	–	–	694	272
Resultado de participações em controladas	(154.031)	(143.555)	–	–
Outros ajustes	–	–	–	2
Lucro líquido ajustado	**(6.665)**	**(3.206)**	**181.003**	**173.369**
Variação em:				
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(3.172)	(18.367)	(3.993.139)	(1.828.395)
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(74.156)	(56.741)
Ativos financeiros ao custo amortizado				
- Operações de crédito	–	–	(180.465)	(27.945)
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado	–	120	(12.717)	32.068
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	(525.966)	(257.594)
Tributos a recuperar	(17)	(96)	(10.760)	24.359
Pagamentos antecipados	190	(93)	3.393	(5.518)
Outros ativos	–	–	43.079	(48.091)
Valores a pagar – fornecedores	(91)	2.358	(46.789)	49.562
Passivos financeiros ao custo amortizado				
- Recursos de operações compromissadas	–	–	3.755.286	1.228.129
- Recursos de clientes	–	–	625.268	418.875
- Recursos de emissão de títulos	–	–	400.753	52.156
- Outros passivos financeiros	–	–	4.348	(29.616)
Valores a pagar sociedades ligadas	–	(93)	–	(4)
Impostos a recolher	(89)	(3.657)	66.912	36.180
Outros valores a pagar	(1.420)	–	(15.597)	26.807
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	**(11.264)**	**(23.034)**	**220.453**	**(212.399)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(65.152)	(51.082)
Caixa líquido gerado (utilizados nas) atividades operacionais	**(11.264)**	**(23.034)**	**155.301**	**(263.481)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aumento de investimento Companhia investida	–	(354.200)	–	–
Dividendos recebidos	147.729	42.561	–	–
Alienação de investimento em controladas	7.536	–	–	–
Aquisição de imobilizado de uso	–	–	(45.669)	(3.526)
Aquisição de intangível	–	–	(9.977)	(277)
Caixa gerado (utilizado nas) atividades de investimento	**155.265**	**(311.639)**	**(55.646)**	**(3.803)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recursos provenientes de emissão de ações	5.697	400.400	5.697	400.400
Custos na emissão de ações	(1.230)	(30.904)	(1.230)	(30.904)
Passivo de arrendamento	–	–	30.554	(1.463)
Dividendos pagos	(148.468)	(34.827)	(148.468)	(34.827)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	**(144.001)**	**334.669**	**(113.447)**	**333.206**
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**(4)**	**(13.792)**	**65.922**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	5	94.132	47.102
Efeito das mudanças das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	–	–	(2.870)	(18.892)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	1	77.470	94.132
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**(4)**	**(13.792)**	**65.922**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021 [(1)]
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros		2.098	3.214	3.427.169	2.063.752
Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros		(1.702)	–	(3.264.712)	(1.946.981)
Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	17	**396**	**3.214**	**162.457**	**116.771**
Receitas de prestação de serviços	16	–	–	251.046	262.400
Despesas de serviços técnicos especializados		–	(1.166)	–	(12.537)
Outras receitas		–	18	–	394
Total de receitas (despesas) de prestação de serviços		**–**	**(1.148)**	**251.046**	**250.257**
Total de receitas		**396**	**2.066**	**413.503**	**367.028**
Despesas de pessoal		(4.223)	(8.028)	(85.278)	(84.283)
Despesas administrativas	18	(2.693)	42	(53.728)	(24.341)
Despesas tributárias	19	–	(793)	(39.049)	(38.408)
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável		–	–	249	76
Outras receitas		–	–	833	–
Outras despesas		(145)	(322)	(3.158)	(1.112)
Despesas operacionais		**(7.061)**	**(9.101)**	**(180.131)**	**(148.068)**
Resultado não operacional		**–**	**2**	**(1.152)**	**107**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial		**(6.665)**	**(7.033)**	**232.220**	**219.067**
Resultado de equivalência patrimonial	10	154.031	143.555	–	–
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**147.366**	**136.522**	**232.220**	**219.067**
Tributos sobre o lucro	20a	(265)	2.138	(85.119)	(80.407)
Lucro líquido do exercício		**147.101**	**138.660**	**147.101**	**138.660**
Resultado atribuível aos					
Acionistas da Companhia	15c			**147.101**	**138.660**
Resultado atribuível as ações ordinárias R$				93.669	88.421
Resultado por ação ordinária R$				0,47	0,44
Resultado atribuível as ações preferenciais R$				53.432	50.239
Resultado por ação preferencial R$				0,47	0,44

(1) A informação comparativa foi reapresentada devido a reclassificação, conforme nota explicativa 2e.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**147.101**	**138.660**	**147.101**	**138.660**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.595)	(1.763)	(2.595)	(1.763)
- Ajuste ao valor justo (ORA)	(3.998)	(3.055)	(3.998)	(3.055)
- Efeitos tributários	1.799	1.375	1.799	1.375
Ajuste de conversão de investimento no exterior	(396)	(83)	(396)	(83)
Resultado abrangente do exercício	**144.506**	**136.897**	**144.506**	**136.897**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas da Companhia			144.506	136.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua …

www.brpartners.com.br

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO: EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Receitas		**2.098**	**3.232**	**3.683.089**	**2.290.815**
Intermediação financeira		2.098	3.214	3.431.794	2.063.945
Prestação de serviços	16	–	–	251.046	226.400
Perda por redução ao valor recuperável – reversão		–	–	249	76
Outras		–	18	–	394
Despesas financeiras		**(1.702)**	**–**	**(3.269.337)**	**(1.946.981)**
Insumos adquiridos de terceiros		**(1.134)**	**(1.105)**	**(45.847)**	**(32.717)**
Materiais, energia e outros		(1.133)	383	(44.876)	(16.338)
Serviços técnicos especializados		–	(1.166)	–	(12.537)
Outras despesas operacionais		(1)	(322)	(971)	(3.842)
Valor adicionado bruto		**(738)**	**2.127**	**367.905**	**311.117**
Depreciação e amortização		**–**	**(151)**	**(4.458)**	**(1.437)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**(738)**	**1.976**	**363.447**	**309.680**
Valor adicionado recebido em transferência		**154.031**	**143.557**	**(1.147)**	**107**
Resultado de equivalência patrimonial		154.031	143.555	–	–
Resultado não operacional		–	2	(1.147)	107
Valor adicionado total a distribuir		**153.293**	**145.533**	**362.300**	**309.787**
Distribuição do valor adicionado		**(153.293)**	**(145.533)**	**(362.300)**	**(309.787)**
Pessoal		**(5.751)**	**(8.027)**	**(83.958)**	**(84.285)**
Remuneração direta		(1.918)	(2.797)	(27.500)	(47.556)
Benefícios		(316)	(284)	(7.634)	(5.482)
FGTS		(146)	(223)	(4.045)	(4.496)
Outros		(3.371)	(4.723)	(44.779)	(26.751)
Impostos, taxas e contribuições		**(441)**	**1.154**	**(127.724)**	**(85.079)**
Federais		(441)	1.154	(115.250)	(84.580)
Municipais		–	–	(12.474)	(499)
Remuneração de capitais de terceiros		**–**	**–**	**(3.517)**	**(1.763)**
Aluguéis		–	–	(3.517)	(1.763)
Remuneração de capitais próprios		**(147.101)**	**(138.660)**	**(147.101)**	**(138.660)**
Lucro líquido do exercício		(147.101)	(138.660)	(147.101)	(138.660)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO: EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

		Reserva de capital		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes			
	Capital Social	Ágio na emissão de ações	Outras	Legal	Outras reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020	**268.843**	**–**	**1.941**	**22.961**	**–**	**–**	**–**	**–**	**293.745**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	138.660	138.660
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	(1.680)	(83)	–	(1.763)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.680)**	**(83)**	**138.660**	**136.897**
Transações com acionistas e constituição de reservas									
Aumento de capital	400.400	–	–	–	–	–	–	–	400.400
Constituição de reservas									
- Legal	–	–	–	6.933	–	–	–	(6.933)	–
- Expansão e investimentos	–	–	–	–	46.680	–	–	(46.680)	–
Custos com recursos *IPO*	–	–	(30.904)	–	–	–	–	–	(30.904)
Dividendos	–	–	–	–	–	–	–	(32.932)	(32.932)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	52.115	–	–	(52.115)	–
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	**400.400**	**–**	**(30.904)**	**6.933**	**98.795**	**–**	**–**	**(138.660)**	**336.564**
Em 31 de dezembro de 2021	**669.243**	**–**	**(28.963)**	**29.894**	**98.795**	**(1.680)**	**(83)**	**–**	**767.206**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	147.101	147.101
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	(2.199)	(396)	–	(2.595)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.199)**	**(396)**	**147.101**	**144.506**
Transações com acionistas e constituição de reservas									
Aumento de capital	5.697	–	–	–	–	–	–	–	5.697
Constituição de reservas									
- Legal	–	–	–	7.355	–	–	–	(7.355)	–
- Expansão e investimentos	–	–	–	–	67.299	–	–	(67.299)	–
Custos com recursos *IPO*	–	–	(1.230)	–	–	–	–	–	(1.230)
Dividendos intercalares pagos	–	–	–	–	(18.899)	–	–	(40.948)	(59.847)
Dividendos adicionais pagos – 2021	–	–	–	–	(52.115)	–	–	–	(52.115)
Dividendos adicionais propostos – 2022	–	–	–	–	31.499	–	–	(31.499)	–
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	**5.697**	**–**	**(1.230)**	**7.355**	**27.784**	**–**	**–**	**(147.101)**	**(107.495)**
Em 31 de dezembro de 2022	**674.940**	**–**	**(30.193)**	**37.249**	**126.579**	**(3.879)**	**(479)**	**–**	**804.217**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

A BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora" e, em conjunto com suas companhias controladas, "Grupo BR Partners" ou "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e ações negociadas em *units* na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código BRBI11. Cada *unit* é composta por 2 ações preferenciais e 1 ação ordinária da Companhia.

Tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, e a administração de bens próprios. Seu controle é exercido pela BR Partners Holdco Participações S.A., por meio de acordo de acionistas, o que representa 71,46% das ações ordinárias e 45,50% do capital social total da Companhia (45,65% em 31 de dezembro de 2021).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 9 de fevereiro de 2023.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros" ou "Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros".

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações financeiras como receitas ou despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros. Para o investimento no exterior que possui moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de "Outros Resultados Abrangentes".

c. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

d. Demonstrações financeiras consolidadas

No processo de consolidação das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

Destacamos as empresas controladas (diretas e indiretas) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

			% Participação	
Controladas diretas	**Ramo de atividade**	**País**	**Saldo em 31/12/2022 (1)**	**Saldo em 31/12/2021 (1)**
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. (4)	Prestação de Serviços	Brasil	–	99,99
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	*Holding* Financeira	Brasil	99,99	99,99
Controladas indiretas				
BR Partners Banco de Investimento S.A.	Banco de investimento	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Europe B.V. (3)	Prestação de Serviços	Holanda	100	100
Fundos de investimento (2)				
Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado	Fundo de Investimento	Brasil	100	100
BR Partners Capital	Fundo de Investimento	*Cayman*	100	100

(1) Percentuais inferiores a 100% referem-se à participação da BR Partners Holdco Participações S.A. (*Holding*).
(2) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Grupo assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.
(3) A BR Partners Europe B.V. foi adquirida 100% pela BR Partners Assessoria Financeira Ltda., pelo valor patrimonial, conforme mencionado na nota 22f.
(4) A empresa BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. foi incorporada pelo valor patrimonial, conforme mencionado na nota 22f.

e. Reclassificação

No exercício de 2022, a Administração do Grupo revisou a estrutura da Demonstração de Resultados, de modo a otimizá-la aos usuários das demonstrações financeiras, no que tange a apresentação das receitas/(despesas) das entidades que integram o Grupo.

Foram realocadas as despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS), anteriormente deduzidas das "Receitas de prestação de serviços", para uma rubrica específica denominada "Despesas Tributárias". Com as referidas alterações, os saldos comparativos relativos ao exercício de 2021 foram reapresentados, conforme abaixo:

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Impactos da reclassificação		
Consolidado	**Anteriormente apresentado**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Receitas de prestação de serviços	226.593	35.807	262.400
Despesas tributárias	–	(38.408)	(38.408)
Outras despesas (1)	(3.713)	2.601	(1.112)

(1) A reclassificação foi referente ao PIS/COFINS da receita de capital antes classificada na rubrica de "Outras despesas" e atualmente reclassificado para rubrica "Despesas Tributárias".

Não há nenhum impacto sobre o lucro líquido por ação básico ou diluído do Grupo e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

3. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Para o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o Grupo realiza: (i) modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros; e (iii) requisitos sobre a contabilização de *hedge*, mantendo as principais orientações relacionadas ao reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do *IAS* 39.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado. A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ").

• Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é obter fluxos de caixa contratuais; e

Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais com apenas pagamentos de principal e juros.

O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreende instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, ativos financeiros com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio e de dívida

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos e títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes quando eles:

Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado pela combinação de obtenção de fluxos de caixa contratuais e pela venda do instrumento financeiro.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. Já os ganhos e perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

i. Avaliação do modelo de negócio e avaliação de SPPJ

A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo com base nas análises do teste de SPPJ.

O modelo de negócios reflete como o Grupo gerencia seus ativos financeiros. Isto é, avalia prospectivamente as perdas esperadas sempre utilizando como critério de provisão os valores/ procedimentos/ metodologias/ dispositivos definidos em nossos manuais internos.

A classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam SPPJ, e que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. Essa categoria inclui empréstimos, financiamentos (operações de crédito) e outros recebíveis. Inclui-se também nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários que atendam os critérios desta categoria. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos a perda para redução ao valor recuperável e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes, essa categoria inclui os instrumentos de dívida que em função do modelo de negócios tem como objetivo coletar os fluxos de caixa contratuais ou venda e tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente aos pagamentos de principal e juros.

Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes são

continua …

BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, com exceção das perdas de crédito esperadas e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

ii. Identificação e avaliação de *Impairment*

Modelo de perdas em créditos esperadas: O CPC 48/IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em 12 meses ou por toda a vida da operação. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia adotou os critérios de *default* e aumento significativo de risco de crédito e levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas esperadas, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Para o critério de *default* a Companhia adota 90 dias de atraso, quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, a Companhia considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Esse diferencial pode ser dado pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. A Companhia avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias.

c. Instrumentos financeiros derivativos e *Hedge Accounting*

Derivativos

A utilização dos derivativos está de acordo com sua Política de Gestão de Riscos. Essas operações são registradas e custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Grupo aos parâmetros definidos na Política de Riscos. Essa política tem como objetivo estabelecer a tolerâncias do Comitê de Gestão do Grupo BR Partners às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado com base nos preços de mercado dos seus ativos-objetos (*mark-to-market*). Diariamente são verificadas as oscilações das variáveis de mercado que influenciam no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, e são incorporadas automaticamente em seu valor. As informações utilizadas são de fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela Diretoria e área de riscos. As operações atualmente têm como objetivo compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos e são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em contas de compensação.

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros para *hedge* de carteira, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *Hedge Accounting* estão registrados no Banco, classificado como *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações, operando com contratos futuros de DI e DAP, como forma de compensar as exposições às variações no valor justo. Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Banco determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Para avaliar a eficácia da estratégia, o Grupo adota a metodologia do "*dollar offset method*", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.

O Grupo mantém estrutura de *hedge* de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme evidenciado na nota explicativa 7e.

d. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Direito de uso de imóvel (1)	10 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 anos

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma CPC06/IFRS 16.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

e. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são representados pela licença adquirida para operar e exercer as atividades privativas de Instituições Financeiras anteriormente realizadas pelo Banco Porto Seguro S.A. no processo de cisão parcial registrada na Ata de Assembleia de Sócios do dia 30 de abril de 2012, e registrado na BR Partners Participações Financeiras Ltda. controladora do BR Partners Banco de Investimento S.A.. Esses ativos são mensurados ao valor justo, deduzido pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de *software* adquiridas também fazem parte do intangível e são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A amortização é conforme contrato de aquisição e podem variar ou até mesmo serem indeterminadas, quando determinada é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças de *software* adquiridas durante a vida útil estimada em contrato.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares e outros intangíveis	1 a 5 anos
Ágio – licença adquirida	Indeterminado

f. Passivos financeiros

Os passivos são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "pro-rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

g. Tributos sobre lucros

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLL") correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Para a Controladora e demais empresas exceto o BR Partners Banco de Investimento S.A. e BR Partners Gestão de Recursos Ltda., o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Para o Banco a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Em 14 de julho de 2021 foi promulgada a Lei 14.183, que alterou a Lei 7.689/88, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, passando a vigorar com alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Media Provisória nº 1.115, convertida na Lei nº 14.446, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelos Bancos, passando de 20% para 21%, com efeito até 31 de dezembro de 2022.

Para a Gestão de Recursos utiliza-se o método do lucro presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, aplicando as taxas nominais sobre o lucro presumido apurado com base em suas receitas operacionais e sobre suas receitas financeiras, sendo 32% de presunção de lucro, 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 60 por trimestre e 9% para a contribuição social, respectivamente.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

h. Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A ICPC 22/*IFRIC* 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (*IAS* 32 – *Income Taxes*) ("CPC 32/ *IAS* 12") quando houver incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

i. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados conforme segue:

Ativos contingentes: é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão sob controle total do Grupo. Não haverá registro de ativos contingentes nos livros contábeis do Grupo.

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo, para perda avaliada como possível, apresenta-os em nota explicativa, e para perda avaliada como remoto, não há divulgação nas demonstrações financeiras.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os registros de processo judicial de natureza ativa e passiva no âmbito cível, tributário e trabalhista estão apresentados na nota explicativa 22b.

j. Arrendamento

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 – arrendamento utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial foi reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Assim, a Companhia passa a reconhecer os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os imóveis e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de pagar o arrendamento de tais imóveis.

Como resultado da aplicação do CPC 06(R2), apresentamos os valores na Nota explicativa 11.

k. Capital social

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório de acordo com as diretrizes do Estatuto Social da Companhia, bem como pela Lei 6.404/76.

l. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

m. Receita de contrato com cliente

Para as receitas de contrato com o cliente é utilizado o CPC 47/*IFRS* 15 – Receita de contrato com os clientes, usando o método de efeito cumulativo (sem expediente prático). Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30/*IAS* 18 Receitas.

A Companhia avaliou seus contratos com clientes. A Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas prestações de serviços e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. O reconhecimento de receita ocorre no momento que o serviço é concluído e entregue ao cliente, geralmente por ocasião da conclusão dos trabalhos.

Reconhecimento de receitas com prestação de serviços

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão, estruturação e colocação de títulos – *Treasury Sales & Structuring*	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento.
Administração e gestão de ativos	A BR Partners assessora seus clientes no processo de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão cobrados pelo serviço prestado.
Assessoria e consultoria financeira – *Investment Banking*	A BR Partners oferece serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, *joint ventures* e reestruturação societária.	O reconhecimento da receita se dá, em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelas obrigações firmadas em contrato, na assessoria financeira e apoio na reestruturação dos negócios.

n. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente e as informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da controladora e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que essas possuem recursos para dar continuidade os seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras em CPC/IFRS foram preparadas com base nesse princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, utilizamos nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo.

Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, vide Nota 3o.

Ativos fiscais diferidos

Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração nas projeções de lucros futuros e determinação da expectativa do tempo de realização.

Redução ao valor recuperável do ágio (*"impairment"*)

O Grupo avalia se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa ("UGCs") independentes e a alocação de ágio para essas unidades.

A modelagem econômico-financeira foi conduzida de forma a demonstrar sua capacidade de geração de caixa estimada no período considerado sob plenas condições operacionais e administrativas, com as seguintes premissas:

• O fluxo de caixa livre foi projetado analiticamente para um período de 8 anos e considerada a perpetuidade após 2027, com crescimento nominal de 5,7%;

• Para o período anual, foi considerado o ano fiscal de 1 de janeiro até 31 de dezembro;

• Para o cálculo do valor presente, foi considerada a convenção de meio ano (*mid-year Convention*) ou seja, considera-se que os fluxos de caixa são gerados linearmente ao longo do ano e que, portanto, a metade do ano (*mind-year point*) é aquele que melhor representa o ponto médio de geração de caixa da Companhia;

• O fluxo foi projetado em moeda corrente e o valor presente calculado com taxa de desconto nominal (considerado a inflação).

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia *Capital Asset Pricing Model* ("*CAPM*"), na qual o custo de capital é estimado com base no retorno estimado exigido pelos acionistas da Companhia.

O cálculo do valor operacional é a partir do fluxo de caixa dos dividendos projetados para os próximos 8 anos e do valor residual do Banco a partir de então (considerando uma taxa de crescimento na perpetuidade "g" de 6,5%), descontados estes valores a valor presente, utilizando a taxa de desconto nominal. O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 8 anos e perpetuidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou o teste anual de *impairment* da sua UGC e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

Passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente e são constituídas levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo.

o. Estimativa de valor justo

A Companhia classifica o valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

• Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

• Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

• Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

i. Classificação contábil e valores justos

Controladora	VJR	Custo Amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo em 31/12/2022
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	–	1	1	–	–	–	–
Cotas de Fundos de Investimento	91.660	–	91.660	–	–	91.660	91.660
Dividendos a receber	–	36.526	36.526	–	–	–	–
Total	**91.660**	**36.527**	**128.187**	**–**	**–**	**91.660**	**91.660**

Controladora	VJR	Custo Amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo em 31/12/2021
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	–	1	1	–	–	–	–
Certificado de depósitos bancários	–	1.165	1.165	–	–	–	–
Cotas de Fundos de Investimento	87.323	–	87.323	–	–	87.323	87.323
Dividendos a receber	–	82.817	82.817	–	–	–	–
Total	**87.323**	**83.983**	**171.306**	**–**	**–**	**87.323**	**87.323**

continua …

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	VJR	VJORA	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo em 31/12/2022
Ativos financeiros								
Títulos públicos								
- Letras financeiras do tesouro (LFT)	229.326	–	–	229.326	229.326	–	–	229.326
- Notas do tesouro nacional (NTN-B)	5.498.044	–	–	5.498.044	5.498.044	–	–	5.498.044
Derivativos								
- *Swap*	241.819	–	–	241.819	–	241.819	–	241.819
- NDF *(non-deliverable forward)*	15.053	–	–	15.053	–	15.053	–	15.053
- Opções	1.657	–	–	1.657	–	1.657	–	1.657
- Futuros	8.838	–	–	8.838	8.838	–	–	8.838
Títulos privados								
- Certificados de recebíveis imobiliários	257.652	419.527	–	677.179	–	677.179	–	677.179
- Certificados de recebíveis do agronegócio	52.967	30.746	–	83.713	–	83.713	–	83.713
- Debêntures	135.114	212.721	–	347.835	–	347.835	–	347.835
- Cédula do produto rural	–	49.704	–	49.704	–	49.704	–	49.704
- Notas comerciais	–	33.518	–	33.518	–	33.518	–	33.518
Cotas de fundo de investimento								
- Cotas de fundo de investimento em participações [1]	75.947	–	–	75.947	–	–	75.947	75.947
- BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado [2]	15.712	–	–	15.712	–	–	15.712	15.712
- Cotas de fundo de investimento imobiliário	57.407	–	–	57.407	57.407	–	–	57.407
- Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	39.714	34.750	–	74.464	–	74.464	–	74.464
Operações de crédito e outros créditos	–	–	237.537	237.537	–	–	–	–
Outros ativos financeiros ao custo amortizado								
- Serviços a receber	–	–	35.269	35.269	–	–	–	–
- Reembolso de clientes	–	–	30	30	–	–	–	–
- Outros	–	–	7.176	7.176	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	77.470	77.470	–	–	–	–
Total	**6.629.250**	**780.966**	**357.482**	**7.767.698**	**5.793.615**	**1.524.942**	**91.659**	**7.410.216**
Passivos financeiros								
- Recursos de clientes	–	–	1.297.012	1.297.012	–	–	–	–
- Recursos de emissão de títulos	–	–	459.930	459.930	–	–	–	–
- Recursos de operações compromissadas	–	–	4.983.415	4.983.415	–	–	–	–
- Outros passivos financeiros	–	–	4.348	4.348	–	–	–	–
Derivativos								
- *Swap*	66.790	–	–	66.790	–	66.790	–	66.790
- *NDF* (*non-deliverable forward*)	32.497	–	–	32.497	–	32.497	–	32.497
- Opções	2.762	–	–	2.762	–	2.762	–	2.762
- Futuros	11.788	–	–	11.788	11.788	–	–	11.788
Total	**113.837**	**–**	**6.744.705**	**6.858.542**	**11.788**	**102.049**	**–**	**113.837**

Consolidado	VJR	VJORA	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo em 31/12/2021
Ativos financeiros								
Títulos públicos								
- Letras financeiras do tesouro (LFT)	131.611	–	–	131.611	131.611	–	–	131.611
- Letras do tesouro nacional (LTN)	49.982	–	–	49.982	49.982	–	–	49.982
- Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1.622.224	–	–	1.622.224	1.622.224	–	–	1.622.224
Derivativos								
- *Swap*	87.253	–	–	87.253	–	87.253	–	87.253
- NDF *(non-deliverable forward)*	41.024	–	–	41.024	–	41.024	–	41.024
- Futuros	21.575	–	–	21.575	21.575	–	–	21.575
Títulos privados								
- Certificados de recebíveis imobiliários	260.126	147.589	–	407.715	–	407.715	–	407.715
- Certificados de recebíveis do agronegócio	15.823	83.170	–	98.993	–	98.993	–	98.993
- Debêntures	49.489	–	–	49.489	–	49.489	–	49.489
Cotas de fundo de investimento								
- Cotas de fundo de investimento em participações [1]	87.323	–	–	87.323	–	–	87.323	87.323
- Cotas de fundo de investimento imobiliário	125.332	–	–	125.332	125.332	–	–	125.332
- Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	26.834	26.835	–	53.669	–	53.669	–	53.669
Operações de crédito	–	–	56.823	56.823	–	–	–	–
Outros ativos financeiros ao custo amortizado								
- Serviços a receber	–	–	19.667	19.667	–	–	–	–
- Reembolso de clientes	–	–	335	335	–	–	–	–
- Outros	–	–	4.743	4.743	–	–	–	–
Outros ativos financeiros	48.091	–	–	48.091	–	48.091	–	48.091
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	94.132	94.132	–	–	–	–
Total	**2.566.687**	**257.594**	**175.700**	**2.999.981**	**1.950.724**	**786.234**	**87.323**	**2.824.281**
Passivos financeiros								
- Recursos de clientes	–	–	671.744	671.744	–	–	–	–
- Recursos de emissão de títulos	–	–	59.177	59.177	–	–	–	–
- Recursos de operações compromissadas	–	–	1.228.129	1.228.129	–	–	–	–
Derivativos								
- *Swap*	11.357	–	–	11.357	–	11.357	–	11.357
- NDF *(non-deliverable forward)*	21.566	–	–	21.566	–	21.566	–	21.566
- Futuros	37.555	–	–	37.555	37.555	–	–	37.555
Total	**70.478**	**–**	**1.959.050**	**2.029.528**	**37.555**	**32.923**	**–**	**70.478**

[1] Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi emitido Laudo de Avaliação para o BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia ("FIP Outlet"), por empresa especializada e, também, através de avaliação interna, com o objetivo de suportar a avaliação da Administração em respeito ao valor de mercado dos empreendimentos. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação do valor justo dos investimentos. A Companhia detém 29% de participações no Fundo que tem por objetivo obter rendimentos através de investimentos de longo prazo, mediante a aplicação de recursos que exerçam atividades relacionadas ao setor de centros comerciais *(shopping center)* da categoria *outlet.*

[2] Em novembro de 2022 o BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("BR FIM") adquiriu o fundo BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. O Fundo mantém em sua carteira substancialmente aplicações em fundos de investimentos em participações. Os laudos de avaliação são emitidos por empresa especializada e, também, através de avaliação interna, com o objetivo de suportar a avaliação da Administração em respeito ao valor de mercado dos empreendimentos.

ii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo – Nível 2

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado (títulos públicos e privados)	Títulos públicos: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos públicos consiste em capturar as taxas e curvas divulgadas pelo mercado para cada vencimento de título público, obtendo assim o *MtM* (*Mark to Market*) ao multiplicar pela quantidade existente em carteira. Títulos privados: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos privados consiste em capturar as taxas dos respectivos indexadores (Pré, CDI, IPCA, IGPM, etc.), calcula-se então os juros e o valor futuro das operações multiplicando pelo principal, e após capturar suas respectivas curvas, obtém-se então o *MtM* trazendo a valor presente pela respectiva curva no vencimento do título.	Não aplicável	Não aplicável

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Instrumentos financeiros derivativos (*Swap*, NDF)	Modelos de *Swap:* O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de *Swap,* preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar *Swap* de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de *Credit Default Swaps* ou preços atuais de títulos negociados. *Swap* de fluxo de caixa: o valor justo *(MtM)* corresponderá ao somatório dos *MtMs* de cada fluxo (conforme metodologia descrita acima), onde a data de início e de vencimento dos fluxos serão aplicadas em substituição a data inicial e de vencimento da operação, e também o saldo remanescente em substituição ao principal. NDF: O produto NDF (*Non Deliverable Forward*), ou mesmo Contrato a Termo, é um contrato de balcão de compra e venda futura de um ativo objeto, por paridade negociada entre as partes. Por ser um contrato de balcão, o tamanho do contrato, bem como a data de vencimento são livremente pactuados entre os participantes. Ademais, a liquidação se dá exclusivamente por diferença (liquidação financeira) entre o preço de mercado na data de vencimento do contrato (ou outras datas, no caso de asiático) e o preço acordado (no caso de posição comprada para posição vendida, é o oposto), não havendo, desta forma, a entrega física do ativo objeto. O valor justo de uma NDF é obtido estimando um valor futuro com base no preço atual do ativo objeto, levado até o vencimento pelas respectivas curvas construídas a partir de fontes similares e que refletem as taxas de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado e trazidas a valor presente pela respectiva curva de mercado.	Não aplicável	Não aplicável
Instrumentos financeiros derivativos (Opções)	O valor justo (preço) de uma opção, ou seja, o seu prêmio é dado pela possibilidade de exercício da mesma. De um modo mais específico, ele é dado pela possibilidade imediata de exercício ou pela possibilidade de ser exercida posteriormente. Assim, o apreçamento do prêmio consiste em dois tipos de valores, respectivamente: • Valor intrínseco: que só existe quando o valor do ativo no mercado à vista for superior ao preço de exercício no caso de opção de compra e ao contrário para a opção de venda. Portanto, uma opção *in-the-money* possui valor intrínseco. • Valor temporal: é a diferença entre o prêmio e o valor intrínseco da opção. De modo que esse valor depende do preço do ativo objeto, tempo de vencimento da opção, da volatilidade esperada das cotações do ativo objeto, da taxa de juros e no caso da ação como ativo objeto, os dividendos esperados como demonstrado abaixo: Preço do ativo objeto: de acordo com a relação do preço do ativo objeto no mercado à vista com o preço de exercício da opção, as opções podem ser classificadas como: i.Opção *in-the-money* (dentro do dinheiro): preço do ativo objeto é superior ao preço de exercício da opção no caso da opção de compra e inferior no caso da opção de venda; ii. Opção *at-the-money* (no dinheiro): preço do ativo objeto é igual ao preço de exercício da opção para opção de compra e venda; iii.Opção *out-of-the-money* (fora do dinheiro): preço do ativo objeto é inferior ao preço de exercício da opção para opção de compra e superior para opção de venda. • Tempo: quanto maior o tempo para o vencimento da opção, maior é o valor do prêmio, pois maior será a probabilidade de exercício; • Volatilidade: quanto maior e mais frequentes as oscilações de preço, maior será a imprevisibilidade de exercício e, portanto, maior será o risco do lançador o que decorre em um prêmio maior também; • Taxa de Juros: representa o custo de oportunidade de adquirir o ativo objeto, de modo que quanto maior esse custo do dinheiro mais vantajoso se torna comprar a opção do que comprar diretamente o ativo objeto. No caso da opção de compra essa relação é inversa. • Dividendo: quanto maior é a expectativa do pagamento de dividendos maior será o benefício de adquirir a ação e, portanto, maior será o prêmio da opção. O valor temporal reduz-se gradualmente até atingir o valor zero na data de vencimento da opção.	Não aplicável	Não aplicável

iii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo – Nível 3

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado – Cotas de fundo de investimento em participações	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	Os fundos de investimentos em participações que possuem investimentos em companhias de empreendimentos imobiliários nas quais dependem de fatores não observáveis de mercado, que utiliza entre outras premissas as expectativas e projeções de resultados futuros, taxas de crescimentos, taxas de descontos e taxas de inflação entre outros.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: - o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou - a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).

iv. Conciliação dos valores justos de Nível 3

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os anos de 2022 e 2021:

	VJR FIP Outlet	VJR BR FIM [1]	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**70.121**	**–**	**70.121**
Aquisição de cotas	–	12.000	12.000
Variação líquida no valor justo	5.212	(10)	5.202
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**75.333**	**11.990**	**87.323**
Aquisição de cotas	–	4.000	4.000
Variação líquida no valor justo	614	(278)	336
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**75.947**	**15.712**	**91.659**

[1] Vide nota de rodapé apresentado na nota explicativa 3o (i).

v. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

Dada a subjetividade descrita acima e o pequeno número desses instrumentos na carteira da Companhia, a análise de sensibilidade é executada individualmente para cada instrumento financeiro.

4. Gerenciamento de risco

No curso normal de suas operações, o Grupo é exposto a diversos riscos financeiros, sendo divididos em: mercado, crédito, liquidez e gestão de capital. As políticas de gestão de risco do Grupo visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios das empresas que fazem parte do Grupo BR Partners. Esses riscos contam com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e *Compliance*, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e Comitê de *Underwriting*, observando-se as suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos. A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Diretoria, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

A Gestão de Capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do capital (índice de basileia) seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico. As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial do Grupo BR Partners são: BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") e pelos fundos de investimento exclusivos, Total Fundo de

continua …

BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM") e BR Partners Capital ("BR Capital").

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Patrimônio de referência	**663.360**	**632.783**
Patrimônio de referência nível I	663.360	632.783
Capital principal	663.360	632.783
Ativos ponderados pelo risco (*RWA*)	**2.727.479**	**1.834.927**
Risco de Crédito	1.316.057	874.706
Risco de Mercado	1.172.206	850.558
Risco Operacional	239.216	109.663
Índice de Basileia	**24,32%**	**34,49%**
Nível I (IN1)	24,32%	34,49%
Capital principal (ICP)	24,32%	34,49%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil.

b. Risco de Mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas devido às flutuações adversas dos preços, taxas de mercado, ações e mercadorias ("*commodities*"), sobre as posições da carteira do Grupo. Define-se o gerenciamento de risco de mercado como o processo contínuo de identificação, mensuração, avaliação, mitigação, monitoramento e o reporte das exposições decorrentes de posições detidas em câmbio, taxas de juros, ações e mercadorias ("*commodities*"), com o objetivo de mantê-las dentro dos limites regulatórios e gerenciais que são estabelecidos nos respectivos comitês e reportado à Diretoria. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR ("*Value at Risk*"), análise de sensibilidade e *Stress Testing*. O IRRBB ("*Interest Rate Risk of Banking Book*") é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detenha na carteira *Banking*. Os riscos da carteira *Banking* são apurados e reportados mensalmente através da metodologia Delta NII, conforme estabelecido pelo regulador e diariamente é controlado seu limite através das abordagens de valor econômico ("*Economic Value of Equity*" – EVE), além da análise de sensibilidade, tanto em condições de monitoramento diário quanto sob condições de *Stress Testing*. A análise de sensibilidade para as operações sujeitas a risco de mercado inicia-se classificando estas operações de acordo com suas características (respectivos fatores de Risco), na carteira de não negociação ("*Banking*") ou na carteira de negociação ("*Trading*"). Para a carteira *Trading* (Carteira de Negociação), utiliza-se como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros ("DV01"), observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco. A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão dos ativos (carteira de crédito) e passivos (carteira de captação) do Grupo. A carteira *Banking* utiliza como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros, observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco.

Apresentação dos valores de *VaR* (no ano)

(R$ mil)	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
VaR Fechamento	265	1.215
-Média VaR	1.005	381
-Máximo VaR	4.340	2.084
-Mínimo VaR	162	60

Para analisar a sensibilidade foram definidos cenários que serão aplicados nas operações contidas na carteira *Trading* e *Banking*, considerando as variações que afetariam negativamente nossas posições, as operações e os dados de mercado das respectivas datas. Destaca-se ainda, que dadas as projeções observadas no mercado ("Focus"), o cenário mais provável considerado pela Companhia será o cenário 1.

Os choques utilizados em cada um dos cenários estão descritos abaixo:

• Cenário 1: Choque de 1% nas volatilidades das séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,45 foi utilizado um cenário de R$ 5,5045, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 8,91%;

• Cenário 2: Choque de 25% nas séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 25 pontos base para taxa de juros e 25% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,45 foi utilizado um cenário de R$ 6,8125, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 9,15%; e

• Cenário 3: Choque de 50% nas séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 50 pontos base para taxa de juros e 50% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,45 foi utilizado um cenário de R$ 8,175, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 9,40%.

i. Carteira *Trading*:

		Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2021		
Exposição	**Fatores de risco**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	4	101	201	1	35	71
Índice de preços	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de índices de preços	2	41	81	2	52	105
Cupom cambial	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de moedas estrangeiras	1	22	45	1	24	48
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	–	2	6	1	21	41
Total sem correlação		**7**	**166**	**333**	**5**	**132**	**265**
Total com correlação		**7**	**166**	**333**	**5**	**132**	**265**

ii. Carteira *Banking*:

		Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2021		
Exposição	**Fator de Risco**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	60	1.489	2.979	28	691	1.382
Índice de preços	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de índices de preços	64	1.602	3.204	71	1.785	3.570
Total		**124**	**3.091**	**6.183**	**99**	**2.476**	**4.952**

A Política de Risco de Mercado, anualmente revisada, define a estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Esta política indica os princípios gerais do gerenciamento do risco de mercado e tem como objetivo estabelecer a tolerância das exposições, de modo à efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição ao risco de mercado.

c. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros. O Grupo avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com relação aos contratos com cliente.

O Risco de Crédito é monitorado utilizando, principalmente, as seguintes métricas:

- Exposição potencial futura para derivativos;
- Exposição corrente de crédito (valor presente das operações);
- Enquadramento nos limites de risco de crédito, tanto individuais e consolidados; e
- Concentração da carteira, segregando as operações por tipo de produto, prazo, grupo econômico, tamanho, setor de atuação e região geográfica.

O risco de crédito do Grupo decorre das operações estruturadas como Debêntures, Cédulas de Crédito Bancário ("CCB"), Cédulas de Crédito Imobiliários ("CCI"), Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), Cédula do Produto Rural ("CPR"), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") e Notas Comerciais. Adicionalmente, a fim de oferecer proteção de caixa para os fluxos dos clientes, a Companhia também realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e à Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. O critério adotado para a inadimplência parte da análise inicial da qualidade de crédito da contraparte, estimando um *rating* para o cliente, o limite a ser concedido ao cliente e as garantias que serão exigidas de acordo com o risco que o cliente representa e com base nestes dados são estimadas as perdas decorrentes de inadimplência daquela contraparte.

A Companhia avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente na data do relatório, com relação aos contratos com cliente. Para os títulos privados, o Grupo avaliou do risco de crédito e concluiu que a perda por redução do valor recuperável é de R$ 6.717 para os próximos 12 meses. No nível da controladora não há nenhum saldo a ser divulgado na demonstração financeiras.

Reversão por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidos no exercício foram:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Reversão por redução ao valor recuperável de ativos financeiros ao custo amortizado – resultado	249	55
Total	**249**	**55**

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

i. Exposição ao risco de crédito

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Ativo financeiro ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
brAAA (1)	1	1

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado		
Títulos públicos	**5.727.370**	**1.803.817**
brAAA	5.727.370	1.803.817
Títulos privados	**445.733**	**325.438**
AA	42.156	61.616
A	165.262	177.999
B	238.315	85.823
Fundos de investimentos	**39.714**	**26.834**
B	11.096	26.834
C	28.618	–
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos privados	**746.216**	**230.759**
AA	15.456	20.992
A	337.060	164.745
B	393.700	45.022
Fundos de investimentos	**34.750**	**26.835**
AA	5.168	–
C	29.582	26.835
Ativo financeiro ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	**77.470**	**94.132**
brAAA (1)	48.951	28.851
AA	28.519	65.281
Operações de crédito e outros	**274.999**	**81.568**
AA	212.345	46.920
A	16.441	–
B	8.751	9.903
Contrapartes sem classificação externa de crédito (2)	2.193	5.078
Contas a receber e outros ativos financeiros		
Contrapartes sem classificação externa de crédito (2)	35.269	19.667

(1) Os *ratings* foram baseados na avaliação de mercado de escala nacional pela *S&P – Standard & Poor's Financial Services LLC.*

(2) Independentemente da classificação externa de crédito da empresa, a Área de Crédito efetua a avaliação do *rating* interno do cliente com a posterior aprovação em Comitê de Crédito, para os casos em que haja risco de crédito envolvido. O Grupo avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos: i) perfil de negócios e financeiro da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho econômico-financeiro; iv) estrutura da operação e suas garantias; e entre outros aspectos.

ii. Análise dos estágios:

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de "rolagem" com base na probabilidade de um valor a receber segregadas por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa total da operação.

O Grupo registra as perdas de crédito esperadas em seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em classificações por 3 estágios, sendo o primeiro referente às perdas esperadas pelo período de 12 meses e os demais por toda a vida da operação.

Na avaliação do modelo de perdas esperadas, foram adotados critérios para caracterizar *default* e aumento significativo de risco de crédito. Foram levados em consideração o procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos; as características de risco de crédito das operações; sua taxa histórica de inadimplência; estimativas futuras de perdas e indicadores aplicáveis à área da atuação.

A BR Partners adota 90 dias de atraso para o critério de *default*. Quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Essa variação do nível de risco é dada pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito.

A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada de forma julgamental, baseada em fatores qualitativos e quantitativos, incluindo o perfil de risco do negócio e financeiro da empresa, setor de atuação e desempenho econômico-financeiro. Além disso, leva em consideração informações prospectivas, a estrutura da operação e suas garantias, entre outros aspectos.

A classificação dos ativos financeiros é realizada por estágios, da seguinte forma:

Estágio 1 – São estabelecidas as perdas de crédito esperadas para o máximo de 12 meses, assim que um ativo financeiro é originado ou adquirido. Este estágio se aplica aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito.

Estágio 2 – Perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida do instrumento financeiro. Este estágio se aplica aos ativos financeiros com aumento significativo no risco de crédito em relação ao momento que foram originados, mas que ainda não são considerados com problemas de recuperação.

Estágio 3 – Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que impactam os seus fluxos de caixa futuros estimados. Na hipótese de aquisição de ativos financeiros com problemas de recuperação, tais ativos se enquadram nesse estágio.

Um ativo financeiro poderá migrar de estágio se apresentar deterioração significativa do nível de risco de crédito. Na hipótese de melhora do risco de crédito em estágio subsequente, com uma reversão do risco significativo detectado anteriormente, o ativo poderá voltar para o estágio anterior, caracterizando o processo de cura, a menos que seja um ativo adquirido com problemas de recuperação de crédito na origem.

Análise dos estágios:

	Saldo em 31/12/2022				
	Estágio 1	**Impairment**	**Estágio 2**	**Estágio 3**	**Total**
Cédula de Crédito Imobiliário	114.292	(32)	–	–	114.260
Certificados de Recebíveis Imobiliários	422.315	(2.660)	–	–	419.655
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	30.856	(110)	–	–	30.746
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	35.665	(915)	–	–	34.750
Debêntures	215.233	(2.020)	–	–	213.213
Notas comerciais	33.857	(339)	–	–	33.518
Cédula do produto rural	50.206	(502)	–	–	49.704
Cédulas de Crédito Bancário	123.416	(139)	–	–	123.277
Total	**1.025.840**	**(6.717)**	**–**	**–**	**1.019.123**

	Saldo em 31/12/2021				
	Estágio 1	***Impairment***	**Estágio 2**	**Estágio 3**	**Total**
Cédula de Crédito Imobiliário	42.280	–	–	–	42.280
Certificados de Recebíveis Imobiliários	149.395	(1.806)	–	–	147.589
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	83.588	(418)	–	–	83.170
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	26.835	–	–	–	26.835
Debêntures	48.606	(117)	–	–	48.489
Cédulas de Crédito Bancário	14.643	(100)	–	–	14.543
Total	**365.347**	**(2.441)**	**–**	**–**	**362.906**

Não houve alteração conceitual na alocação dos estágios quando comparado com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

d. Risco de liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade do Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Adicionalmente, define-se como risco de liquidez a possibilidade de o Grupo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa do Grupo dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Grupo quanto fatores externos. O caixa do Grupo é gerenciado de forma centralizada pela área de Tesouraria. O controle do risco de liquidez no Grupo BR Partners é realizado pela área de Riscos e pelo ALCO por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e a aplicação de cenários de *stress* nas condições de liquidez do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem *accrual* de juros contratuais acrescidos sobre os saldos contábeis na respectiva data base.

		Consolidado – Fluxos de caixa contratuais				
	Total contábil em 31/12/2022	**3 meses ou menos**	**3-12 meses**	**1-3 anos**	**Mais que 3 anos**	**Saldo Projetado**
Passivos financeiros						
- Valores a pagar	3.348	3.348	–	–	–	3.348
- Recursos de clientes	1.297.012	389.104	804.147	181.582	51.880	1.426.713
- Recursos de emissão de títulos	459.930	179.965	28.037	97.215	–	305.217
- Recursos de operações compromissadas	4.983.415	4.983.415	–	–	–	4.983.415
- Passivo de arrendamento	30.554	1.352	5.410	16.691	28.020	51.473
Derivativos						
- Swap	66.790	–	–	9.351	135.584	144.935
- NDF (non-deliverable forward)	32.497	5.200	25.348	4.875	–	35.423
- Opções	2.762	193	2.790	–	–	2.983
- Futuros	11.788	10.727	943	118	–	11.788
Total	**6.888.096**	**5.573.304**	**866.675**	**309.832**	**215.484**	**6.965.295**

		Consolidado – Fluxos de caixa contratuais				
	Total contábil em 31/12/2021	**3 meses ou menos**	**3-12 meses**	**1-3 anos**	**Mais que 3 anos**	**Saldo Projetado**
Passivos financeiros						
- Valores a pagar	53.244	53.244	–	–	–	53.244
- Recursos de clientes	671.744	87.327	423.199	228.392	–	738.918
- Recursos de emissão de títulos	59.177	286	15.070	52.894	–	68.250
- Recursos de operações compromissadas	1.228.129	1.228.129	–	–	–	1.228.129
Derivativos						
- Swap	11.357	–	–	909	18.057	18.966
- NDF (non-deliverable forward)	21.566	4.098	10.783	7.332	–	22.213
- Futuros	37.555	5.258	3.379	7.887	37.555	54.079
Total	**2.082.772**	**1.378.342**	**452.431**	**297.414**	**55.612**	**2.183.799**

continua …

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao Dólar ou ao Euro, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do período não apresentaria nenhuma variação significativa em Reais, em decorrência da exposição líquida não significativa.

Um resumo da exposição ao risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo, destacando-se que os valores em reais podem ser diferentes dos números apresentados nas informações financeiras intermediárias devido as regras de contabilização conterem divergências das regras de exposição gerencial (valores em BRL):

	Saldo em 31/12/2022				Saldo em 31/12/2021			
	R$ (Real)	US$ (Dólar)	€ (Euro)	Total	R$ (Real)	US$ (Dólar)	€ (Euro)	Total
Exposição em Moedas Estrangeiras	(50.218)	43.971	6.247	–	(46.328)	41.545	4.783	–
Derivativos								
Swap	70.330	(70.330)	–	–	(48.286)	48.286	–	–
NDF	(1.203.472)	1.230.879	(27.407)	–	208.849	(208.849)	–	–
Opções	7.502	(7.502)	–	–	–	–	–	–
Futuros	1.172.517	(1.196.824)	24.307	–	(118.658)	120.240	(1.582)	–
Total	**(3.341)**	**194**	**3.147**	**–**	**(4.423)**	**1.222**	**3.201**	**–**

5. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Bancos – Conta corrente e caixa [1]	1	1
Total	1	1

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Bancos – Conta corrente e caixa [1]	5	3.607
Reservas livres	570	1.387
Disponibilidades em moedas estrangeiras [1]	48.376	60.287
Aplicações em compromissadas [2]	28.519	28.851
Total	**77.470**	**94.132**

[1] Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A., *JP Morgan Chase N.Y.*, *JP Morgan Chase Frankfurt* e Bradesco *Cayman*.

[2] Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as aplicações compromissadas estavam com data de revenda para o dia 3 de janeiro de 2023 e 3 de janeiro de 2022, respectivamente.

6. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

	Valor de mercado/ contábil	
Controladora	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Títulos Privados	–	1.165
- Certificados de Depósitos Bancários	–	1.165
Cotas de Fundos de Investimento	91.660	87.323
- BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações (4)	75.947	75.333
- BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	15.713	11.990
Total	**91.660**	**88.488**

	Valor de mercado/ contábil	
Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Títulos públicos [1]	5.727.370	1.803.817
- Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	229.326	131.611
- Letras do Tesouro Nacional (LTN)	–	49.982
- Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	5.498.044	1.622.224
Títulos privados	445.733	325.438
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	257.652	260.126
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio (3)	52.967	15.823
- Debêntures (7)	135.114	49.489
Cotas de fundos de investimento	188.780	239.489
- Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	57.407	125.332
- BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações (4)	75.947	75.333
- Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (5)	39.714	26.834
- BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	15.712	11.990
Total	**6.361.883**	**2.368.744**

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	Valor de mercado/ contábil	
Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Títulos privados	746.216	230.759
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	419.527	147.589
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio (3)	30.746	83.170
- Cédula do Produto Rural (6)	49.704	–
- Debêntures (7)	212.721	–
- Notas Comerciais	33.518	–
Cotas de Fundos de Investimento	34.750	26.835
- Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (5)	34.750	26.835
Total	**780.966**	**257.594**

[1] Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC") do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.

[2] Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são classificados como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

[3] Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio estão classificados como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e estão na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

[4] A carteira do BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações é composta substancialmente por ações da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners Outlet Brasília S.A. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.. Os valores das aplicações foram apurados e contabilizados com base em valor justo, mediante emissão de laudo técnico em fevereiro de 2022.

[5] As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios são classificadas como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), e reconhecidos inicialmente a valor justo.

[6] As Cédulas de Produto Rural classificados como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), são reconhecidos inicialmente a valor justo e os ganhos e perdas são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes". Esses títulos privados são registrados e custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e sua valorização está atrelada ao CDI.

[7] As debêntures estão registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e estão classificadas ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), sendo remuneradas a 100% do IPCA ou CDI + cupom de juros.

7. Instrumentos financeiros derivativos – Consolidado

a. Composição por indexador

	Saldo em 31/12/2022			
	Ativo		Passivo	
	Valor a receber	Valor nominal	Valor a pagar	Valor nominal
Swap	**241.819**	**5.270.428**	**(66.790)**	**1.485.811**
IPCA x CDI	17.881	150.000	–	–
CDI x Dólar	59.964	505.074	(9.008)	116.208
CDI x IPCA	163.554	4.503.889	(23.724)	844.603
Dólar x CDI	–	–	(26.814)	200.000
CDI x CDI	420	111.465	–	–
Pré x CDI	–	–	(7.244)	325.000
NDF	**15.053**	**748.518**	**(32.497)**	**1.369.038**
Dólar x Pré	3.726	316.489	(26.485)	978.845
Pré x Dólar	11.327	432.029	(5.071)	365.396
Pré x Euro	–	–	(941)	24.797
Opções	**1.657**	**160.360**	**(2.762)**	**130.568**
Compra de opção de compra	1.015	85.253	–	–
Compra de opção de venda	642	75.107	–	–
Venda de opção de compra	–	–	(2.000)	100.882
Venda de opção de venda	–	–	(762)	29.686
Futuros	**8.838**	**1.299.673**	**(11.788)**	**1.972.351**
Posição comprada	**962**	**1.033.756**	**(904)**	**518.682**
DAP	85	267.359	(202)	327.227
DDI	106	13.950	–	–
DI1	771	752.447	–	79.274
DOL	–	–	(702)	112.181
Posição vendida	**7.876**	**265.917**	**(10.884)**	**1.453.669**
DAP	5	67.791	(113)	83.461
DDI	1.165	186.438	(4.563)	558.658
DI1	–	–	(107)	183.322
WDO	73	11.688	(14)	18.634
DOL	–	–	(5.026)	609.594
Commodities	6.633	–	(1.061)	–
Total	**267.367**	**7.478.979**	**(113.837)**	**4.957.768**

	Saldo em 31/12/2021			
	Ativo		Passivo	
	Valor a receber	Valor nominal	Valor a pagar	Valor nominal
Swap	**87.253**	**2.450.047**	**(11.357)**	**685.791**
IPCA x CDI	14.982	150.000	–	–
CDI x Dólar	29.759	466.637	(1.056)	40.791
CDI x IPCA	40.110	1.633.410	(10.301)	645.000
Dólar x CDI	2.402	200.000	–	–
NDF	**41.024**	**1.001.991**	**(21.566)**	**868.053**
Dólar x Pré	10.176	205.976	(10.745)	706.901
Pré x Dólar	13.149	731.046	(10.449)	141.022
Commodities	17.699	64.969	(372)	20.130
Futuros	**21.575**	**(308.431)**	**(37.555)**	**748.104**
Posição comprada	**853**	**714.387**	**(17.851)**	**1.475.414**
DAP	304	293.648	(433)	363.140
DDI	–	–	(5.691)	276.751
DI1	532	263.466	(8)	225.295
WDO	–	–	(11.719)	610.228
DOL	17	157.273	–	–
Posição vendida	**20.722**	**(1.022.818)**	**(19.704)**	**(727.310)**
DAP	–	–	(54)	(22.329)
DDI	5.646	(271.803)	–	–
DI1	7	(4.725)	(5)	(621.654)
WDO	1	(1.292)	–	–
DOL	15.068	(744.998)	–	–
Commodities	–	–	(19.645)	(83.327)
Total	**149.852**	**3.143.607**	**(70.478)**	**2.301.948**

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, são representadas por títulos públicos federais e totalizam R$ 235.401 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 99.947 em 31 de dezembro de 2021), registradas como vinculados à prestação de garantias.

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Saldo em 31/12/2022			
	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Ajuste de Risco de Crédito	Valor de mercado
Ativo				
Swap	(54.687)	298.007	(1.501)	241.819
NDF	3.938	11.193	(78)	15.053
Opções	2.102	(442)	(3)	1.657
Futuros	8.838	–	–	8.838
Total	**(39.809)**	**308.758**	**(1.582)**	**267.367**
Passivo				
Swap	(91.550)	24.613	147	(66.790)
NDF	(31.803)	(758)	64	(32.497)
Opções	(2.884)	118	4	(2.762)
Futuros	(11.788)	–	–	(11.788)
Total	**(138.025)**	**23.973**	**215**	**(113.837)**

	Saldo em 31/12/2021			
	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Ajuste de Risco de Crédito	Valor de mercado
Ativo				
Swap	27.980	59.713	(440)	87.253
NDF	35.358	5.269	397	41.024
Futuros	21.575	–	–	21.575
Total	**84.913**	**64.982**	**(43)**	**149.852**
Passivo				
Swap	(23.486)	12.129	–	(11.357)
NDF	(19.228)	(2.279)	(59)	(21.566)
Futuros	(37.555)	–	–	(37.555)
Total	**(80.269)**	**9.850**	**(59)**	**(70.478)**

c. Composição por vencimentos

	Saldo em 31/12/2022				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swap	838	995	33.127	206.859	241.819
NDF	8.320	5.116	1.617	–	15.053
Opções	931	726	–	–	1.657
Futuros	1.260	102	7.074	402	8.838
Total	**11.349**	**6.939**	**41.818**	**207.261**	**267.367**
Passivo					
Swap	–	(1)	(54.581)	(12.208)	(66.790)
NDF	(9.976)	(18.599)	(3.922)	–	(32.497)
Opções	(477)	(2.285)	–	–	(2.762)
Futuros	(6.102)	(2.850)	(2.434)	(402)	(11.788)
Total	**(16.555)**	**(23.735)**	**(60.937)**	**(12.610)**	**(113.837)**

	Saldo em 31/12/2021				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swap	–	–	6.358	80.895	87.253
NDF	16.592	17.836	6.596	–	41.024
Futuros	17.350	458	1.795	1.972	21.575
Total	**33.942**	**18.294**	**14.749**	**82.867**	**149.852**
Passivo					
Swap	(1.052)	–	(375)	(9.930)	(11.357)
NDF	(12.995)	(8.571)	–	–	(21.566)
Futuros	(35.312)	(343)	(1.244)	(656)	(37.555)
Total	**(49.359)**	**(8.914)**	**(1.619)**	**(10.586)**	**(70.478)**

d. Valor de compensação dos derivativos

O Grupo contrata operações de derivativos com base em contratos padrão da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), denominados como Contrato Global de Derivativos ("CGD"). O Grupo utiliza o método de compensação para todos os Derivativos contratados, o que não representa risco para o Grupo, uma vez que não temos instrumentos financeiros não compensados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não possui em seu balanço instrumentos financeiros em base líquida por não atenderem aos critérios de compensação ou por não ter a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Adicionalmente, não há contratos nos quais o Grupo ou contraparte, tenham o direito de compensar as quantias a receber e a pagar dos contratos separados em caso de inadimplência.

e. Derivativos designados como contabilidade de *hedge*

	Saldo em 31/12/2022				
	Objetos de *Hedge*			Instrumentos de *Hedge* (1)	
Estratégia	Valor contábil (Passivo)	Valor justo (Passivo)	Variação no valor justo reconhecida no resultado (acumulado) (3)	Valor nominal	Variação no valor justo utilizada para calcular a inefetividade do *Hedge*
Risco de taxa de juros					
Hedge de Captações [2]					
Captações prefixadas	146.234	146.636	2.598	121.457	(2.168)
Captações pós-fixadas	178.049	176.635	2.414	178.049	(2.180)
Total	**324.283**	**323.271**	**5.012**	**299.506**	**(4.348)**

	Saldo em 31/12/2021				
	Objetos de *Hedge*			Instrumentos de *Hedge* (1)	
Estratégia	Valor contábil (Passivo)	Valor justo (Passivo)	Variação no valor justo reconhecida no resultado (acumulado) (3)	Valor nominal	Variação no valor justo utilizada para calcular a inefetividade do *Hedge*
Risco de taxa de juros					
Hedge de Captações [2]	88.215	86.961	1.254	86.241	(1.308)
Total	**88.215**	**86.961**	**1.254**	**86.241**	**(1.308)**

[1] O Grupo utiliza contratos futuros de DI e DAP, negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumento de proteção relacionado ao risco de taxa de juros das captações prefixadas e pós-fixadas selecionadas para *hedge*. Os ajustes diários relacionados aos contratos futuros estão registrados na rubrica de "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros". A variação no valor justo dos instrumentos representa a parcela da marcação a mercado dos futuros.

[2] Captações prefixadas e pós-fixadas registradas na rubrica de "Recursos de clientes", relacionadas ao produto Certificado de Depósito Bancário ("CDB").

[3] Refere-se a variação acumulada do valor justo dos CDBs, desde o início da estratégia de *hedge* contábil.

8. Ativos financeiro ao custo amortizado e outros ativos

a. Avaliados ao custo amortizado

Não houve saldo na controladora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Operações de crédito [1]	237.537	56.823
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	37.462	24.745
- Serviços a receber (2)	35.269	19.667
- Depósitos judiciais	564	625
- Outros valores	1.629	4.453
Total	**274.999**	**81.568**

[1] Saldo refere-se a operações com clientes do BR Partners Banco de Investimento S.A., representado por Cédulas de Crédito Bancário e Cédulas de Crédito Imobiliário.

[2] Referem-se a serviços prestados a clientes e reembolsos a receber sobre despesas definidos em contrato na prestação de serviço.

b. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$ 48.091 refere-se substancialmente ao compromisso firme de compra (negociação a termo) de debêntures do setor de infraestrutura, cuja liquidação financeira ocorreu no dia 3 de janeiro de 2022, com o respectivo ingresso da custódia do ativo. Não houve posição em aberto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

9. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas abaixo foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes.

	Controlador direto (1)		Coligadas e controladas (2)		Total	
Controladora	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Ativo/(Passivo)						
Valores a receber	–	–	36.526	82.817	36.526	82.817
Cotas de fundos	–	–	91.660	87.323	91.660	87.323
Ativos financeiros	–	–	–	1.165	–	1.165
Valores a pagar	(2.720)	(21.328)	–	–	(2.720)	(21.328)
Resultado						
Receita de juros	–	–	59	439	59	439
Resultado de aplicação em fundo de investimento	–	–	2.080	2.701	2.080	2.701

continua …

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controlador direto (1)		Coligadas (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Ativo/(Passivo)								
Cotas de fundos	–	–	91.660	87.323	–	–	91.660	87.323
Certificado de depósito a prazo – Recursos de clientes (4)	(4)	(3)	(9.716)	(9.821)	(1.051)	(505)	(10.771)	(10.329)
Letras de Crédito Imobiliário (5)	–	–	–	–	(9.680)	(5.774)	(9.680)	(5.774)
Letras de Crédito do Agronegócio (6)	–	–	–	–	(3.590)	–	(3.590)	–
Valores a pagar	(2.720)	(21.328)	–	–	–	–	(2.720)	(21.328)
Resultado								
Receita de aplicação em fundo de investimento	–	–	2.080	2.701	–	–	2.080	2.701
Despesa de juros	(69)	(69)	(1.566)	(439)	(1.427)	(352)	(3.062)	(860)

(1) BR Partners Holdco Participações S.A.
(2) Demais empresas do Grupo BR Partners, BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações e BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado.
(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.
(4) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 8 de dezembro de 2025 à taxa variável de 100% a 115% do DI.
(5) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 9 de maio de 2028 à taxa varia entre 94% a 100% do DI + 1% a.a..
(6) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 22 de agosto de 2023 à taxa variável de 94% a 100% do DI.

As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2022.

a. Remuneração do pessoal-chave

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Pró-labore	1.220	1.688
Encargos sociais	244	365
Total	**1.464**	**2.053**

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Pró-labore	18.345	3.826
Encargos sociais	3.669	793
Total	**22.014**	**4.619**

O pessoal-chave da Administração é representado pela diretoria estatutária e diretoria regida pela Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT") da Companhia que, além dos dividendos decorrentes de suas participações na BR Partners Holdco Participações S.A., recebem uma remuneração pelos serviços prestados na Companhia, que é registrada em Despesas Administrativas.

b. Outras partes relacionadas

No consolidado, além das empresas apresentadas na nota explicativa 10, acrescentamos: BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners Outlet Brasília S.A. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A., que são investimentos que compõem a carteira do BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações gerido pela BR Partners Gestão de Recursos Ltda.. Adicionalmente, o BR Partners Pet S.A. e BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado também são considerados como parte relacionada no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

c. Outras informações

São consideradas como partes relacionadas:

• Diretores e membros dos conselhos administrativos da Companhia, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; e
• Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10% do capital social na Companhia.

10. Investimentos em controladas

i. Controladas diretas

• BR Partners Assessoria Financeira Ltda.

Empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e demais operações de intermediação de participações societárias, dentro e fora do território nacional, e a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

• BR Partners Gestão de Recursos Ltda.

Prestadora de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários e de gestão de recursos de terceiros, a atuação nos mercados financeiros e de capitais como gestor ou administrador de fundos de investimento em geral, nos termos da regulamentação aplicável e a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, no Brasil e no exterior, quaisquer que sejam seus objetos.

• BR Partners Participações Financeiras Ltda.

Empresa detentora de participações societárias no BR Partners Banco de Investimento S.A. na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

ii. Controladas indiretas

• BR Partners Europe B.V.

Empresa com sede em Amsterdam, Holanda, cujo objeto social são atividades de consultoria em gestão empresarial.

A BR Partners Assessoria Financeira Ltda. realizou a aquisição da BR Partners Europe B.V. as informações estão apresentadas vide nota 22f.

• BR Partners Banco de Investimento S.A.

O Banco BR Partners tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio.

O Banco BR Partners é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BR Partners Participações Financeiras Ltda. e indiretamente pela Companhia, *holding* do Grupo.

iii. Fundos de investimento ("Fundos exclusivos")

• Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM")

O Total FIM foi constituído em 29 de dezembro de 2010 sob a forma de condomínio aberto, iniciou suas atividades em 10 de janeiro de 2011, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a receber investimentos de seu único cotista, o Banco BR Partners, investidor qualificado e tem por objetivo proporcionar ao seu cotista, rentabilidade por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas, índices de preço, moeda estrangeira, renda variável e derivativos, de forma que o Total FIM fique exposto a vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator especial. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

• BR Partners Capital ("BR Capital")

O BR Capital é um fundo domiciliado nas Ilhas *Cayman,* administrado pelo Banco Bradesco S.A., com prazo indeterminado de duração, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e títulos de dívida, moedas, opções, futuros e outros derivativos, com foco no mercado brasileiro. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

A Companhia possui em 31 de dezembro os seguintes investimentos:

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	1.220	670
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. (1)	–	187
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	689.622	638.897
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	2.000
BR Partners Europe B.V. (2)	–	8.626
Total	**692.842**	**650.380**

(1) A empresa BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. foi incorporada conforme mencionado na nota 22f.
(2) A empresa BR Partners Europe B.V. foi adquirida conforme mencionado na nota 22f.

O quadro a seguir demonstra a participação da Companhia em subsidiárias:

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos/ a receber	Outros resultados abrangentes (1)	Alienação de investimento	Saldo em 31/12/2022
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	670	96.525	(96.524)	549	–	1.220
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.	187	(4)	–	–	(183)	–
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	638.897	52.924	–	(2.199)	–	689.622
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	4.914	(4.914)	–	–	2.000
BR Partners Europe B.V.	8.626	(328)	–	(945)	(7.353)	–
Total	**650.380**	**154.031**	**(101.438)**	**(2.595)**	**(7.536)**	**692.842**

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos/ a receber	Outros resultados abrangentes (1)	Aumento de Capital	Saldo em 31/12/2021
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	670	106.012	(106.012)	–	–	670
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.	194	(7)	–	–	–	187
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	253.547	32.830	–	(1.680)	354.200	638.897
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	5.380	(5.380)	–	–	2.000
BR Partners Europe B.V.	9.369	(660)	–	(83)	–	8.626
Total	**265.780**	**143.555**	**(111.392)**	**(1.763)**	**354.200**	**650.380**

(1) Representado por ajustes reflexos de avaliação patrimonial registrados no BR Partners Banco de Investimento S.A., bem como ajustes de conversão de investimentos no exterior relacionada a empresa BR Partners Europe B.V. (Adquirida pela BR Partners Assessoria Financeira Ltda., conforme mencionado na nota 22f).

11. Imobilizado

Não houve saldo de imobilizado na controladora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Controladora	Valor custo	Valor Contábil em 31/12/2020	Aquisição/ (baixa)	Depreciação	Valor Contábil em 31/12/2021
Instalações (2)	4.562	127	–	(127)	–
Móveis e equipamentos de uso (2)	1.651	22	–	(22)	–
Outros (2)	74	2	–	(2)	–
Total	**6.287**	**151**	**–**	**(151)**	**–**

Consolidado	Valor custo	Valor Contábil em 31/12/2021	Aquisição/ (baixa)	Depreciação	Valor Contábil em 31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros (2)	9.944	1.545	8.740	(723)	9.562
Equipamentos de informática e telefonia (1)	8.146	3.096	1.251	(945)	3.402
Móveis e equipamentos de uso (2)	4.261	63	2.570	(181)	2.452
Direito de uso de imóvel – adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) (2)/(3)	38.339	–	32.453	(1.900)	30.553
Outros (2)	775	17	655	(45)	627
Total	**61.465**	**4.721**	**45.669**	**(3.794)**	**46.596**

Consolidado	Valor custo	Valor Contábil em 31/12/2020	Aquisição/ (baixa)	Depreciação	Valor Contábil em 31/12/2021
Instalações (2)	4.565	126	–	(126)	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros (2)	634	634	1.060	(149)	1.545
Equipamentos de informática (1)	4.865	1.317	2.417	(638)	3.096
Móveis e equipamentos de uso (2)	1.672	53	42	(32)	63
Direito de uso de imóvel – adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) (2)/(3)	5.886	1.464	168	(1.632)	–
Outros (2)	113	16	7	(6)	17
Total	**17.735**	**3.610**	**3.694**	**(2.583)**	**4.721**

(1) O prazo de depreciação é de 5 anos.
(2) O prazo de depreciação é de 10 anos.
(3) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16/ CPC 06.

12. Intangíveis

Não houve saldo de intangível na controladora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os quadros abaixo apresentam a movimentação do consolidado:

Consolidado	Valor custo	Valor Contábil em 31/12/2021	Aquisição/ (baixa)	Amortização	Valor Contábil em 31/12/2022
Licença de uso de *software* (1)	3.715	860	6	(227)	639
Ágio – licença adquirida	4.500	4.500	–	–	4.500
Outros intangíveis (2)	9.971	–	9.971	(437)	9.534
Total	**18.186**	**5.360**	**9.977**	**(664)**	**14.673**

Consolidado	Valor custo	Valor Contábil em 31/12/2020	Aquisição/ (baixa)	Amortização	Valor Contábil em 31/12/2021
Licença de uso de *software* (1)	4.190	1.068	278	(486)	860
Ágio – licença adquirida	4.500	4.500	–	–	4.500
Total	**8.690**	**5.568**	**278**	**(486)**	**5.360**

(1) Para os ativos intangíveis de licença de uso, é usado o prazo de amortização fixado em contrato.
(2) Formado, substancialmente, pelos gastos relacionados à plataforma digital desenvolvido no veículo BR Partners Banco de Investimento S.A..

13. Valores a pagar

a. Fornecedores

Referem-se a provisões de pagamentos a efetuar sobre fornecedores e serviços prestados.

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021 (1)
Fornecedores a pagar	449	540	3.348	50.137
Total	**449**	**540**	**3.348**	**50.137**

(1) O aumento observado na rubrica consolidada de "Fornecedores a pagar" refere-se, majoritariamente, ao compromisso firme de compra de debêntures (compra a termo) no montante de R$ 48.091, cuja liquidação ocorreu no dia 3 de janeiro de 2022.

b. Outros valores a pagar

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Dividendos a pagar sociedades ligadas	2.720	39.225	2.720	39.225
Passivo de arrendamento (1)	–	–	30.554	–
Provisão a pagar despesas de pessoal	1.687	3.107	43.817	57.792
Provisão para contingência	–	–	1.478	1.468
Provisão para garantias de fianças prestadas (2)	–	–	53	373
Resultado de exercício futuro	–	–	273	564
Outros	–	1	306	633
Total	**4.407**	**42.333**	**79.201**	**100.055**

(1) O Grupo arrenda andares de prédio comercial e que tem duração de 10 anos. Em 31 de dezembro de 2022 os valores mínimos não canceláveis de arrendamentos estão apresentados entre 1 e 10 anos no valor de R$ 30.554.
(2) Refere-se a comissões sobre avais e fianças que se encontram na carteira de crédito do BR Partners Banco de Investimento S.A. (Nota 22a).

14. Passivos financeiros

Depósitos, Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

Consolidado	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Recursos de clientes						
- Depósitos a Prazo (1)	251.678	691.161	223.468	–	1.166.307	671.744
- Depósitos Interfinanceiros	130.705	–	–	–	130.705	–
Recursos de operações compromissadas						
- Captações no mercado aberto (2)	4.983.415	–	–	–	4.983.415	1.228.129
Recursos de emissão de títulos						
- Letras de Crédito Imobiliário (3)	126.327	26.867	36.639	3.679	193.511	59.177
- Letras de Crédito do Agronegócio (4)	46.601	1.652	–	–	48.253	–
- Letras Financeiras (5)	–	35.804	182.361	–	218.166	–
Total	**5.538.726**	**755.484**	**442.468**	**3.679**	**6.740.357**	**1.959.050**

(1) Para os Certificado de Depósito Bancário ("CDB") prefixado a taxa de remuneração está entre 5,73% a 14,77% a.a. e para os CDB pós-fixado a taxa de remuneração é de 100% a 140% do DI, 100% DI + 0,68% a 1,61% a.a. e IPCA + 0,37% e 7,91% a.a..
(2) Para as operações compromissadas atreladas aos títulos públicos (NTN-B) a taxa de remuneração é de 13,65% a.a. e para os títulos privados (Debêntures, CRI e CRA) a taxa de remuneração está entre 93% do DI.
(3) Para as Letra de Crédito Imobiliário ("LCI") pós-fixadas a taxa de remuneração está entre 89% a 100% do DI e IPCA + 5,49% e 6,10% a.a..
(4) Para as Letra de Crédito do Agronegócio ("LCA") pós-fixadas a taxa de remuneração está entre 92% a 100% do DI.
(5) Para as Letra Financeira (LF) prefixado a taxa de remuneração está entre 12,88% a 14,16% a.a., e para as LF pós-fixadas a taxa de remuneração está entre 100% do DI + 1,17% a 1,76% e 100% do IPCA + 5,30% e 6,69% a.a..

As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2022.

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 674.940 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 669.243 em 31 de dezembro de 2021), está representado por 314.987 ações, sendo 200.546 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 114.441 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal (313.951 total de ações, sendo 200.200 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 113.750 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021).

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Outras reservas de lucros referem-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Resultado líquido por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais do exercício.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Grupo para fins de diluição e, portanto, os resultados básico e diluído por ação são iguais.

continua …

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	147.101	138.660
Quantidade média ponderada de ações emitidas	314.901	313.951
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)	**0,47**	**0,44**

d. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório não cumulativo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme definido no Artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

A distribuição do dividendo mínimo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade, ser ela incompatível com a situação financeira da Companhia, caso em que poderá ser distribuída parcela do lucro líquido ou aprovada a sua retenção como reserva, conforme o caso. Os lucros que deixarem de ser distribuídos na forma deste parágrafo serão pagos assim que o permitir a situação financeira da Companhia, aplicando-se as disposições do artigo 202, § 5º da Lei das Sociedades por Ações.

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Lucro líquido do exercício	147.101	138.660
Constituição de reserva legal	(7.355)	(6.933)
Lucro líquido ajustado	**139.746**	**131.727**
Destinações		
Dividendo mínimo obrigatório (1)	–	32.932
Dividendos intercalares (2)	59.847	–
Dividendo adicional proposto (3)	31.499	52.115
Reservas para expansão e investimentos	48.400	46.680

(1) O montante de dividendo mínimo obrigatório apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi registrado na rubrica de "Outros valores a pagar" no passivo.

(2) Durante o exercício de 2022 a Companhia efetuou pagamento, em linha com os termos de seu Estatuto, de dividendos intercalares. Os valores pagos foram descontados da apuração do dividendo anual apurado com base no lucro líquido do exercício da Companhia.

(3) Em 31 de dezembro de 2022 foi registrado no patrimônio líquido o montante de R$ 31.499 (R$ 52.115 em 31 de dezembro de 2021) a título de dividendos adicionais propostos, conforme item 24 da Interpretação Técnica ICPC 08 (R1). Esse montante será objeto de deliberação na ocasião da Assembleia dos acionistas.

e. Dividendos de subsidiárias pagos à controladora

Os dividendos recebidos de suas subsidiárias estão compostos da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	143.589	27.254
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	4.140	1.240
Total	**147.729**	**28.494**

f. Plano de outorgas de ações restritas

Em 1 de setembro de 2020, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Outorgas de Ações Restritas da Companhia, onde poderá ser outorgado às pessoas elegíveis, no âmbito deste Plano, o direito ao recebimento de Ações Restritas representativas de, no máximo, 1,5% do total de ações em que se divide o capital social da Companhia naquela data. Não houve outorgas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

16. Receitas de prestação de serviços

A receita de serviços prestados está substancialmente representada por serviços de consultoria econômica e financeira e de comissões de intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pelas empresas do Grupo, conforme relacionadas abaixo:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021 (1)
Controlada indireta		
BR Partners Banco de Investimento S.A.		
- Comissões e intermediação e estruturação de títulos	39.221	23.930
Controladas diretas		
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.		
- Assessoria e consultoria financeira no país	206.173	231.468
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.		
- Gestão de recursos de terceiros	5.415	3.077
- Intermediação de negócios	237	3.925
Receitas de prestação de serviços	**251.046**	**262.400**

(1) Os saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reapresentados de acordo com a nota explicativa 2e.

O resumo a seguir apresenta as receitas de prestação de serviço (receita de contratos com clientes) e as demais rubricas contábeis consolidadas que compõem o valor de total de receitas desagregadas por linha de negócio:

			Saldo em 31/12/2022		
Linha de negócios	Receitas de prestação de serviços	Despesas de serviços técnicos especializados	Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	Outras receitas	Total
Investment Banking	159.603	–	–	–	159.603
Mercado de Capitais	85.696	–	10.849	–	96.545
Treasury Sales & Structuring	239	–	62.367	–	62.606
Investimentos	5.508	–	–	–	5.508
Remuneração do Capital	–	–	89.241	–	89.241
Total	**251.046**	**–**	**162.457**	**–**	**413.503**

			Saldo em 31/12/2021		
Linha de negócios	Receitas de prestação de serviços	Despesas de serviços técnicos especializados	Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	Outras receitas	Total (1)
Investment Banking	195.718	(12.537)	–	394	183.575
Mercado de Capitais	59.669	–	31.790	–	91.459
Treasury Sales & Structuring	119	–	52.431	–	52.550
Investimentos	6.894	–	–	–	6.894
Remuneração do Capital	–	–	32.550	–	32.550
Total	**262.400**	**(12.537)**	**116.771**	**394**	**367.028**

(1) A informação comparativa foi reapresentada devido a reclassificação, conforme nota explicativa 2e.

17. Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Receitas de juros – Aplicações em títulos de renda fixa	2.098	513
Resultado de aplicações em fundos de investimento	(1.702)	2.701
Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	**396**	**3.214**

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Receitas de juros		
- Rendas de operações de crédito e outros créditos	19.925	4.076
- Descontos concedidos	–	(387)
- Rendas de garantias prestadas	679	1.634
Ativos financeiros		
- Ao valor justo por meio do resultado	663.813	291.782
Total de receitas de juros	**684.417**	**297.105**
Despesas de juros		
- Despesas de captação	(529.230)	(60.319)
- Ajuste positivo de valor de mercado – captação (Objeto de *Hedge*)	3.757	1.254
Ativos financeiros		
- Ao valor justo por meio do resultado	(63.080)	(28.459)
Total de despesas de juros	**(588.553)**	**(87.524)**

Ganhos (perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Rendas de câmbio	118.428	67.873
Despesas de câmbio	(142.971)	(44.964)
Total	**(24.543)**	**22.909**

Ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Rendas em operações com derivativos	2.559.745	1.696.630
TVM – ajuste positivo ao valor de mercado	65.443	503
Despesas em operações com derivativos	(2.225.854)	(1.668.942)
TVM – ajuste negativo ao valor de mercado	(308.198)	(143.910)
Total	**91.136**	**(115.719)**
Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	**162.457**	**116.771**

18. Despesas administrativas

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Despesas com amortização e depreciação	–	151
Despesas de publicação	28	582
Despesas administrativas com rateio (*Service Level Agreement*)	423	205
Despesas do sistema financeiro	422	415
Despesas de serviços de terceiros	1.133	92
Despesas de processamento de dados	102	96
Despesas com seguros	194	194
Despesas de viagem	113	–
Outras despesas tributárias	32	–
Outras despesas	246	44
Total	**2.693**	**1.779**
Reversão de despesas administrativas (1)	–	(1.821)
Total	**2.693**	**(42)**

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Despesas administrativas no exterior (2)	460	671
Despesas de processamento de dados	7.046	5.344
Despesas de serviços do sistema financeiro	7.352	2.153
Despesas de promoções e relações públicas	1.627	2.609
Despesas com amortização e depreciação	4.458	3.069
Despesas de comunicações	3.466	2.146
Despesas de aluguéis	3.126	1.763
Outras despesas tributárias	1.760	1.672
Despesas de propaganda e publicidade	1.536	804
Despesas de serviços de terceiros	15.161	1.832
Despesas de viagem	1.579	936
Despesas de condomínio	1.635	638
Despesas de manutenção e conservação de bens	423	382
Despesas de água, energia e gás	316	350
Despesas de serviços de segurança e vigilância	174	178
Despesas de transportes	175	111
Despesas com seguros	237	194
Despesas de material	283	209
Outras despesas	2.914	3.032
Total	**53.728**	**28.093**
Reversão de despesas administrativas (1)	–	(3.752)
Total	**53.728**	**24.341**

(1) Refere-se a custos com taxas e registros, consultorias e assessorias com a Oferta Pública (*IPO*), bem como outras despesas administrativas.

(2) Refere-se a despesas administrativas da controlada BR Partners Europe B.V..

19. Despesas tributárias

Os montantes de outras despesas são compostos da seguinte forma para os exercícios:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Receitas de prestação de serviços		
- PIS	3.692	4.031
- COFINS	16.912	18.748
- ISS	12.398	13.028
Resultado de instrumentos financeiros líquido de juros		
- PIS	777	350
- COFINS	5.270	2.251
Total	**39.049**	**38.408**

As informações comparativas estão sendo reapresentada devido à reclassificação. Veja notas explicativas 2e.

20. Tributos sobre lucros

a. Tributos correntes

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	147.366	136.522
Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)	(50.105)	(46.417)
Adições/(exclusões) permanentes	(330)	(306)
Adições/(exclusões) temporárias	626	121
Adições/(exclusões) de equivalência patrimonial	52.370	48.808
Diferido constituição/(reversão) do exercício	(265)	2.138
Prejuízo fiscal	(2.561)	(2.206)
Despesa com IRPJ/CSLL	**(265)**	**2.138**

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**232.220**	**219.067**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes	(78.955)	(74.482)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Adições/(exclusões) permanentes	1.801	(2.624)
Adições/(exclusões) temporárias	(416)	798
Outros valores (1)	(7.549)	(4.099)
Imposto de renda e contribuição social dos exercícios	**(85.119)**	**(80.407)**
Alíquota efetiva	36,7%	36,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.927)	(15.557)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(58.862)	(64.850)
Imposto de renda e contribuição social exercícios anteriores	1.670	–
Imposto de renda e contribuição social dos exercícios	**(85.119)**	**(80.407)**

(1) Inclui basicamente: (i) equalização da alíquota de empresa não financeira tributada pelo lucro presumido (BR Partners Gestão de Recursos Ltda.); e (ii) diferença de alíquota de empresa financeira.

b. Tributos diferidos

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização (Baixa)	Saldo em 31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.060	–	–	3.060
Total de ativo fiscal diferido	**3.060**	**–**	**–**	**3.060**
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	14.813	(1.067)	802	15.078
Total de passivos diferidos	**14.813**	**(1.067)**	**802**	**15.078**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(11.753)**	**(1.067)**	**802**	**(12.018)**

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização (Baixa)	Saldo em 31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	–	3.060	–	3.060
Total de ativo fiscal diferido	**–**	**3.060**	**–**	**3.060**
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	13.891	1.204	(282)	14.813
Total de passivos diferidos	**13.891**	**1.204**	**(282)**	**14.813**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(13.891)**	**1.856**	**282**	**(11.753)**

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização (Baixa)	Saldo em 31/12/2022
Diferenças temporárias	23.719	9.589	(14.586)	18.722
Ajuste a valor justo de ativos financeiros registrados no Patrimônio líquido	1.375	2.934	(1.134)	3.175
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.060	7.050	(7.050)	3.060
Total de ativo fiscal diferido	**28.154**	**19.573**	**(22.770)**	**24.957**
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	53.084	39.859	(16.927)	76.016
Total de passivos diferidos	**53.084**	**39.859**	**(16.927)**	**76.016**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(24.930)**	**(20.286)**	**5.843**	**(51.059)**

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização (Baixa)	Saldo em 31/12/2021
Diferenças temporárias	12.470	19.370	(8.121)	23.719
Ajuste a valor justo de ativos financeiros registrados no Patrimônio líquido	–	2.115	(740)	1.375
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	–	16.034	(12.974)	3.060
Total de ativo fiscal diferido	**12.470**	**37.519**	**(21.835)**	**28.154**
Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros	23.218	34.200	(4.334)	53.084
Total de passivos diferidos	**23.218**	**34.200**	**(4.334)**	**53.084**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(10.748)**	**3.319**	**(17.501)**	**(24.930)**

A Administração, em avaliação inicial não identificou impactos relevantes em relação a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas instituições financeiras, conforme a Medida Provisória 1.115/22. Com base nas projeções de resultados, a Administração entende que irá auferir resultados tributáveis para absorver os créditos tributários registrados conforme demonstrado a seguir:

	Expectativa de realização		Valor presente	
Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
2022	–	23.649	–	21.571
2023	18.964	3.084	16.914	2.566
2024	3.222	98	2.562	74
2025	147	587	104	406
A partir de 2026	2.624	736	1.112	302
Total	**24.957**	**28.154**	**20.692**	**24.919**

O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média do DI 0,9581% ao mês em 2022 (0,7691% em 2021).

O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

continua …

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2022 foi de Prejuízo Fiscal R$ 11.684 (R$ 9.801 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa R$ 4.472 (R$ 3.596 em 31 de dezembro de 2021), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

21. Segmentos operacionais

O Grupo possui um segmento reportável em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Esse segmento oferece serviços de bancos de investimentos, que são administrados e gerenciados de acordo com os produtos oferecidos.

O seguinte resumo das linhas de negócio do Grupo descreve os principais serviços prestados pelo segmento reportável do Grupo:

• ***Investment Banking***

Oferece serviços de assessoria financeira e estratégica em transações de fusões e aquisições, vendas de participações, captação de recursos, parcerias estratégicas, reestruturações societárias e reestruturações financeiras. Desse modo, atua junto ao cliente na preparação dos materiais, levantamento de informações, modelagem financeira, estruturação do negócio, negociação de contratos e aconselhamento de acionistas e da administração em todas as etapas dos processos mencionados.

• **Mercado de capitais**

Assessora seus clientes na captação de recursos junto a investidores por meio de instrumentos de dívida. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada cliente. A área participa ativamente durante todo o processo da estruturação dos instrumentos de dívida, de forma a orientar seus clientes da melhor forma possível.

• ***Treasury Sales & Structuring***

Assessora e executa operações de câmbio, derivativos e fianças junto a seus clientes corporativos e institucionais. Atua na captação de recursos junto a clientes e terceiros utilizando seus produtos de tesouraria como CDBs, LCI/LCA e LFs. A área também é responsável pela gestão de tesouraria e *ALM* (*Asset and Liability Management*) e todos os acessos aos diferentes mercados primários de negociação local e internacional.

• **Investimentos**

Desenvolve novas teses de investimentos ilíquidos, negocia transações minoritárias, estrutura veículos de investimento, capta recursos de terceiros, aloca capital proprietário, presta serviços de gestão de recursos para os fundos e contribui para a estratégia de desenvolvimento das respectivas teses. Possui relacionamento com grande parte dos *family offices* brasileiros e base de investidores que comprometem capital de forma recorrente e permitem o acesso a negócios proprietários através da extensa rede de relacionamento com empresários locais.

• **Remuneração do Capital**

Concentra as receitas obtidas com a construção da carteira de crédito em TVM e créditos em transição. Adicionalmente remunera o capital pelas áreas que o utilizam (*e.g. Investments, Treasury Sales & Structuring*).

a. Informações sobre o segmento reportável

Considerando que o Grupo possui apenas um segmento reportável, as informações financeiras gerenciadas pela Administração são aquelas apresentadas no balanço patrimonial e demonstração de resultado.

b. Segmentos geográficos

As operações da Companhia são, substancialmente, realizadas no país (Brasil) e possui uma empresa com sede em Amsterdam, Holanda, cujo objeto social são atividades de consultoria em gestão empresarial. Além disso, conta também com um fundo de investimento domiciliado nas Ilhas *Cayman*, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e títulos de dívida, moedas, opções, futuros e outros derivativos, com foco no mercado brasileiro.

22. Outras informações

a. Garantias, Avais e Fianças

Os avais e fianças prestados pelo BR Partners Banco são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

São concedidos créditos por meio de avais e fianças conforme quadro a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Fianças bancárias prestadas	49.738	84.879
Provisão para garantias financeiras prestadas	(53)	(372)
Total	**49.685**	**84.507**

b. Contingências

No Grupo BR Partners, não há registro de processo judicial de natureza passiva no âmbito tributário na data base 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

No âmbito cível há duas ações em andamento classificadas pelo nosso assessor jurídico como perda provável, cujo valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 290 (R$ 292 em 31 de dezembro de 2021). Não existem processos cíveis cujo risco seja possível.

Em 31 de dezembro de 2022 as ações trabalhistas classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda possível foi de R$ 131 (R$ 536 em 31 de dezembro de 2021). Os processos trabalhistas classificados como perda provável estão registrados sob o montante de R$ 1.187 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.176 em 31 de dezembro de 2021).

c. Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas, relativas às instalações em sua sede, foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante do prêmio contratado pelo Grupo totalizava R$ 201 (R$ 201 em 31 de dezembro de 2021) e a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio	Incêndio, explosão e fumaça	10.000
	Perda de aluguel	600
	Responsabilidade civil	600
	Danos elétricos	1.000
	Equipamentos eletrônicos	2.000
	Vidros	30
	Derrame vazamento de *sprinkles*	2.000
	Recomposição de registros e documentos	600
	Equipamentos estacionários	600
	D&O	30.000

d. Gestão de recursos de terceiros

A Companhia faz a gestão de fundos de investimentos, seus ativos sob gestão são:

		Montante sob gestão	
Empresa Gestora	**Modalidade**	**Saldo em 31/12/2022**	**Saldo em 31/12/2021**
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	Fundo de Investimento Multimercado	360.969	280.143
	Fundo de Investimento em Participações	762.191	853.652

e. Normas, alterações e interpretações de normas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

• Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/*IAS* 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);

• Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma;

• Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e as análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma; e

• Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

f. Reorganização societária e aquisições

Incorporação

Em 1 de junho de 2022, conforme Protocolo de Incorporação, a empresa BR Partners Assessoria Financeira Ltda. (incorporadora) adquiriu a totalidade das quotas da BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. (incorporada) e, posteriormente, realizou a incorporação dos respectivos ativos e passivos. A transação foi realizada pelo valor patrimonial da incorporada em 1 de junho de 2022, avaliado em R$ 183 por meio de laudo de avaliação contábil. A liquidação financeira da transação ocorreu em 30 de junho de 2022.

Aquisições

A BR Partners Assessoria Financeira Ltda. realizou a aquisição por valor patrimonial da BR Partners Europe B.V., no valor de R$ 7.353 milhões. Essa aquisição faz parte da estratégia de expansão do Grupo nas prestações de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e outros. Em 29 de novembro de 2022, tendo sido verificado o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades reguladoras, foi concluída a aquisição de 100% do capital social da BR Partners Europe B.V..

A Diretoria — **Hideo Antonio Kawassaki** – Contador CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da

BR Advisory Partners Participações S.A.

São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BR Advisory Partners Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de instrumentos financeiros

Veja as notas explicativas 3o e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia possui aplicação em instrumentos financeiros em cota de fundo de investimento em participações classificado como nível 3 na hierarquia de valor justo. Esse fundo possui investimentos em ações de companhias fechadas, sem cotação em bolsa ou mercado ativo, mensuradas pelo seu valor justo, determinado com base em laudo de avaliação econômico-financeira, elaborado por avaliador independente, que utilizou a metodologia de fluxo de caixa descontado, a qual considera premissas e expectativas de projeções de resultados futuros das companhias investidas, tais como: taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação.

Devido à relevância e às incertezas relacionadas as premissas para a determinação do valor justo do fundo que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras no próximo ano fiscal, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da técnica de avaliação (fluxo de caixa descontado) e a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação do laudo, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação;
- Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas da adequação dos cálculos matemáticos incluídos em tais laudos de avaliação; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis as mensurações dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 014.428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP 214.007/O-2

www.brpartners.com.br

Regra fiscal II: o teto

ARTIGO

Fabio Giambiagi
Economista

Em artigo anterior, discutimos qual deveria ser a atitude que o governo deveria ter acerca do chamado "extrateto", na regra que deverá propor ao Congresso nos próximos meses.

Com vistas a colaborar nesse debate, este é parte de um conjunto de três artigos com ideias a esse respeito. O artigo de hoje versará sobre o "X da questão", ou seja, qual deveria ser o valor X do teto no ano inicial de referência, cuja sugestão é de que seja 2024. Em nosso próximo encontro, trataremos da proposta de regra de variação do teto de 2025 em diante.

A proposta é que a regra a ser proposta pelo governo considere uma hipótese de despesa prevista para 2023 de R$ 1.980 bilhões e sinalize para um valor inicial de referência de 2024, com quatro componentes: a inflação esperada para 2023, de 6%; um crescimento real de 1%; um ajuste preventivo de 0,5% para dar conta de possíveis diferenças entre a inflação prevista e a observada; e um *plus* da ordem de R$ 20 bilhões, para regularizar o valor do fluxo de precatórios, desfazendo a aberração cometida com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, de 2021, batizada na época pela imprensa como "PEC do Calote".

> ***Qual deveria ser o valor X do teto no ano inicial de referência, cuja sugestão é de que seja 2024?***

O resultado dessa multiplicação é uma despesa em 2024 de R$ 2.150 bilhões. Assim, sugere-se que a proposta legislativa enviada pelo Poder Executivo ao Congresso explicite esse teto global de despesa em 2024, sem os "penduricalhos" do "extrateto" atual.

Considerando uma possível despesa de R$ 10 bilhões com créditos extraordinários "normais", um Produto Interno Bruto (PIB) em 2023 de R$ 10,5 trilhões e, para 2024, parâmetros de crescimento do PIB e de variação do deflator implícito de 1,5% e de 5,0%, respectivamente, teríamos em 2024 um gasto potencial de R$ 2.160 bilhões e um PIB estimado em R$ 11.190 bilhões. Isto é, o gasto seria de 19,3% do PIB, mesmo patamar de 2018, no final do governo de Michel Temer.

A diferença é que naquela oportunidade a receita líquida do governo central foi de 17,6% do PIB, enquanto em 2022 já tinha alcançado 18,9% do PIB, mesmo sob a gestão liberal de Paulo Guedes, razão pela qual faria sentido aspirar a ter como objetivo conservar esse valor em 2024, o que nos deixaria com um déficit primário da União de 0,4% do PIB, passível de virar superávit ainda no atual governo.

A partir daí, seria necessário ter um crescimento do gasto modesto e inferior ao da economia, para voltar a reduzir a relação gasto/PIB, como entre 2016 e 2022.

Continua no terceiro e último capítulo, daqui a duas semanas. ●

Energia Termoelétrica

Usina que vai usar gás do pré-sal atrasa 206 dias

No dia 1.º de janeiro deste ano, a única usina térmica do País alimentada pelo gás do pré-sal deveria ter começado a entregar energia. Era isso, pelo menos, que estava previsto no contrato firmado com a termoelétrica Marlim Azul, um projeto de R$ 2,5 bilhões construído em Macaé, no litoral do Rio.

Para tirar a usina do papel, a Mitsubishi Hitachi criou um consórcio com o Pátria Investimentos e a Shell – a empresa Marlim Azul Energia –, e iniciou as obras em julho de 2020. O BNDES também entrou no negócio, financiando R$ 2 bilhões (80% do total).

Com capacidade para gerar 565 megawatts com uma única turbina, o suficiente para atender a mais de 2 milhões de domicílios, a usina foi a primeira – e único até hoje – a vencer um leilão para explorar o gás do pré-sal brasileiro.

Tudo corria dentro do cronograma até que, segundo a empresa, surgiu a pandemia da covid-19. Nas contas da empresa, a pandemia prejudicou o cronograma da obra em 206 dias, incluindo nesse balanço desde ordens estaduais e municipais de fechamento das cidades até os lockdowns internacionais, que teriam comprometido seus fornecedores de equipamentos.

Por causa desse atraso, o compromisso de iniciar a geração a partir de 1.º de janeiro foi, agora, alterado para 25 de julho. Ainda em maio do ano passado, a empresa bateu na porta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para pedir que o prazo de 206 dias fosse estendido, sob o argumento de que a pandemia tinha comprometido os planos. Ocorre que nenhum dos argumentos convenceu a área técnica da agência, que não concedeu nenhum dia de adiamento.

> **Crédito de banco público**
> **O BNDES participa do negócio da usina de pré-sal com financiamento de R$ 2 bilhões (80% do total)**

Com a negativa da área técnica, a empresa reagiu, apresentou novos argumentos em dezembro de 2022 e pediu a revisão dos atos. Na semana passada, o material foi encaminhado para nova análise técnica. A decisão final sobre o assunto cabe à diretoria colegiada da Aneel, que não comenta o caso pelo fato de estar em tramitação. ● ANDRÉ BORGES/BRASÍLIA

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 156ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio das 1ª e 2ª séries da 156ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("**Titulares de CRA**", "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª séries da 156ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*", celebrado em 04 de agosto de 2022, com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado de tempos em tempos, ("**Termo de Securitização**" e "**Agente Fiduciário**", respectivamente), da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("**Resolução CVM 60**"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("**Assembleia**"), a realizar-se no dia **02 de março de 2023, às 11:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma eletrônica *Zoom,* administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital de convocação ("**Edital**"), por meio de link que será informado pela Emissora, nos termos deste Edital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** autorização para que a periodicidade das Cessões Adicionais seja estendida, com alteração da Cláusula 2.1, "(ii)", do Instrumento Particular de Cessão e Endosso, Promessa de Cessão e Endosso de Direitos Creditórios do Agronegócio e Outras Avenças, celebrado em 04 de agosto de 2022, conforme aditado de tempos em tempos ("**Contrato de Cessão**"), a fim de prever que os aditamentos ao Contrato de Cessão passem a ser realizados a cada 60 (sessenta) dias, a partir da eventual aprovação em Assembleia; e **(ii)** autorização para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos e quaisquer atos para efetivação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a eventual alteração dos documentos da oferta. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. **1. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i)** A Assembleia instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação, às 11:00 horas do dia 02 de março de 2023, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, nos termos da Cláusula 14.5 do Termo de Securitização, sendo que as matérias descritas nos itens acima estão sujeitas à aprovação pelos votos favoráveis de Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação, nos termos da Cláusula 14.7 do Termo de Securitização. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, preferencialmente. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, e, de acordo com o item "(ii)" e "(iv)", os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, com cópia dos seguintes documentos: **1.** quando pessoa física, documento de identidade; **2.** quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; **3.** se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e **4.** quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância. **Instrução de Voto a Distância:** Os Titulares de CRA poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de instrução de voto disponibilizado na mesma data da publicação deste Edital pela Emissora em seu website https://www.ecoagro.agr.br/emissoes, sendo sugerido seu envio, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia. Para que a instrução de voto a distância seja considerada válida, é imprescindível: **(i)** o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do titular de CRA, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; **(ii)** a assinatura ao final da instrução de voto a distância do titular de CRA ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. As instruções de voto a distância deverão ser assinadas, sendo aceitas as assinaturas através de plataforma digital, com cópia do documento de identidade dos(as) signatários(as), e deverão ser enviadas, preferencialmente, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da Assembleia, podendo ser encaminhada até o horário de início da assembleia, juntamente com os documentos listados nas instruções acima, aos cuidados da Emissora, para o e-mail assembleia@ecoagro.agr.br e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. **(v)** Os documentos relacionados às matérias constantes deste Edital estarão disponíveis aos Titulares de CRA no endereço da Emissora na internet https://www.ecoagro.agr.br/emissoes, (inserir "Ferrari" em "Buscar Empresas, Série, Cetip" e clicar na linha da emissão nº "156ª " e, então, localizar o documento desejado), incluindo a Proposta da Administração.

São Paulo,10 de fevereiro de 2023

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Cristian de Almeida Fumagalli - Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Distribuição e Diretor de Securitização

Atacadão S.A.

CNPJ/ME nº 75.315.333/0001-09 – NIRE 35.300.043.154

Assembleia Geral Extraordinária

Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas do Atacadão S.A. ("Atacadão" ou "Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, a ser realizada no dia 1 de março de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre a aprovação do Plano de Outorga de Opção de Compra e *Matching* de Ações da Companhia. **Informações Gerais: 1. Documentos à disposição dos Acionistas.** O Manual de Participação dos Acionistas, contendo a Proposta da Administração ("Proposta") e orientações detalhadas para participação na AGE ("Manual de Participação dos Acionistas"), bem como todos os demais documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGE, encontram-se à disposição dos Acionistas, a partir desta data, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81, e podem ser acessados na sede social da Companhia, no seu *website* de relações com investidores (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), bem como nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **2. Participação dos Acionistas na AGE.** A AGE se dará exclusivamente via Plataforma Digital, sem a possibilidade de comparecimento presencial, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual de Participação dos Acionistas. Para todos os fins legais, a AGE será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto no art. 5º, §3º, da Resolução CVM 81. Sem prejuízo das informações detalhadas no Manual de Participação dos Acionistas, a Companhia destaca as seguintes informações acerca da participação na AGE: a) Participação através da Plataforma Digital: os Acionistas poderão participar através da Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81; b) Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba da Companhia o *e-mail* com as instruções para acesso e participação na AGE com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (ou seja, até as 10:00 horas do dia 28 de fevereiro de 2023), deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 3779-8500 - em qualquer cenário, antes das 8:30 horas do dia 01 de março de 2023, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso; c) A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os Acionistas terem quaisquer problemas para participar da AGE. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do Acionista na AGE; d) A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Digital (por vídeo e áudio); e) Adicionalmente, a Companhia solicita aos Acionistas que, no dia da AGE, acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para início da AGE a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas que dela se utilizem; e f) Por meio da Plataforma Digital, os Acionistas credenciados poderão discutir e votar os itens da ordem do dia, tendo acesso com vídeo e áudio à sala virtual em que será realizada a AGE. **3. Documentos necessários para participação na AGE.** Poderão participar da AGE ora convocada os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que desejem participar da AGE por meio da Plataforma Digital deverão enviar tal solicitação para a Companhia através do *e-mail*: ribrasil@carrefour.com, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da AGE, ou seja, até o dia 27 de fevereiro de 2023. Tal solicitação deverá, ainda, ser acompanhada dos documentos indicados no Manual de Participação dos Acionistas. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. **4. Documentos de representação dos Acionistas.** A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas e autenticadas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia e a tradução juramentada dos documentos de representação do Acionista que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou francesa, bastando o envio de cópia simples em arquivo (.pdf) das vias originais de tais documentos para o *e-mail* da Companhia indicado acima. A Companhia exigirá apenas as traduções simples de documentos elaborados em inglês ou francês. A Companhia não admite procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital). **5. Informações para participação e votação na AGE.** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na AGE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, constam no Manual de Participação dos Acionistas, contendo a Proposta da Administração da Companhia, e demais documentos disponíveis nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/) e da B3 (www.b3.com.br).

São Paulo, 8 de fevereiro de 2023.

Alexandre Bompard
Presidente do Conselho de Administração

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 3.268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, e consoante o disposto nos artigos 23 parágrafo único, 24 incisos I e II, e 25 parágrafo único, do mencionado dispositivo legal, CONVOCA os senhores médicos regularmente inscritos neste Regional e que estejam quites com suas anuidades, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no próximo dia **15 de março (quarta-feira),** em primeira convocação às **17h30**, em sua sede, situada na Rua Frei Caneca, 1282, Consolação, São Paulo e em segunda convocação **às 18h00,** no mesmo local, tendo como Ordem do Dia a seguinte pauta: **a) Prestação de Contas do exercício de 2022; b) Locações ou Alienações de bens imóveis do Cremesp, que poderão ser ofertados como dação em pagamento na aquisição de novos imóveis, em decorrência das atuais dimensões não comportarem o atendimento e a estrutura administrativa adequada, bem como de bens móveis; c) Outros assuntos.**

São Paulo, 1º de fevereiro de 2023.

Dra. Irene Abramovich – Presidente
Dr. Ângelo Vattimo – Diretor 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

REPUBLICADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS DE ENDOSCOPIA, COLONOSCOPIA E RETOSSIGMOIDOSCOPIA. Disputa: dia 27/02/2023 às 09:00 horas.

Edital completo pode ser obtido no site oficial da Prefeitura - www.prefeituradearuja.sp.gov.br, fornecido em CD-R/pendrive, devendo o interessado apresenta-lo para gravação, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Arujá, sito à Rua José Basílio Alvarenga, nº 90 – Centro – Arujá/SP ou solicitado através do e-mail: pma.licitacoes@aruja.sp.gov.br, no período de 13/02/2023 à 24/02/2023, das 08:00 às 12:00 das 13:00 às 16:30 horas. Informações pelo fone: (11) 4652-7609 – Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 09 de fevereiro de 2023

SINDICATO DOS SERVIDORES E TRABALHADORES EM SAÚDE, PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINSPREV/SP - CNPJ: 55.952.451.0001.10

EDITAL XIV CONSINSPREV

O Sindicato dos Servidores e Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social no Estado de São Paulo – SINSPREV/SP faz publicar o presente edital a fim de informar a realização do XIV CONSINSPREV, nos termos dos artigos 12 e 70 do Estatuto do Sindicato e da Assembleia Geral realizada em 04 de fevereiro de 2023, que ocorrerá nos dias 31/03/2023 a 02/04/2023, em local a ser definido e divulgado. A mesma Assembleia Geral aprovou a Comissão de Organização e Realização do XIV CONSINSPREV, composta pelos seguintes membros: André Veronese, Cláudio Machado, Eliane Furtado, Rodrigo Bonfim, Eduardo Franco, Deise Lúcia do Nascimento, Cristiano dos Santos Machado, Rita de Cassia Pinto, Albany Aparecida Raymundo, Regina Lima, Fábio Antônio Arruda, Thaize Chagas Antunes e Gilceli Leite Lima. As Assembleias para eleição dos delegados filiados ao Sinsprev/SP, que participarão do XIV CONSINSPREV serão realizadas do dia 22/02/2023 a 22/03/2023, sendo que essas assembleias com a participação dos servidores da categoria que o sindicato representa, terão ainda como pauta a discussão sobre questões gerais de interesse da categoria, devendo ser agendadas com 10 dias de antecedência, portanto de 12/02/2023 a 12/03/2023 e comunicadas pelo e-mail consinsprev14@sinsprev.org.br até as 18 horas do dia 12/03/2023. Os delegados serão eleitos na proporção de 1 (hum) delegado para cada 5 (cinco) presentes na Assembléia local, com fração de 3 (três), sendo necessário um quórum mínimo de 5 (cinco) presentes na Assembléia, nos termos do artigo 70 do Estatuto da Entidade, sendo ainda que o prazo final de apresentação das teses para o XIV CONSINSPREV será no dia 24/02/2023 até ás 18 horas.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2023

Comissão de Organização e Realização do XIV CONSINSPREV - Direção Colegiada Sinsprev/SP

AVISO DE ADIAMENTO DO HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS **Nº. 001/2023.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - SEINF.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER COM CAMPO DE FUTEBOL – PROJETO ARENINHA 7 DE SETEMBRO, NO BAIRRO SIQUEIRA, MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA | CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que a Sessão de Abertura da Tomada de Preço nº 001/2023, prevista para ser realizada dia 16/02/2023 às 14:00hrs fica ADIADA o horário para às 15:00hrs na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750 – Centro - Fortaleza-CE. Maiores informações através do e-mail cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85) 3452-3477.**

Fortaleza (CE), 09 de fevereiro de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da CPL

Habitasec Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 09.304.427/0001-58 - NIRE 35.3.0035206.8

Edital de 1ª (Primeira) Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 32ª Série da 1ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A.

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 32ª Série da 1ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A. ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) para se reunirem em **Assembleia Geral de Titulares dos CRI a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 01 de março de 2023, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online através da plataforma *Zoom Video Communications***, sob tipo de conta profissional, a ser coordenada pela Emissora, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sem a possibilidade de participação de forma presencial, e tampouco através do envio de instrução de voto a distância, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI, pela Emissora, devidamente habilitados nos termos deste edital, para deliberar sobre: **(i)** Aprovar a não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, de acordo com a cláusula 6.1., item (b) da Escritura de Emissão de Debêntures, e consequentemente dos CRI, por descumprimento de obrigação não pecuniária pela TSC Jaraguá do Sul Garden Shopping S/A, em virtude de não apresentação, em 31 de janeiro de 2023, da renovação do seguro patrimonial do Imóvel alienado fiduciariamente, conforme prazo estipulado na cláusula 5.2. do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel; **(ii)** Caso aprovado o item (i) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 60 dias corridos, contados a partir da eventual aprovação em Assembleia, para apresentação, pela Devedora, da renovação do seguro patrimonial do Imóvel, conforme cláusula 5.2. da Alienação Fiduciária de Imóvel; **(iii)** Aprovar a exclusão definitiva da obrigação disposta na cláusula 18.4. do Termo de Securitização, que determina a contratação, por parte da Devedora, às expensas do Patrimônio Separado, de agência de classificação de risco com atuação internacional, bem como o não envio do laudo de classificação de risco, cujo prazo de cura encerrará em 14 de fevereiro de 2023, sem que seja considerado um descumprimento de obrigação não pecuniária, conforme os termos da cláusula 4.1.13.1, item (b) do Termo de Securitização, sendo certo que, caso a presente matéria não seja aprovada, o referido laudo deverá ser encaminhado, pela Devedora à Emissora, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da eventual aprovação em Assembleia; **(iv)** Aprovar a exclusão da garantia adicional de Equity Support Agreement ("ESA"), da Shopping do Brasil Investimentos e Participações S.A., no valor de R$5.000.000,00 (Cinco Milhões de Reais), conforme definida na Escritura de Emissão de Debêntures e no Termo de Securitização; **(v)** Aprovar a liberação da garantia de promessa de cessão fiduciária, exclusivamente sobre a totalidade dos direitos creditórios advindos das vendas das salas comerciais integrantes dos 9º (nono) e 10º (décimo), andares do Jaraguá do Sul Trade Center, incluindo os valores devidos no âmbito dos referidos contratos de compra e venda ou promessa de compra e venda, conforme definida na Escritura de Emissão de Debêntures e no Termo de Securitização; **(vi)** Concessão de prazo adicional de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da eventual aprovação em Assembleia, para envio pela Emissora ao Agente Fiduciário das pendências documentais que serão apresentadas aos Titulares dos CRI no ato de realização da Assembleia, em substituição ao prazo concedido na Assembleia realizada em 22 de dezembro de 2022 ("AGT 22.12.2022"), em seu item "v"; e **(vii)** A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário procedam com todos os atos e assinatura de todos os instrumentos necessários para a consolidação das deliberações descritas acima, inclusive a contratação de assessor legal para elaboração dos aditamentos para refletir as matérias deliberadas que deverão ser efetivados dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da eventual aprovação em Assembleia, inclusive para abranger as matérias da AGT 22.12.2022, em substituição ao prazo concedido em seu item "vi". A assembleia será realizada através de plataforma a ser disponibilizada pela Emissora àqueles que enviarem por correio eletrônico juridico@habitasec.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, os documentos de identidade e, caso aplicável, os documentos que comprovem os poderes daqueles que participarão em representação ao investidor, até o horário de início da assembleia. Os instrumentos de mandato com poderes para representação na Assembleia a que se refere esse edital de convocação deverão ser encaminhados, também, por e-mail com, preferencialmente, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: **(a)** participante pessoa física - cópia digitalizada de documento de identidade do titular do CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular do CRI; e **(b)** demais participantes - cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular de CRI, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos do titular do CRI. São Paulo, 08 de fevereiro de 2023.

Varejo **Crise bilionária**

‘Ordens do Beto’ moldaram cultura da Americanas, dizem subordinados

Relatos de empregados e documentos mostram que, entre os três maiores acionistas, Carlos Alberto Sicupira era o mais presente no dia a dia e tinha papel ativo na gestão

“Ordem do Beto” era uma expressão frequente na Americanas até para questões do dia a dia que, normalmente, não competem ao conselho de administração, segundo profissionais da empresa. O “Beto” da frase era Carlos Alberto Sicupira, sócio de Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles. Juntos, os três são os maiores acionistas da Americanas e sócios da varejista desde 1983.

No passado, eles eram os controladores da companhia, mas reduziram participação no mais recente arranjo societário, anunciado em 2021. Relatos como os feitos por empregados da varejista, sob condição de anonimato, e documentos jurídicos mostram que Sicupira tinha papel ativo na gestão da empresa. Nos últimos dias, ele tem assumido a frente em negociações com bancos credores.

Limitação
Relatos de profissionais da companhia indicam que a cúpula não tinha grande autonomia

Ao lado de um membro da família de Lemann, Paulo Alberto Lemann, Sicupira tem assento no conselho de administração da Americanas, que trava uma disputa na Justiça com fornecedores e bancos credores depois de tornar público um rombo de R$ 20 bilhões em seu balanço. Sem caixa e com dívidas que superam os R$ 43 bilhões, a empresa entrou em regime de recuperação judicial.

A referência às ordens de Sicupira era tão frequente, diz uma ex-executiva da companhia entrevistada na condição de anonimato, que determinados pedidos pareciam ter sido creditados ao acionista como forma de evitar questionamentos dos empregados.

Funcionários, que também preferem não se identificar, dizem que Sicupira era presença frequente na sede da empresa, no centro do Rio. E, quando não estava, seu interlocutor na companhia era o ex-CEO Miguel Gutierrez.

ROTINA DE REUNIÕES. Segundo funcionários, na época da junção da B2W e da Lojas Americanas, os encontros se intensificaram. Esse processo ocorreu durante a pandemia, o que desencadeou chamadas de vídeo recorrentes, nas quais Sicupira aparecia mais do que em reuniões presenciais. Ele, aliás, é conhecido como o nome que revitalizou a marca Americanas.

Quando estava na sede da companhia, seu contato era mais restrito à cúpula da empresa. Diretores abaixo de cada vice-presidência até faziam apresentações, mas não permaneciam na sala o tempo todo. O contato com os funcionários de mais baixa patente era quase nulo.

De maneira geral, os relatos apontam que a cúpula da companhia não tinha grande autonomia. Em reuniões com banqueiros, por exemplo, Gutierrez chegava a sair da sala para ligar para Sicupira na hora de tomar decisões – a ponto de ser descrito por uma fonte do segmento varejista como “um C-level (*membro do comando*) mais fraco, menos autônomo do que o que se vê no setor”.

Os três acionistas de referência têm como marca a busca feroz por resultados nas empresas em seu portfólio. Uma das fontes ouvidas pela reportagem traduz essa postura como uma “cultura do medo”. Nas palavras dos advogados do BTG, nos autos do processo que move contra a empresa, era a cultura do “sucesso a qualquer custo”.

JANETE LONGO/ESTADÃO -11/11/2010

Beto Sicupira influenciava ação

Justiça do Rio autoriza empréstimo proposto por trio de acionistas

A Justiça do Rio de Janeiro aceitou ontem proposta de empréstimo à Americanas feita pelos próprios acionistas de referência da empresa – o trio Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles.

Na decisão, o juiz fala em crédito de até R$ 2 bilhões, sendo que desse valor R$ 1 bilhão será “financiado emergencialmente” para compor o capital de giro e manter a operação da varejista. Conhecido como DIP, o modelo de empréstimo é usado apenas em recuperações judiciais. ● JULIANA GARÇON/RIO

PAPÉIS NO PROCESSO. Documentos judiciais de bancos credores que processam a Americanas também relatam a presença marcante de Sicupira nas decisões do dia a dia do grupo e a participação ativa na gestão. Essa, aliás, é a tese dos advogados para responsabilizar não só Sicupira, como Lemann e Telles pelos problemas do grupo, que os bancos dizem abertamente ser fraude e os três alegam não ter tido conhecimento.

Em petição do Bradesco, os advogados dizem que, ao esconder por anos os erros no balanço, Sicupira e os sócios “puderam apurar artificialmente maiores lucros, e assim receber mais dividendos”. Só nos últimos 10 anos, prazo estimado dos problemas contábeis, os pagamentos de dividendos somaram R$ 1,8 bilhão, segundo o Warde, escritório contratado pelo Bradesco.

Entre banqueiros e executivos de bancos credores, a presença de Sicupira na companhia é tida como certa. Um executivo do mercado financeiro afirma que a presença do investidor no conselho da Americanas tinha destaque. Outro diz ser impossível que Sicupira não soubesse do rombo contábil, dada a sua proximidade com a administração da companhia, em especial com Gutierrez.

Em ação do Itaú, por exemplo, ele é nominalmente citado entre as pessoas ligadas à companhia a cujos e-mails o banco gostaria de ter acesso. Na do Bradesco, a citação é genérica, mas o escopo – ex e atuais executivos e conselheiros, em um período de dez anos – envolve Sicupira. Procurados, Sicupira, Lemann e Telles não responderam a pedidos de entrevista. A Americanas não se pronunciou até a conclusão desta edição. ● TALITA NASCIMENTO, ALTAMIRO SILVA JUNIOR e MATHEUS PIOVESANA

Telefonia **Renegociação com credores**

Oi afirma à Justiça dos EUA que já prepara novo pedido de recuperação

ALINE BRONZATI
CORRESPONDENTE EM NOVA YORK
CIRCE BONATELLI
SÃO PAULO

A Oi afirmou à Justiça dos Estados Unidos que ainda está em negociação com os credores e busca um desfecho “consensual”, mas que já se prepara para um novo pedido de recuperação judicial no Brasil, conforme documentos aos quais o *Estadão/Broadcast* teve acesso.

A obtenção de uma medida cautelar para pausar a execução de dívidas no Brasil e o vencimento de pagamentos referentes a emissões externas nesta semana levaram a empresa a recorrer novamente à Lei de Falências americana, por meio do chamado Chapter 15.

Uma fatia relevante da dívida da Oi está concentrada no The Bank of New York Mellon. Este, aliás, é o maior credor individual da empresa, com US$ 1,731 bilhão a receber, o equivalente a cerca de R$ 9 bilhões. O banco atua como um trustee, ou seja, entidade que administra os créditos de um conjunto de investidores de títulos (bonds) emitidos pela Oi. Já a dívida financeira total da companhia é de R$ 29,7 bilhões.

A vinculação dos processos faz com que todos os credores da Oi se submetam às decisões da Justiça brasileira, onde está centralizado o caso da companhia. Na semana passada, a 7.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro concedeu à Oi e às suas subsidiárias Portugal Telecom e Oi Brasil Holdings o direito de suspensão de certas obrigações assumidas pelo prazo de 30 dias.

PROTEÇÃO. Isso ocorreu após a companhia admitir que não tinha condições de arcar com o pagamento de R$ 600 milhões em dívidas cujo vencimento ocorreria no último dia 5. O montante incluía títulos de dívidas emitidos no mercado internacional, os bonds.

O não pagamento das obrigações poderia ser interpretado por credores estrangeiros como um calote da Oi, detonando a cobrança integral da dívida imediatamente.

Na petição para a Justiça americana, os advogados da Oi afirmam que a empresa está negociando com os credores para desenvolver um plano de recuperação consensual.

A empresa designou o advogado carioca Antonio Reinaldo Rabelo Filho como o seu representante legal nos EUA. Trata-se do mesmo escolhido pela Americanas, que em janeiro também recorreu ao Chapter 15 após entrar com pedido de recuperação judicial no Brasil. ●

Eurocamp Securitizadora S.A.

CNPJ/MF 29.627.435/0001-42 - NIRE 353.005.133-63

Ata da 6ª Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 05/01/2023, na sede social da companhia, dispensada a convocação, Parágrafo 4º, Art. 124, Lei 6.404/1976, presença confirmada de todos os acionistas. **Presença:** reuniram-se os acionistas da sociedade, representando a totalidade do capital social da **Eurocamp Securitizadora S.A.**, **Álvaro Luis Diogo Biazon, Simone Danianski Frosio Borges** e **Odair Pereira da Silva**. **I** - Aprovação da segunda emissão de debêntures privada e Fixação das características das debêntures de 25.000 debêntures simples, no montante de R$ 25.000.000,00, ao valor unitário de R$ 1.000,00 cada uma, sendo aprovada pelos acionistas por unanimidade a referida emissão, conforme Escritura da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples, arquivada na JUCESP. Esta ata é Extrato da Ata da 6ª AGE, servindo para fins legais de publicidade dos atos societários deliberados. Campinas/SP, 05 de janeiro de 2023. **Odair Pereira da Silva** - Presidente e Acionista, **Álvaro Luis Diogo Biazon** - Secretário e Acionista. **JUCESP** nº 24.044/23-4 e Emissão Privada de Debêntures Simples nº ED005039-8/000 em 18/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Habitasec Securitizadora S.A.

CNPJ nº 09.304.427/0001-58

FATO RELEVANTE

Habitasec Securitizadora S.A. ("Securitizadora ou Habitasec"), em cumprimento ao disposto na Resolução CVM nº 60, na qualidade de emissora da 135ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI e EMISSÃO, respectivamente"), vem comunicar aos titulares de CRI e ao mercado em geral que tomou conhecimento mediante o recebimento de Carta Circular de Notificação na data de 07/02/2023, que as empresas **Aracajú Investimentos Ltda.,** também denominada como **Aracajú Parque Shopping,** inscrita no CNPJ/ME nº 17.333.406/0001-99 ("**Devedora**"), **ACF Participações Ltda.** ("FIADORA"), inscrita no CNPJ/ME nº 23.004.303/0001-88, em conjunto com as empresas Sergipe Indústria Têxtil Ltda. e Comercial Nortista Ltda. ("Grupo ACF"), ajuizaram Ação de Recuperação Judicial em 18 de janeiro de 2023, processo nº 20231140062 em trâmite perante a 14ª Vara Cível, Privativa de Falência e Recuperação Judicial da Comarca de Aracajú - Sergipe ("Recuperação Judicial"), tendo sido deferido o seu processamento em 25 de janeiro de 2023, sendo nomeado como administrador judicial o Sr. Jorge Luiz Husek Emanuelli, inscrito na OAB/SE sob o nº 7918. A princípio, o crédito da Habitasec, referente a Emissão citada, foi listado na Classe III - Crédito Quirografário no valor R$ 22.007.464,57, contudo a Habitasec, através do Assessor Legal a ser contratado, apresentará divergência em relação ao valor e em relação a Classe, uma vez que o crédito possui garantia real e tomará todas as medidas cabíveis e necessárias para a defesa dos interesses dos titulares de CRI. São Paulo, 09 de fevereiro de 2023. **Habitasec Securitizadora S.A. - Daniela Angela Rodrigues - Diretora Jurídica e Compliance e Marcos Ribeiro do Valle Neto - Diretor de Securitização e Distribuição.**

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COLABORADORES DA SG INDÚSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, VIDROS E AFINS

CNPJ: 61.039.038/0001-62 - NIRE 3540002118-7

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CUMULATIVAS - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COLABORADORES DA SG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, VIDROS E AFINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e nos termos do art. 43 - A, da Lei Federal nº 5.764/71, convoca os seus 20 (vinte) delegados, representando os grupos seccionais, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Cumulativas que se realizará de forma virtual e com votação a distância, por meio de uma ferramenta de reunião on-line denominada Microsoft Teams, a ser disponibilizada aos delegados por e-mail, através da qual também serão registrados os votos dos participantes, no próximo dia 27 de fevereiro de 2023 às 14:00 horas, em primeira convocação, com a presença de dois terços do número total de delegados. Em segunda convocação às 15:00 horas no mesmo dia e acesso, com a presença de metade mais um do número total de delegados. Persistindo a falta de quórum legal, convida para a terceira convocação às 16:00 horas, no mesmo dia e acesso, com a presença mínima de 10 delegados, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

ORDINÁRIA:

01. Prestação de contas relativas ao exercício de 2022, compreendendo:
a) Apresentação do Relatório da Gestão;
b) Demonstrações Contábeis;
c) Parecer do Conselho Fiscal;
02. Destinação das sobras apuradas;
03. Aplicação do F.A.T.E.S.;
04. Aprovação do Orçamento para o exercício;
05. Fixação dos honorários dos membros da Diretoria Executiva;
06. Aprovação da Política Institucional de Relacionamento;
07. Aprovação da Política de Auditoria Interna;

EXTRAORDINÁRIA:

01. Outros assuntos de interesse geral, sem caráter deliberativo.

Em anexo ao presente edital os delegados recebem o Boletim de Voto a Distância para, querendo, devolvê-lo no prazo máximo de 5 dias.

Caso haja intenção de proferir o voto em assembleia, fica dispensado do encaminhamento do referido boletim.

Os boletins de voto a distância recebidos foram desse prazo não serão computados, mas o delegado poderá fazê-lo diretamente na reunião virtual.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2023.

Alexandre Aparecido André
Presidente do Conselho de Administração

Habitasec Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 09.304.427/0001-58 - NIRE 35.3.0035206.8

Edital de 1ª (Primeira) Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 223ª e 224ª Séries da 1ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A.

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 223ª e 224ª Séries da 1ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A. ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) para se reunirem em **Assembleia Geral de Titulares dos CRI a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 03 de março de 2023, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online através da plataforma *Zoom Video Communications***, sob tipo de conta profissional, a ser coordenada pela Emissora, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sem a possibilidade de participação de forma presencial, e/ou do envio de instrução de voto a distância, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI, pela Emissora, devidamente habilitados nos termos deste edital, para deliberar sobre: **(i)** A não declaração do vencimento antecipado dos CRI, em decorrência da verificação, pela Emissora, previsto na cláusula 7.1., (c) das CCB (conforme definido no Termo de Securitização), tendo em vista o descumprimento da obrigação não pecuniária prevista na Cláusula 3.3. das CCBs, referente ao desenquadramento do Montante Mínimo do Fundo de Reserva (conforme definido na CCB), nas apurações realizadas entre os meses de julho de 2022 a fevereiro de 2023, sem que tenha sido realizado a recomposição do Fundo de Reserva; **(ii)** Mediante a aprovação do item (i) acima, aprovar um *waiver* prévio referente ao enquadramento do Montante Mínimo do Fundo de Reserva nas apurações a serem realizadas no período compreendido entre os meses de março de 2023 e abril de 2023, de modo que fique a Cedente dispensada de realizar reenquadramento do Montante Mínimo do Fundo de Reserva nos referidos meses, de modo que o Montante Mínimo do Fundo de Reserva deva estar reenquadrado na apuração realizada no mês de maio de 2023; **(iii)** A não declaração do vencimento antecipado dos CRI, em decorrência da verificação, pela Emissora, da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado previsto na cláusula 7.1., (u) das CCB (conforme definido no Termo de Securitização), tendo em vista o desenquadramento da Razão Mínima de Garantia (conforme definido na CCB), as apurações realizadas em junho/2022, julho/2022, dezembro/2022 e janeiro/2023, sem que tenha sido feito o Reforço de Garantia, a Amortização Extraordinária para Reforço de Garantia ou a Venda Forçada, nos prazos previstos nas CCB; **(iv)** Mediante a aprovação do item (iii) acima, aprovar um *waiver* prévio referente ao enquadramento da Razão Mínima de Garantia, nas apurações a serem realizadas no período compreendido entre os meses de janeiro de 2023 e abril de 2023, de modo que fique a Cedente dispensada de realizar reenquadramento da Razão Mínima de Garantia nos referidos meses, de modo que a Razão Mínima de Garantia deva estar reenquadrada na apuração a ser realizada no mês de maio de 2023; **(v)** Aprovar a autorização para que a Emissora, excepcionalmente, nos casos em que a Instituição Financeira exija baixar a Alienação Fiduciária para concretizar o financiamento bancário, realize a emissão do termo de liberação de garantia de determinadas unidades, mesmo com saldo devedor a receber, ficando a Devedora obrigada a realizar a quitação do referido saldo após o registro do contrato de financiamento bancário; **(vi)** Aprovar a alteração da Data de Vencimento das CCB, passando o vencimento original de 37 (trinta e sete) meses para 49 (quarenta e nove) meses, contados da Data de Emissão, alterando-se a Data de Vencimento da CCB de 22 de janeiro de 2024 para 22 de janeiro de 2025; e, consequentemente alterar o Prazo de Vencimento dos CRI, passando o vencimento original de 37 (trinta e sete) meses para 49 (quarenta e nove) meses, contados da Data de Emissão, alterando-se Data de Vencimento Final dos CRI de 23 de janeiro de 2024 para 23 de janeiro de 2025; **(vii)** Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações. A assembleia será realizada através de plataforma a ser disponibilizada pela Emissora àqueles que enviarem por correio eletrônico juridico@habitasec.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, os documentos de identidade e, caso aplicável, os documentos que comprovem os poderes daqueles que participarão em representação ao investidor, até o horário de início da assembleia. Preferencialmente, os instrumentos de mandato com poderes para representação na Assembleia a que se refere esse edital de convocação deverão ser encaminhados, também, por e-mail com, preferencialmente, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: **(a)** participante pessoa física - cópia digitalizada de documento de identidade do titular do CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular do CRI; e **(b)** demais participantes - cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular de CRI, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos do titular do CRI. São Paulo, 10 de fevereiro de 2023.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA - ICESP 2181/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo , 251 - Cerqueira César , São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para o fornecimento de **PULSEIRA ADESIVA BRANCA ADULTO (P/ ETIQUETA ZEBRA HC100)**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 064/2023 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 204.998/2022 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços Laboratoriais em Análises Clínicas para atender às necessidades do HOSPITAL DE CUIDADOS INTENSIVOS - HCI, administrado pela EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO.

DATA DA ABERTURA: 10/03/2022, às 9h, horário de Brasília.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).

Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.** Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br, csl.emserh.ma@gmail.com e/ou fernando.cslemserh@gmail.com,** ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 7 de fevereiro de 2023
Fernando Wlysses Filgueira da Conceição
Agente de Licitação da CSL/EMSERH

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA ITENS

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 496/2022**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA – NUFAR.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES: ASSISTÊNCIA VENTILATÓRIA – MATERIAL FISIOTERAPIA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a)da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que o ITENS 2, 4, 6, 7, 8, 9, 13 e 16 foram declarados FRACASSADOS no processo em epígrafe. Maiores informações pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 09 de fevereiro de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

CONDOMÍNIO GERAL DO BRACUHY

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2023

Os Síndicos do CGB convocam os Senhores(as) Condôminos(as) para participarem da **Assembleia Geral Ordinária do Condomínio Geral do Bracuhy - CGB**, que se realizará no **Salão de Reuniões do Samba Hotéis, no dia 25 de fevereiro de 2023, às 09:00hs em primeira convocação** e às 09:30hs em segunda convocação, esta com qualquer número de presentes, **para discutir e deliberar sobre os seguintes assuntos**:

1. Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior.
2. Apresentação do Relatório das Principais Atividades Realizadas neste exercício pela atual gestão do CGB. Anexo ao presente uma síntese das realizações;
3. Apresentação do parecer do Conselho Fiscal / Consultivo sobre as contas da atual gestão, do período de janeiro a dezembro de 2022;
4. Apresentação e votação das contas da atual gestão. Anexo ao presente, o Consolidado dos balancetes do Período;
5. Apresentação para se discutir e votar a Proposta Orçamentária Anual, prevista para o período de abril de 2.023 a março de 2.024, cujo quadro sintético segue com o presente. A Proposta Orçamentária contempla as despesas orçamentárias, a previsão para o fundo de reserva, e a remuneração mensal dos síndicos. Em acordo ao que dispõe os Arts 17 e 18 da cláusula "V"; da Convenção do CGB; 6. Apresentação do Relatório das Principais Atividades Realizadas pelo jurídico do CGB. Anexo ao presente, uma síntese das atividades;
7. Apresentação do novo sistema de gestão condominial;
8. Apresentação de assuntos gerais de interesse dos Senhores Condôminos.

Esclarecimentos:

a. De acordo com o artigo 1.335º III, da Lei nº 10406, de 10/01/2002 (Código Civil) só poderão votar e participar da assembleia os condôminos que estiverem quites com suas obrigações condominiais.
b. Conforme art. 26º da Convenção do CGB: "é permitida a representação por procuração com poderes específicos ao outorgado, devendo o instrumento, revestido das formalidades legais, ser apresentado à mesa no início dos trabalhos para exame e arquivamento".
c. Só serão aceitas procurações específicas, com firma reconhecida em cartório, ou com assinatura eletrônica através de certificação digital em órgão reconhecido.
d. A título de facilitar o início dos trabalhos no dia da Assembleia, as procurações poderão ser apresentadas a partir do dia 24/02/2023, na administração do Condomínio Geral (horário comercial), ou a partir das 08:00hs no dia da Assembleia, 25 de fevereiro de 2023.
e. Os assuntos gerais deverão ser entregues à administração até 2(dois) dias antes da realização da Assembleia, por meio de simples requerimento, datado e assinado, para organizar melhor a apreciação destes na Assembleia.

Angra dos Reis, 05 de janeiro de 2023.

Dirceu Borin	Mauro Almeida	Daniel Lana
Síndico Operacional	Síndico Administrativo/Jurídico	Síndico Financeiro

EULER HERMES — Euler Hermes Seguros S.A.

CNPJ/MFnº.04.573.811/0001-32 - NIRE 35.300.186.206

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27/09/2022

Data, Hora e Local: Aos 27/09/2022, às 10h, na sede social da Euler Hermes Seguros S.A., situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, n.º 303, conjunto 402 C, CEP: 05425-000 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.573.811/0001-32 ("Companhia"). **Convocação e Presenças**: Dispensada a publicação do Edital de Convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social, estando ainda presentes os membros da Diretoria da Companhia. **Composição da Mesa**: Sr.MarcelSantosFarbelow,Presidente;Sra. Tatiana Pinheiro, Secretária. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre (i) a eleição da Sra. Tatiana Pinheiro como diretora da Companhia; (ii) o pedido de renúncia do Sr. Rodrigo Rincon Jimenez como diretor da Companhia; e (iii) ratificação do prazo de mandato dos diretores da Companhia e a respectiva redistribuição dos cargos e funções. **Deliberações**: Após exame e discussão acerca dos itens constantes da Ordem do Dia, o acionista, representando atotalidade do capital social,deliberou e aprovoupor unanimidade e sem ressalvas: (i) eleger a Sra. **Tatiana Pinheiro**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade n° 28.956.576-5 e inscrita no CPF/ME sob o n° 308.588.078-07, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Rua Eugênio de Medeiros, n.º 303, conjunto 402 C, CEP: 05425-000, na Cidade e Estado de São Paulo, ao cargo de Diretora da Companhia. O prazo de mandato se estenderá até a assembleia geral ordinária da Companhia a ser realizada em março de 2025. A diretora ora eleita declara que não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé públicaouapropriedade,ouapena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como o previsto no §1º do art. 147 da Lei nº6.404/76; (ii) aceitar a renúnica do Sr. **Rodrigo Rincon Jimenez**, brasileiro, casado, bacharel em ciências econômicas, portador da Carteira de Identidade RG. nº. 11.218.893-X e inscrito no CPF/ME sob o nº. 284.309.638-39, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Rua Eugênio de Medeiros, n.º 303, conjunto 402 C, CEP: 05425-000, na cidade e Estado de São Paulo, ao cargo de Diretor da Companhia, conforme termo de renúncia anexo; (iii) a ratificação do prazo de mandato da diretoria da Companhia que se estenderá até a assembleia geral ordinária a ser realizada em março de 2025; a ratificação da composição da diretoria da Companhia, bem como a respectiva redistribuição das funções dos diretores, conforme abaixo: (a) **Marcel Santos Farbelow**: Diretor Presidente da Companhia e Diretor responsável pelas relações com a Superintendência de Seguros Privados; (b) **Luciano Antonio Mendonça**: Diretor da Companhia, Diretor responsável técnico, nos termos da Circular SUSEP nº. 234/2003 e Resolução CNSP nº. 135/2005; Diretor responsável pela contratação de correspondente de microsseguro e pelos serviços por eles prestados e Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados; (c) **Felipe Tanus Miguel José**: Diretor da Companhia, Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 e Circular 612/2020; Diretor Responsável pela política institucional de conduta prevista na Resolução CNSP n. 382/2020; e Diretor responsável pelo compartilhamento previsto na Resolução CNSP n. 415/2021; (d) **Alexandre Coli**: Diretor da Companhia, Diretor responsável administrativo-financeiro; Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005, e Diretor responsável pelo cumprimento da Resolução CNSP n. 383/2020; e (e) **Tatiana Pinheiro**: Diretora da Companhia e Diretora responsável pelos controles internos da Companhia, conforme previsto na Resolução CNSP n.º 416/2021. **Documentos Arquivados**: Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia Geral, referidos nesta ata. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, conforme previsto no artigo 1º do artigo 130 da Lei das S.A., que lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos ospresentes. **Assinaturas**: Mesa: Sr. Marcel Santos Farbelow, Presidente; Sra. Tatiana Pinheiro, Secretária; Acionista: Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. A presente ata é cópia fiel da original que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, 27 de setembro de 2022. Marcel Santos Farbelow - Diretor Presidente. Tatiana Pinheiro - Secretária. JUCESP nº 0.328.554/23-6 em 09/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CIRCE BONATELLI, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, LUDMYLLA ROCHA E LUCIANA COLLET/ CRISTIANE BARBIERI(edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Grupo Raiola, de azeitonas e conservas, entra em recuperação judicial

O Grupo Raiola, de azeites, azeitonas, tomates pelados e outros alimentos em conserva, entrou em recuperação judicial após acumular dívida total na ordem de R$ 153 milhões. O pedido foi deferido pela 3ª Vara de Recuperações e Falências de São Paulo, com tutela de urgência. A companhia foi fundada em 1938 por imigrantes italianos e se tornou um dos principais nomes da indústria de alimentos no Brasil. Apesar dos 85 anos de história, a empresa não suportou a explosão dos custos de importação de insumos após a pandemia de Covid-19, de acordo com seus advogados. Com essa dificuldade, o capital de giro para a empresa secou, e o grupo se viu forçado a recorrer a empréstimos a juros mais altos – os quais têm tido dificuldades de pagar.

Empresa teve créditos penhorados

Para piorar a situação, o Grupo Raiola sofreu a penhora de 10% dos créditos advindos das vendas presentes e futuras realizadas para seis dos seus principais clientes – que incluem redes varejistas como BIG, Zona Sul e Giga –, como forma de garantir o pagamento de pendências fiscais.

Grande parte da dívida é com bancos

A dívida sujeita à recuperação judicial é de R$ 62,3 milhões. Destes, R$ 43,8 milhões são dívidas para bancos, como o Daycoval (R$ 8,9 milhões), o Bradesco (R$ 5,7 milhões) e o Banco do Brasil (R$ 3,4 milhões). Outros R$ 18 milhões são dívidas com fornecedores de matéria-prima, embalagens e serviços.

● **MAIS.** A companhia tem ainda R$ 91,1 milhões em dívidas extraconcursais, isto é, que ficarão fora da recuperação, a maior parte de natureza fiscal.

● **TEMPO.** Com o deferimento do pedido de recuperação, o grupo ficará protegido contra a execução de cobranças pelos credores. Além disso, a Justiça aceitou substituir a penhora de recebíveis das vendas pela oferta da marca Raiola como garantia. A marca foi avaliada em R$ 98 milhões. O grupo é representado pelo escritório Moraes Jr Advogados, enquanto o administrador judicial nomeado foi o AJ Ruiz.

● **FONTE.** O grupo financeiro Alfa, criado há quase 100 anos pelo empresário Aloysio Faria e vendido no ano passado ao Banco Safra, separou R$ 820 milhões para dar crédito, nos próximos três anos, a startups. As empresas novatas passam por um momento complicado, com demissões e dificuldade de captar recursos. O grupo criou um centro de inovação e peneirou 22 empresas nascentes com as quais pode fazer algum tipo de negócio.

● **PRIMEIRAS.** A área de inovação recebeu o nome de Alfa Collab, e fechou 2022 com R$ 170 milhões investidos. Em duas startups, o grupo comprou debêntures conversíveis em ações, em uma aposta de R$ 7,5 milhões. Outro investimento foi em Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), no valor de R$ 80 milhões.

● **DENTRO.** O diretor de novos negócios, responsável pelo Alfa Collab e pela área de ESG do Alfa, Francisco Perez, diz que o grupo quer continuar apostando nesse tipo de empresa. A estratégia é integrar as companhias selecionadas com as do conglomerado Alfa, que inclui gestora de recursos, empresa de previdência, corretora, financeira e seguradora.

ENERGIA

JF DIORIO/ESTADÃO-2/9/2017

Parque eólico no Rio Grande do Norte; para entidade, escolhas para MME refletem alinhamento para o futuro das fontes alternativas de energia

● **BONS VENTOS.** As nomeações dos primeiros secretários do Ministério de Minas e Energia (MME) foram celebradas pelo setor elétrico. Após 40 dias de espera, o mercado amanheceu com a confirmação de que Gentil Nogueira de Sá foi nomeado para a Secretaria de Energia Elétrica; Pietro Mendes para a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; e Thiago Barral para a Secretaria de Desenvolvimento e Transição Energética.

● **BIOS.** Os três são considerados técnicos. Nogueira de Sá é funcionário de carreira da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Barral atuava na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) desde 2007, na qual ocupava, desde 2019, a presidência. Mendes tem longa trajetória na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e na própria Pasta. Agora, o setor aguarda a definição da Secretaria-Executiva do Ministério.

● **APLAUSOS.** O presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Rodrigo Ferreira, afirmou, em nota, que as nomeações sinalizam um corpo técnico "altamente qualificado" para a Pasta. A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) declarou que as escolhas "refletem um alinhamento estratégico para o futuro das fontes alternativas de geração de energia".

SOBE

Setor de papel e celulose tem alta moderada

SUZANO

O dólar mais forte favoreceu empresas exportadoras, como as do setor de papel e celulose, que avançaram de forma moderada ontem na bolsa. Em meio ao debate sobre uma possível modificação nas metas de inflação no Brasil, juros futuros e dólar subiram no mercado. A moeda americana teve alta de 1,58%, cotada a R$ 5,2788. Com parte de suas receitas em dólar, Suzano avançou 0,76% e Klabin subiu 0,36%.

DESCE

Dólar e juros afetam aéreas na B3

WILTON JUNIOR/ESTADÃO-20/3/2020

A combinação de alta dos juros futuros, inflação e aumento do dólar bateu forte no setor aéreo ontem na B3. Dependente de crédito e com dívidas dolarizadas, as empresas tiveram as maiores baixas do Ibovespa. Azul caiu 11,85% e Gol perdeu 5,54%. "É uma combinação de fatores negativos que pesa contra os papéis", afirmou Gustavo Bertotti, economista-chefe da Messem Investimentos.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **108.008,05 PTS.** | Dia **-1,77%** | Mês **-4,78%** | Ano **-1,57%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
P.ACUCAR-CBDON NM	17,69	1,49	28.959
GRUPO NATURAON NM	14,64	1,46	32.472
WEG ON NM	37,98	0,85	16.465

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
AZUL PN N2	9,52	-11,85	27.680
GRUPO SOMA ON NM	8,80	-8,81	24.198
GERDAU PN N1	28,67	-7,93	57.753

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

6/2 A 6/3	0,0831	0,8537	0,5835	0,5000
7/2 A 7/3	0,0830	0,8536	0,5834	0,5000
8/2 A 8/3	0,0827	0,8533	0,5831	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	33.699,88	-0,73	-1,13	1,67
FRANKFURT - DAX	15.523,42	0,72	2,61	11,49
LONDRES - FTSE	7.911,15	0,33	1,79	6,17
TÓQUIO - NIKKEI	27.584,35	-0,08	0,94	5,71

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,24	2.763,52
	15/5/2035	6,43	1.882,26
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2055	6,45	3.856,85
PREFIXADO	1º/1/2026	13,04	702,14
	1º/1/2029	13,58	474,09
SELIC	1º/3/2026	0,09	12.778,35

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,69	0,46	0,46	5,71
IGP-M (FGV)	0,45	0,21	3,79	3,79
IGP-DI (FGV)	0,31	0,06	0,06	3,01
IPC (FIPE)	0,54	0,63	0,63	7,20
IPCA (IBGE)	0,62	0,53	0,53	5,77
CUB (Sinduscon)	0,18	-0,07	-0,07	8,51
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,24	0,28	0,28	4,86

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,0379	IPCA (IBGE)	1,0577
IGP-DI (FGV)	1,0301	INPC (IBGE)	1,0571
IPC-FIPE	1,0702	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/3. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	-0,07	-0,07	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/23	21,45	237.726	21,24	21,73	1,18
CAFÉ NY*	MAI/23	173,70	80.961	171,95	176,90	-1,11
SOJA CBOT**	MAR/23	15,193	255.896	15,12	15,338	-0,03
MILHO CBOT**	MAI/23	6,69	319.423	6,683	6,783	-1,07

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	166,78	0,23	-13,23
BOI Cepea/esalq, R$/@	295,15	-0,49	-13,46
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	85,96	1,25	-11,32
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.118,27	-0,11	-28,09

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,2788	1,58	3,98	-0,02
DÓLAR TURISMO	5,4720	1,30	3,64	-0,18
EURO	5,6690	1,74	2,77	0,57
OURO	310,000	0,98	-0,06	2,65
WTI US$/BARRIL	77,8000	-0,82	-1,72	-3,34
IBRENTUS$/BARRIL	84,0900	-0,99	-1,63	-2,16

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0733	1,2115	0,1897
EURO	0,932	1,0000	1,1287	0,1767
FRANCO SUÍÇO	0,923	0,9904	1,1178	0,1750
LIBRA ESTERLINA	0,826	0,8860	1,0000	0,1566
IENE	131,619	141,2640	159,4500	24,9560

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento convida o público interessado para participar da Audiência Pública Semipresencial com o objetivo de debater o seguinte tema:

Metas fiscais do 3º quadrimestre de 2022
(Atendendo ao disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.).

Data: 28/02/2023
Horário: 10h00
Local: Auditório Virtual e Salão Nobre Presidente João Brasil Vita - 8º andar - Câmara Municipal de São Paulo.
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo.**

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por vídeo conferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Caso não possa, por qualquer motivo, participar da videoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/** ou pelo e-mail **financas@saopaulo.sp.leg.br**.

Para maiores informações: **financas@saopaulo.sp.leg.br**

INFORMATIVO Nº 01

PROCESSO: P049137/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023 – SME
ORIGEM: Secretaria Municipal da Educação - SME
OBJETO: Seleção de empresa para registro de preços visando eventuais e futuras contratações de empresa(s) especializada(s) na prestação sob demanda de serviços de estrutura, montagem, manutenção e desmontagem de infraestrutura completa por ocasião de comemorações, inaugurações, solenidades, datas comemorativas de interesse público, seminário, palestras, workshops, em caráter continuado, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, conforme especificações e quantidades indicadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME, torna público para conhecimento dos interessados, a publicação de Informativo concernente ao EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023 – SME – SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO SOB DEMANDA DE SERVIÇOS DE ESTRUTURA, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE INFRAESTRUTURA COMPLETA POR OCASIÃO DE COMEMORAÇÕES, INAUGURAÇÕES, SOLENIDADES, DATAS COMEMORATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO, SEMINÁRIO, PALESTRAS, WORKSHOPS, EM CARÁTER CONTINUADO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES INDICADAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL - P422843/2022:

Resolvemos alterar o item 10 referente ao Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023 – SME.

Informamos que as alterações devem considerar as indicações para corrigir esse item do Edital. Desse modo, solicitamos tornar público, para conhecimento dos interessados, a retificação do edital, que segue:

Do item 10. DO ENDEREÇO E HORÁRIOS DE EXPEDIENTE DA CENTRAL DE LICITAÇÕES E ENDEREÇO PARA ENTREGA DE AMOSTRAS para o corrigir, fazendo constar:

ONDE SE LÊ:

10. DO ENDEREÇO E HORÁRIOS DE EXPEDIENTE DA CENTRAL DE LICITAÇÕES E ENDEREÇO PARA ENTREGA DE AMOSTRAS:

10.1. **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** Avenida Heráclito Graça, 750, Centro – Fortaleza - CE, CEP. 60.140-060.

10.2. Horários de expediente da CLFOR: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

10.3. As amostras deverão ser enviadas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, para o endereço sito à Av. Silas Munguba, 4820 – Itaperi, CEP: 60714-242, Fortaleza –CE – sede do Almoxarifado da Secretaria Municipal da Educação, em dia e horário agendados, pelo telefone (85) 3459-7264, compreendendo os dias úteis nos seguintes horários: das 8h às 11:30 e das 13h às 16:30.

LEIA-SE:

10. DO ENDEREÇO E HORÁRIOS DE EXPEDIENTE DA CENTRAL DE LICITAÇÕES:

10.1. **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** Avenida Heráclito Graça, 750, Centro – Fortaleza - CE, CEP. 60.140-060.

10.2. Horários de expediente da CLFOR: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas editalícias.

Fortaleza, 08 de fevereiro de 2023.
Antonia Dalila Saldanha de Freitas
Secretária Municipal da Educação
(digitalmente assinado)

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CASA BRANCA

Encontra-se aberto na Delegacia Seccional de Polícia de Casa Branca o Pregão Eletrônico n.º 002/2023, Oferta de Compra 180289000012023OC00004, destinado a contratação de empresa prestadora de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, para a Delegacia Seccional de Polícia de Casa Branca e Sub-região Policial, do tipo Menor Preço. A realização do certame será na data de 27/02/2023, às 09:30, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações, denominado Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo, Sistema BEC, por utilização de recursos da tecnologia da informação denominada Pregão Eletrônico no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

CONTÁBIL PAULISTA AUDITORES INDEPENDENTES LTDA

CNPJ 51.570.059/0001-56

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

FICAM CONVOCADOS OS SÓCIOS QUOTISTAS DA CONTÁBIL PAULISTA AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. A SE REUNIREM NA SEDE DA EMPRESA, NA RUA SANTO AMARO, Nº 526 – 3º ANDAR – BELA VISTA NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, NO DIA **28 DE FEVEREIRO DE 2023 ÀS 10 HS**, EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA DELIBERAREM SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA:1) ELEIÇÃO DOS ADMINISTRADORES; 2)ALTERAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA.
SÃO PAULO, 10 DE FEVEREIRO DE 2023 – **PAULO FISCHER NETTO** – SÓCIO ADMINISTRADOR

Fundação Butantan

CNPJ nº 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

PROCESSO: 001/0708/003.138/2022. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº** 007/2023. **OFERTA DE COMPRA:** 895000801002023OC00022. **OBJETO: Constituição de sistema de registro de preço para a contratação de empresa especializada para serviço de manejo arbóreo anual e manutenção de áreas verdes**, a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia **01/03/2023** a partir das **10h30min**. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **13/02/2023**, site www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital está disponível também no site: https://www.fundacaobutantan.org.br/licitacoes/ata-registro-de-precos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
COOP IT COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE INFORMÁTICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA

Pelo presente edital de convocação, o senhor **Ariston Paulino**, no exercício de suas funções de Presidente da **COOP IT COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE INFORMÁTICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA, CNPJ 39.491.243/0001-05 e filial inscrita sob nº 39.491.243/0002-96**, convoca os senhores cooperados, que estejam regulares com suas obrigações estatutárias, a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se de maneira "on-line", no dia **21 de fevereiro de 2023**, através de "link" de acesso a ser encaminhado para todos os cooperados às 12h30 do dia 21 de fevereiro de 2023, através de endereço eletrônico. Para os cooperados que quiserem assistir aos trabalhos de forma presencial, poderão se dirigir à **Rua da Bahia, nº 1046, sala 201, Centro, Belo Horizonte – MG, CEP 30160-010**, obedecendo os seguintes horários e quórum para sua instalação, em cumprimento a Lei 12.690/12 e o Estatuto Social, **1) em primeira convocação às 13h00**, necessitando a presença de 2/3 de seus associados, **2) às 14h00 em segunda** convocação com a presença de metade mais um de seus associados, **3) em terceira e última convocação às 15h00** com a presença de 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, para tratar da seguinte ordem do dia: **A) Alteração de endereço da filial no município e estado de São Paulo - SP, B) Outros assuntos de interesse geral.** BH, 10 de Fevereiro de 2023. Ariston Paulino.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PARA OS ÍTENS 39 E 40

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 566/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS – OPME'S (PARTE II), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DO REGIME DE EXECUÇÃO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os ITENS 39 e 40, foram declarados DESERTOS. Maiores informações através do e-mail licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85) 3452-3477.**

Fortaleza – CE, 09 de fevereiro de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 048/2023 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119.005/2022 - EMSERH

OBJETO: Aquisição de OPME - Órteses Próteses e Materiais Especiais – Cirurgias (insumos para NEUROCIRURGIA), para atender as necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela EMSERH.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
DATA DA SESSÃO: 01/03/2023, às 9h, horário de Brasília.
Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).
Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.** Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com** e/ou **thyago.csl.emserh@gmail.com,** ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 7 de fevereiro de 2023
Thyago Monte Souza
Agente de Licitação da CSL/EMSERH

AVISO DE LICITAÇÃO

PG SABESP RGA 00352/23 - Prestação de serviços de engenharia para manejo, remoção e transporte de lodo e esgoto da ETE - Estação de Tratamento de Esgotos de Franca. Edital completo disponível para download a partir de 10/02/23 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984 ou informações Fone (0**16) 3712-2027. Envio das propostas a partir da 00h00 (zero) hora do dia 27/02/23 até às 09hs00 do dia 28/02/23 no site acima para empresas que possuam senha de acesso às 09hs01 do dia 28/02/23 será iniciada a sessão pública pelo Pregoeiro. Franca. 10/02/23UNPGrande.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPAGAS

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Companhia Paranaense de Gás – Compagas – torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) renovação de Licença de Instalação nº 22000008 para a Rede de Distribuição de Gás Natural na avenida Manoel Ribas e rua José Casa Grande, para atendimento à Trombini Embalagens, no município de Curitiba, estado do Paraná.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Companhia Paranaense de Gás – Compagas – torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) a renovação das Licenças de Operação nº 19000167 e 20000273, referentes aos ramais da Linha Verde, entre a UFPR e o trevo do Atuba, da Rede de Distribuição de Gás Natural no município de Curitiba, estado do Paraná.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Companhia Paranaense de Gás – Compagas – torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) a renovação das Licenças de Operação nº 19000168, 22000132, 22000135, 22000134, 22000127, 22000122, 22000113, 22000112, 22000098, 22000084, 22000083, 22000081, 22000045, 22000044, 22000043, 22000015, 22000008, 21000384, 21000322, 21000194, 20000431 e 20000448 referentes aos ramais Sete de Abril, Sete de Abril II (av. Paraná) e Centro-Cristo Rei, da Rede de Distribuição de Gás Natural no município de Curitiba, estado do Paraná.

Pedro Doria *E-mail:* *coluna@pedrodoria.com.br;* ***Twitter:*** *@pedrodoria*

Vale do Silício é exemplo

Deixa um gosto amargo a maneira como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu travar o debate sobre economia. Ele barateia o debate. Se vez por outra parece querer mesmo discutir qual a melhor política de juros, em geral os sinais que envia são mais simplórios. O mercado é insensível, e os empresários, gananciosos. O povo é bom, a elite é má. É uma pena porque esse debate entre Estado e iniciativa privada é importante. E por isso mesmo é sempre bom retornarmos ao exemplo do Vale do Silício.

Não fosse o Estado, não teria havido na Califórnia uma explosão criativa de desenvolvimento tecnológico a partir dos anos 1970. E, não fosse a iniciativa privada, a explosão não teria se tornado a mais poderosa indústria do mundo.

Foi o Estado que financiou os cientistas que criaram o microchip, o mouse e a internet. O contexto era bastante específico: a disputa com a União Soviética. No rastro da preocupação, inúmeras universidades se lançaram à missão de sofisticar computadores.

Não há qualquer coisa de errada em o Estado investir na criação de conhecimento. É uma de suas vocações numa democracia liberal, afinal, é pelo conhecimento que nações se destacam. Conhecimento é o caminho da riqueza.

Mas não foi o Estado americano que criou a Intel, a companhia que popularizou os microchips. Foi um pequeno grupo liderado por um executivo nova-iorquino chamado Arthur Rock. Ele juntou dinheiro com gente rica que conhecia e apostou que aquela empresa daria em muito retorno. Deu, e não apenas em dinheiro. Nos arredores de onde foi fundada a Intel, nasceram diversas pequenas empresas de garagem criando computadores que as pessoas poderiam ter em casa. Uma delas foi a Apple.

> ***Não se faz uma nação inovadora sem um mercado nem sem um Estado fortes***

Nem investimento estatal nem investimento privado explicam o Vale do Silício. É preciso somar ao conjunto a Universidade de Stanford, que já era um dos maiores polos de atração de talentos nas ciências exatas do país americano. Um ambiente aberto a diferenças e uma gana imensa de abrir fronteiras. Pessoas, cada qual com seu talento e coragem de se arriscar em algo novo, são igualmente indispensáveis.

Não se faz uma nação inovadora sem um mercado forte, tranquilo de que as diretrizes econômicas não vão mudar. E, claro, tampouco se faz sem um Estado que invista pesado em educação e ciência. Não são antagônicas. O mercado não é vilão, como o Estado não é.

Lula sabe que a dicotomia que ele incluiu em seus discursos é barata e traz um único resultado. Acirrar a divisão num país que precisa ser reunificado. ●

JORNALISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Mercado financeiro **Balanço do 4º trimestre**

Bradesco lucra R$ 1,6 bi, queda de 76% sob a crise da Americanas

Banco tem R$ 4,9 bi a receber da varejista; o lucro líquido da instituição bancária em 12 meses é de R$ 20,7 bi

MATHEUS PIOVESANA

O Bradesco fechou o quarto trimestre de 2022 com lucro líquido recorrente de R$ 1,595 bilhão, uma queda de 75,9% em relação ao mesmo período de 2021, e de 69,5% em relação ao trimestre imediatamente anterior. O resultado do banco foi fortemente afetado por um cliente de atacado, que não teve o nome citado, e que teve todo o crédito provisionado – pelo movimento, é possível inferir que se trata da Americanas.

"Com os recentes eventos envolvendo um cliente 'large corporate' específico, ocorridos no início de 2023, a administração reavaliou os riscos inerentes e, de forma prudencial, provisionou 100% da operação, afetando o lucro do 4T22", afirma o banco em informe de resultados. De acordo com o Bradesco, o crédito envolvendo esse cliente era de R$ 4,9 bilhões.

A Americanas entrou em recuperação judicial em janeiro, com dívidas de pelo menos R$ 43 bilhões. O Bradesco é o banco com a maior exposição à companhia. O Itaú, que tinha R$ 2,8 bilhões a receber, também optou por provisionar todo o crédito. Por sigilo bancário, as instituições não podem citar a companhia nominalmente.

REVISÃO. Esse fator fez com que as provisões contra a inadimplência tivessem um salto para R$ 14,881 bilhões no trimestre, mais de quatro vezes o volume registrado no mesmo período do ano anterior. Sem este caso, teriam sido de R$ 10,030 bilhões, refletindo o aumento da inadimplência. O resultado operacional do Bradesco no trimestre ficou negativo em R$ 99 milhões. No ano anterior, ficou positivo em R$ 10,283 bilhões.

Em base anual, o banco viu a sua margem financeira cair 1,7%, para R$ 16,677 bilhões. O indicador mede os ganhos da instituição com operações que rendem juros.

> **Números revistos**
>
> **R$ 14,881 bi** é para quanto foram elevadas as provisões do Bradesco contra a inadimplência no 4º trimestre de 2022
>
> **R$ 10,030 bi** teriam sido as provisões, caso não tivesse surgido a crise da Americanas, que levou o banco a fazer uma revisão no balanço
>
> **R$ 154,263 bi** era o patrimônio líquido do Bradesco em dezembro, uma alta de 4,9% no ano, mas queda de 1,7% nos últimos três meses do ano

A margem com clientes subiu para R$ 17,480 bilhões, diante do aumento da carteira de crédito e de um mix de produtos mais rentável, mas também de maior risco, de acordo com o banco. Esse risco foi diminuído no segundo semestre, o que reduziu em 0,3% a margem com clientes em um trimestre. Na margem com mercado, que reflete o resultado da tesouraria, o Bradesco teve perda de R$ 803 milhões.

O resultado foi provocado pela variação das posições de ativos e passivos da instituição. O spread – diferença entre o custo de captação e os juros cobrados dos clientes – foi de 9,8%, alta de 0,7 ponto porcentual em um ano, e queda de 0,3 ponto em um trimestre.

POTENCIAL. "Ao final do exercício, chegamos a um lucro líquido de R$ 20,7 bilhões, apesar da provisão integral para um cliente específico", disse em nota o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Junior, que disse que o banco tem muitos potenciais negócios a explorar. Ainda de acordo com ele, neste ano as provisões devem acompanhar o crescimento da carteira, e, no atacado, devem passar por uma normalização. "O Bradesco possui historicamente uma importante exposição aos segmentos de baixa renda e pequenas empresas. Nós consideramos esse posicionamento de mercado estrategicamente correto, mesmo que neste ciclo estejamos sofrendo com a inadimplência", ressaltou.

CARTEIRA DE CRÉDITO. Em dezembro, a carteira de crédito estava em R$ 891,933 bilhões, alta de 9,8% em relação ao terceiro trimestre do ano passado e de 1,5% na comparação com o período de três meses encerrado em setembro. No fim do quarto trimestre de 2022, os ativos do conglomerado somavam R$ 1,830 trilhão, um aumento de 8% em base anual, e contração de 3,2% em termos trimestrais.

O patrimônio líquido do Bradesco era de R$ 154,263 bilhões em dezembro, alta de 4,9% em 12 meses, mas queda de 1,7% em três. Com isso, o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) do banco fechou o período em 3,9%, baixa de 13,6 pontos porcentuais em um ano, e de 9,1 pontos em três meses.

O lucro veio abaixo das projeções de mercado coletadas pelo *Estadão/Broadcast*. A média das estimativas das sete casas (BTG Pactual, Credit Suisse, Citi, Goldman Sachs, Safra, Santander e BTG Pactual) consultadas apontava para lucro líquido de R$ 4,116 bilhões. O resultado do Bradesco ficou 61,2% abaixo dessa estimativa. ●

Crise **Dívida bilionária**

Justiça decreta a falência da Livraria Cultura

A Justiça decretou ontem a falência da Livraria Cultura. A empresa apontou a queda de vendas de livros e a crise econômica brasileira desde 2014 como os motivos que selaram seu destino. A sentença foi do juiz Ralpho Waldo de Barros Monteiro Filho, da 2.ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo.

"É uma convolação clássica: descumprimento de plano. O juiz deu oportunidades para se manifestarem, mas eles não apresentaram elementos fortes para manter a recuperação judicial", afirma Renato Leopoldo e Silva, líder de contencioso empresarial cível, recuperação judicial e arbitragem do escritório DSA Advogados.

A Livraria Cultura tem uma unidade em São Paulo, no Conjunto Nacional, e outra em Porto Alegre (RS).

No pedido de recuperação judicial, a empresa declarou dívida de R$ 285,4 milhões. A empresa terá dois dias para identificar e avaliar seus bens. O processo de falência será feito pela Laspro Consultores.●

Artes Patrimônio

Cinema na Rua Augusta chega a suas últimas sessões

Após a exibição gratuita do filme 'A Última Floresta', na quinta-feira, 16, salas do Anexo serão fechadas e entregues à incorporadora que comprou o terreno

UBIRATAN BRASIL

O filme *A Última Floresta* terá uma sessão carregada de simbolismo na quinta-feira, dia 16: o longa de Luiz Bolognesi será exibido às 20h com entrada gratuita nas duas salas do Espaço Itaú de Cinema Anexo, a 4 e a 5. Quando as luzes se apagarem, não voltarão a ser acesas por um bom tempo – ou mesmo para sempre. É que serão as últimas sessões do espaço, que será fechado – o imóvel foi vendido para a incorporadora Vila 11 e deve ser demolido para abrigar um prédio comercial. "Serão as penúltimas porque as últimas sessões só acontecerão com o fim do mundo. Um cinema jamais é fechado na memória de seus espectadores", corrige, em uma mistura de saudosismo e desilusão, o administrador do espaço, Adhemar Oliveira.

Café

Sede vai incorporar a programação do Anexo e estuda ampliação do ambiente do Café Fellini

O imóvel, que ocupa o número 1.470 da Rua Augusta, tem de ser entregue até o dia 28, o último de fevereiro. Assim, depois das sessões do dia 16, começa a desmontagem, com retirada de telas, cadeiras, projetores, elevador, aparelhos de ar-condicionado. Também o Café Fellini, instalado próximo da bilheteria, terá de ser desmontado e funcionará até o domingo, 19, apesar de todo o esforço de sua proprietária, Silvia Oliveira – em setembro do ano passado, ela elaborou um abaixo-assinado contra o fechamento, que já reúne mais de 50 mil assinaturas em favor do local que prima pelo jardim a céu aberto e menu de doces e salgados. A sede, que abriga três salas maiores e se localiza do outro lado da Rua Augusta, está preservada.

INQUÉRITO. Foi aquele documento, entre outras manifestações, que despertou a atenção do Ministério Público do Estado de São Paulo – que decidiu abrir, na semana passada, um inquérito civil com a intenção de barrar a demolição. O órgão aponta para o risco ao patrimônio histórico e cultural provocado pelo fechamento do cinema, tradicional espaço da cinefilia paulistana. O documento também questiona a omissão do Conpresp, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, em apreciar o pedido de tombamento do endereço. Foi solicitado também que a incorporadora Vila 11 apresentasse o projeto da obra que pretende construir no local.

"Esse inquérito faz, de uma certa forma, o retrospecto do que foi o trabalho realizado aqui – é a sociedade civil se manifestando contra a perda de um espaço cultural", comenta Adhemar, que inaugurou o Anexo em março de 1995 em um sobrado bem à frente da sede, o Espaço Augusta, que foi aberto em outubro de 1993 – na época, patrocinado pelo Banco Nacional. O sucesso de ambos vem da oferta de filmes de diversas cinematografias mundiais, contrastando com o cinema americano, que praticamente dominava sozinho o mercado.

"O filme que inaugurou a sede foi *O Banquete de Casamento*, do Ang Lee, que fez sucesso e nos encorajou a arriscar com longas como *O Cheiro da Papaia Verde*, que se passa no Vietnã e também foi bem recebido pelo público", relembra Adhemar Oliveira, que logo ficou interessado em ter outras salas, menores que as três da sede, para abrigar longas mais experimentais, além de projetos de formação de público. "Certo dia, eu estava com o cineasta Carlos Reichenbach na sede quando ele observou que aquele espaço, onde antes era sede do Instituto Goethe, estava para alugar", lembra Oliveira. "Ele me incentivou a ir atrás, pois eu já planejava aumentar o Espaço."

FOTOS TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

1. Anexo do Espaço Itaú que pode ser demolido para dar lugar a novo imóvel comercial na Rua Augusta 2. Desmontagem começa dia 17 e inclui retirada de telas, cadeiras, projetores e elevadores

> *"É triste fechar qualquer equipamento cultural, especialmente uma sala de cinema. Um cinema jamais é fechado na memória de seus espectadores"*

> *"Com o tempo, após a abertura dos espaços, o que revitalizou o comércio local, o público perdeu o medo de circular na região"*
> **Adhemar Oliveira**
> **Administrador do espaço**

Com uma infraestrutura perfeita (e aprovada pelo Corpo de Bombeiros), a área revelou-se ideal para receber as salas 4 (88 lugares) e 5 (33 lugares). "Tanto a sede como o anexo são convidativos para o público, pois permitem o acesso para uma área de convívio, independentemente de a pessoa querer assistir ou não a um filme – tanto que o ingresso só é recolhido no fundo dos espaços."

CURTAS. O cinema incentivou a revitalização da Rua Augusta. O comércio do seu entorno, como lojas, bares e restaurantes, foi estimulado pelo expressivo número de frequentadores das cinco salas. Também ajudou a promover a formação de público por meio de cursos e projetos como Escola no Cinema, Sessão Cinéfila, Clube do Professor e Curta às Seis, que deu projeção aos curtas-metragistas. "Com o tempo, o público perdeu o medo de circular na região", atesta Oliveira, que recebeu a prioridade de compra do imóvel. O valor, no entanto, de R$ 9 milhões, revelou-se salgado demais para quem acabara de sair de uma pandemia. "Durante o isolamento, não demitimos ninguém, mesmo com o cinema fechado."

Os funcionários do Anexo deverão ser incorporados ao grupo da sede, que pode ainda receber uma possível ampliação do ambiente do Café Fellini. Adhemar Oliveira aguarda por uma definição do inquérito civil aberto pelo MP, que tanto pode retardar a demolição do espaço como impedir a destruição. "É triste fechar qualquer equipamento cultural, especialmente uma sala de cinema", comenta ele, que passou pela experiência com o fechamento do Cine Vitrine, em 2006. ●

Direto da Fonte

Gilberto Amendola
gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

GUI GALEMBECK

Não precisa esperar o Dia dos Namorados. O Valentine's Day já é agora, no dia 14 de fevereiro

Garçom, tem uma aliança na minha salada

O nosso Dia dos Namorados ainda está longe – mas como o amor não pode esperar vamos de Valentine's Day (que é agorinha no dia 14 de fevereiro). O restaurante Chou, em Pinheiros, criou pacotes para atender os inúmeros pedidos de namoro e casamento que costumam acontecer por lá. São quatro opções, que incluem de decoração da mesa e uma garrafa de espumante à música do casal e pedido de casamento escondido no cardápio. O mais completo contempla até fotos, vídeos e uma noite romântica em hotel. Os preços variam de R$400 a R$ 3.500 mais o consumo no restaurante. "Teve gente que deu o primeiro beijo, começou o namoro e fez o pedido de casamento aqui. Já escondemos aliança na salada e em tacinha de espumante", disse a chef Gabriela Barretto.

No Carnaval

Anitta em ação por segurança bancária

Se tem uma coisa capaz de estragar a alegria do carnaval é sofrer um golpe bancário em pleno bloco de rua. Dentro deste contexto de folia segura, a cantora Anitta irá participar de uma campanha do Nubank para a conscientização sobre proteção aos dados bancários durante o folia, sob o mote "Seu carnaval com mais Alalaô e menos oh no". Além de representar a marca, a cantora dará dicas para o público ter mais segurança em relação ao aplicativo de celular.

LUFRÉ

Balcão do Giba

TAÍS BARROS

● **OSCAR.** O Liz Cocktails & Co lança no dia 12 de março, não por acaso o dia do Oscar, uma carta dedicada aos clássicos do cinema e séries. Não é apenas mais um menu de drinques baseados em filmes, mas uma pesquisa envolvendo cenas clássicas, os drinques que fazem parte destas cenas e variações autorais dos coquetéis.

● **MAD MEN.** Na foto acima, temos o coquetel O Pensador, uma variação de Old Fashioned baseada na série Med Man (Don Draper era apaixonado por um Old Fashioned). A versão do Liz leva blend de runs, vermute rosso, Dom Benedictine, café, feno-grego, cacau, charuto e bitters. O Liz fica na Rua Dias Ferreira, 679, no Leblon - Rio de Janeiro.

Open Bar

Uma folia de carnaval em hotel de luxo

Para quem vai curtir o carnaval na cidade, o Rosewood SP preparou uma programação especial no restaurante Taraz: nos dias 18, 19 e 21 de janeiro será realizado o evento "Me encontra atrás da igreja – esquenta de Carnaval Taraz", que oferece um pacote de open bar. O menu custa R$250 + 10% de taxa de serviço.

DIVULGAÇÃO

Bloco de Notas

● **VELHAS VIRGENS.** O Carnavelhas – bloco da banda de rock Velhas Virgens faz seu esquenta na Praça da República a partir das 11 horas de amanhã. No evento, o Velhas vai lançar a música *Não Vai Prestar*, um coco de embolada com a participação de Caju & Castanha.

● **PATUÁ.** A editora Patuá comemora seus 12 anos de existência com festa amanhã na Patuscada – na rua Luís Murat, 40 – Vila Madalena.

● **VIOLINISTA.** No dia 14 de março, data de 35 anos da morte de Chico Mário (irmão do Henfil e do Betinho), dez musicistas das vão participar do *1º Prêmio Francisco Mário de Guitarra Popular* que vai celebrar o violonista, em Buenos Aires. As inscrições são gratuitas e estão no site do Instituto Cultural Chico Mário (ICCM).

Teatro **Em cartaz**

‘O Santo Milagroso’ traz a polarização entre as religiões

A comédia de Lauro César Muniz, atualizada para o Brasil de 2023, traz um embate entre católicos e protestantes

DIORMAN AMARAL
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Em 1963, o dramaturgo Lauro César Muniz, então com 25 anos, estreou no teatro com um tema explosivo. *O Santo Milagroso* era uma comédia ambientada em um local fictício, onde a população vive dividida entre católicos e protestantes. Assim, padre e pastor – rivais na liderança espiritual da cidade – unem-se para “capitalizar” o suposto milagre de uma estátua inexistente.

“Há polarização e rivalidade entre os lados. Se em *O Santo Milagroso* são protestantes contra católicos, no Brasil de 2023, é a ‘direita’ contra a ‘esquerda’, fiéis fanáticos contra os poderes. A diferença é que, em 2023, as ações são mais violentas”, observa Tom Rezende, que dirige e assina a adaptação de *O Santo Milagroso*, em cartaz no Teatro Arthur Azevedo até domingo, 12, com a Cia. Voo de Teatro.

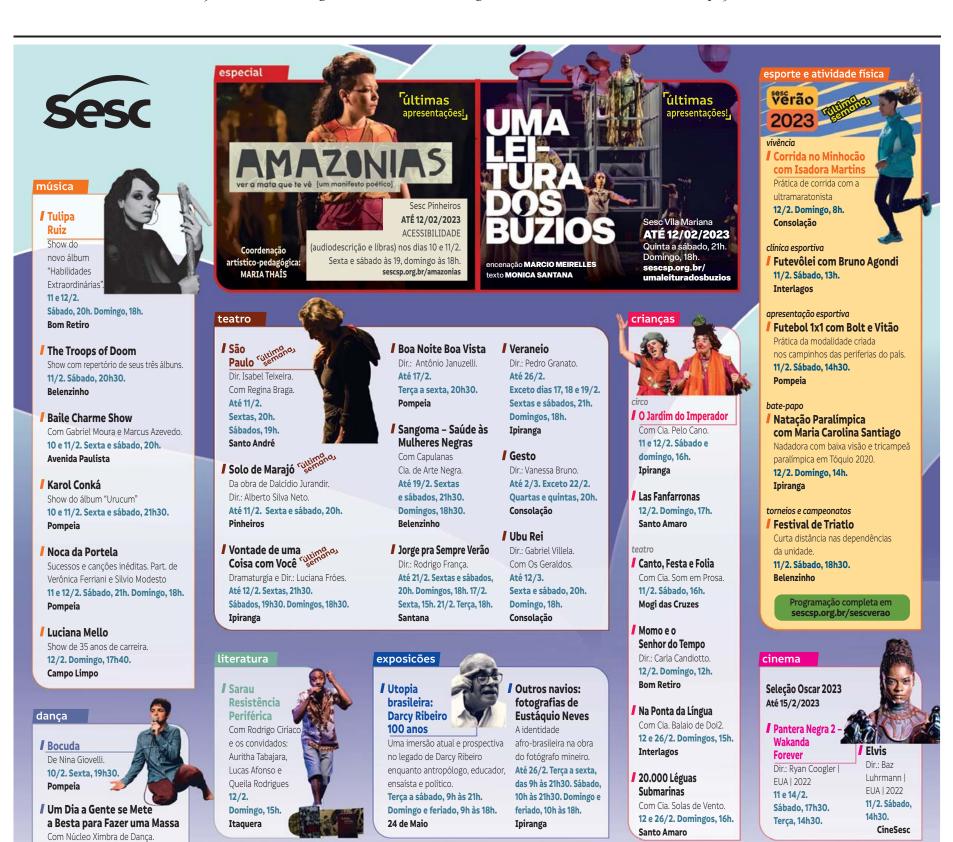
A história gira em torno da relação do padre José com o pastor Camilo – que, com uma relação amigável, respeitosa e muito competitiva, disputam a liderança religiosa/espiritual de uma cidade do interior, muito apegada às tradições. Mas a amizade começa a mudar quando Terezinha, a irmã do pastor, desperta a paixão do sacristão e assume estar namorando escondido, sem saber que o pastor – seu irmão – presencia a confissão.

“*O Santo Milagroso* fala exatamente sobre o Brasil atual”, comenta Rezende. “Lauro César Muniz tem o poder de falar de uma brasilidade que é muito próxima da gente, com uma camada poética que se manifesta por meio do riso, mas com uma profundidade tão grande sobre um sistema, uma política que nos rege diariamente e em todas as relações, sejam elas públicas ou privadas.”

CINEMA. A montagem inicial de 1963, sob a direção de Walmor Chagas, tinha Cacilda Becker no elenco. Provocou reações contrárias da Igreja, foi remontada inúmeras vezes e chegou ao cinema sob a direção de Carlos Coimbra.

Em sua adaptação, Rezende decidiu reduzir o tempo original do espetáculo. “Até conversei com o Lauro César sobre isso”, conta ele. “Em 1963, as pessoas iam ao teatro e assistiam com facilidade a uma peça de três horas de duração. Esse é um texto grande e facilmente atingiria essa duração se fosse montado na íntegra. Hoje, os espetáculos duram, em média, menos de duas horas, o que exige uma dinâmica necessária para manter a atenção de um público muitas vezes disperso por detalhes, como o celular.”

Brasilidade
Para diretor, Lauro César Muniz tem o poder de falar de uma brasilidade que é muito próxima da gente

E a relação com pássaros não se limita ao nome da companhia: “Aqui, esse lugar de pouso e ninho está ressignificado por meio de elementos cenográficos e também aparecem no figurino, retratando o relacionamento dos enamorados Terezinha e o sacristão católico”. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Mentira tem pernas curtas
Data estelar: Mercúrio e Plutão em conjunção

As mentiras têm pernas curtas, mas são milhares delas, que se replicam e multiplicam com tanta velocidade e eficiência, que oferecem um exemplo real de como a inteligência artificial funciona, muito bem articulada, conversando contigo num ambiente de cordialidade e segurança que te convence, mas te induzindo a reduzir tua capacidade de pensar para a limitar ao banco de dados que sua artificialidade estabelece.

Nossa humanidade ainda é seduzida por descobrir a melhor maneira de ter de parar de pensar e decidir o tempo inteiro, ela quer entregar esses poderes a uma inteligência artificial e, supostamente, se dedicar a outras coisas melhores. Porém, se nossa humanidade deixa de pensar por si mesma, nem sempre se lança à experiência artística e espiritual, ela também se torna pervertida e violenta. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Às vezes tem de acontecer coisas extraordinárias para a alma despertar da letargia e atualizar a consciência de que não se nasce neste planeta para passar férias, mas que a todo momento há algo sério em marcha.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Diante de situações extremas, que produzem intenso nervosismo, é capaz de sua alma entrar no eixo e fazer o que as outras pessoas, desorientadas, não conseguem. É assim que se demonstra a verdadeira fibra do ser.

LEÃO 22-7 a 22-8

Há muitas coisas interessantes acontecendo, portanto, não é hora de descansar, mas de utilizar a lucidez das percepções para detectar as potencialidades que, com esforço e empenho, se transformarão em grandes realizações.

LIBRA 23-9 a 22-10

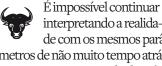
É necessário cortar os laços com o passado, porque o que vem vindo por aí não poderia ser administrado da mesma forma com que você teve sucesso até aqui, se impõe a necessidade de se renovar o máximo possível.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12

Considere ser este um momento em que as iniciativas que você tomar produzirão mais impacto que de costume, e por isso mesmo precisam ser planejadas com cuidado, porque toda iniciativa é, também, uma faca de dois gumes.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

As percepções são muito claras, para você tudo é evidente, mas não pense que essa clareza possa ser compartilhada, porque as pessoas, em geral, olham para outro lado quando o assunto é encarar a verdade. É assim.

TOURO 21-4 a 20-5

É impossível continuar interpretando a realidade com os mesmos parâmetros de não muito tempo atrás, porque esses estão sendo derrubados sistematicamente pelo que nossa humanidade agora é capaz de enxergar. Tudo diferente.

CÂNCER 21-6 a 21-7

O que as pessoas dizem, mesmo que sem fundamento, produz movimentos emocionais de grande impacto, e diante disso há pouco a fazer, a não ser tomar distância prudente para que nada respingue sobre você. É assim.

VIRGEM 23-8 a 22-9

O insólito há de ser buscado, porque a mesmice anda drenando tempo e energia exageradas. Busque a aventura, se lance à vida com a alegria jovial de quem precisa brincar e experimentar tudo que estiver disponível.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

A verdade não precisa ser dita, mas percebida, porque os fatos são indiscutíveis, enquanto as palavras podem ser justificadas com argumentos insofismáveis. Se quiser demonstrar alguma verdade, que seja pela prática.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

São tantas coisas acontecendo ao mesmo tempo que a alma sente que não vai dar conta de tudo, porém, você comprovará que esse é um argumento pífio da ansiedade, porque na prática seu desempenho será excelente.

PEIXES 20-2 a 20-3

A dificuldade de mudar é imensa, mas há de se fazer o sacrifício de fazer das tripas coração e seguir em frente, mesmo com a alma tomada de incertezas quanto aos resultados. Entregue sua vida à fonte de onde ela provém.

Música *Negociação*

Sony oferece US$ 800 mi por 50% da produção de Michael Jackson

Segundo a revista 'Variety', operação pode ser a maior de todos os tempos e incluiria também a cinebiografia de MJ

A gigante japonesa Sony busca adquirir metade do catálogo musical de Michael Jackson pelo valor potencialmente recorde de US$ 800 milhões a US$ 900 milhões, informou a revista *Variety*. Se os herdeiros que controlam o patrimônio do falecido Rei do Pop concordarem com a venda, ela poderia incluir metade do que eles detêm e os direitos sobre a cinebiografia a ser protagonizada por Jaafar Jackson, sobrinho do artista, e sobre a comédia musical *MJ: The Musical*.

O acordo, que incluiria outro comprador ao lado da Sony, poderia se tornar a maior venda de todos os tempos do setor cada vez mais cobiçado de catálogos musicais. Um das empresas que podem estar envolvidas é a Eldridge Industries, que fez parceria com a Sony no acordo do catálogo de Bruce Springsteen e também adquiriu o de publicação pré-2020 da banda The Killers.

Com a revolução do streaming, os direitos musicais de artistas mortos ou vivos, mas considerados atemporais, tornaram-se ativos preciosos, uma vez que aqueles que os detêm ganham dinheiro a cada reprodução, um ganho que se soma aos proventos em caso de reprodução da música no rádio e em filmes ou propagandas.

SPRINGSTEEN. Nos últimos dois anos, a Sony pagou mais de US$ 500 milhões para adquirir o catálogo de Springsteen, e a Universal Music comprou os direitos das obras completas de David Bowie por US$ 400 milhões. Em janeiro, o cantor canadense Justin Bieber vendeu os direitos de seu catálogo musical para a empresa Hipgnosis por US$ 200 milhões. ● AFP

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Iluminar tudo... Eis o meu lema e o do sol"* **Vladimir Maiakovski**

Marcelo Rubens Paiva

Entrevista com golpista imaginário

Faz um mês da quebradeira em Brasília. As prisões são justas?

"O IBGE veio em minha casa fazer perguntas, quantos cômodos, para checar quantos sem-teto poderiam morar. Nem abri a porta. E ainda deixei a arma destravada. O comunismo começou, só vocês da imprensa não veem. Estoquei alimentos."

Medo da inflação?

"Saiu no grupo que venezuelanos, argentinos e chilenos vão invadir o Brasil, graças aos melancias das Forças Armadas e o vazio na Presidência."

O senhor não aceita Lula como presidente?

"Mas quem disse que é ele? Não viu a foto com dez dedos? É um sósia que a ditadura dos 11 ministros do STF colocou no poder. Lula morreu de câncer na garganta. Patriotas tentaram avisar à PF na diplomação. Mas infiltrados incendiaram ônibus, atacaram a sede."

Os dois ministros aliados de Bolsonaro, Nunes Marques e André Mendonça, não denunciariam o complô?

"Viu a história da moeda única? Querem salvar a Venezuela com nosso dinheiro. Vão extinguir o real. Valerá tudo agora, peso, bolívar... Logo nosso real, uma conquista árdua da equipe do Guedes."

O real?

"E o Pix."

A quebradeira em Brasília prejudicou o movimento?

"Muitos infiltrados. O sujeito que quebrou o relógio do dom João não era do movimento. Ninguém se veste daquele jeito, com a cueca aparecendo, como um presidiário. E o relógio marcava 13h15, a tomada do palácio foi depois das 15h. Você acha que um aliado quebraria uma herança do rei? A família real nos apoia."

Fecharam a sua igreja?

"Ainda não, mas já fecharam a de uma tia, e o Malafaia apareceu numa live pedindo dinheiro."

E o genocídio dos ianomâmis?

"Venezuelanos, que aliás mataram aquele sertanista e o jornalista. Todos de sunga vermelha bolivariana. Nem existem esses índios no Brasil, é invenção da esquerda que inventou o contrabando de madeira do Salles, maquiou fotos de garimpos autorizados pelo general Heleno. Ainda plantaram cocaína no Aerolula. Todos os venezuelanos passam fome."

O que acha do aumento do patrimônio da família Bolsonaro?

"Trabalharam e compram imóveis, como toda família honesta."

Mas em dinheiro vivo?

"Prova. Alguém fotografou, como o dinheiro da cueca do irmão do Genoino?"

E o gasto do cartão corporativo?

"A terrorista da Dilma gastou mais. Uma senhora morreu na prisão da PF, pessoas que protestavam livremente foram torturadas, usaram banheiros coletivos sem portas, ficaram sem Wi-Fi, em celas. E a liberdade de expressão? Até o Lira traiu o povo que luta contra uma eleição fraudada. Agora, é esperar o profeta voltar."

Jair Messias?

'Cabo Daciolo. Previu a união das repúblicas socialistas."

Dizem que vocês negam a realidade...

"Que realidade?" ●

É ESCRITOR E DRAMATURGO, AUTOR DE 'FELIZ ANO VELHO'

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3jFW8r1**

Objeto transportado pelo entregador
Ocupação com carteira assinada, que torna obrigatória a arrecadação do INSS
Círio de (?), o "Natal" dos paraenses
Antiga denominação da patela (Anat.)
Ponto destinado à travessia de pessoas, em ruas
(?) Caymmi: gravou "Resposta ao Tempo"
Decilitro (símbolo)
"Amada (?)", sucesso de Roberto Carlos
Nome frequente entre islâmicos
Golpe muito forte (bras. pop.)
Zeca Pagodinho, sambista carioca
Aquele que age como um louco
Condição da veia varicosa (Patol.)
Capital do maior país africano
No de 2013 Bento XVI renunciou
Idem (abrev.)
Em lugar mais alto
Mentira (bras.)
Escala, em inglês
Doença infectocontagiosa que gera inflamação na garganta
Destituída de miolo
Levanta-se (o pelo)
Prestação de IPTU
Capitão (abrev.)
Ouro, em espanhol
Destino do gado de corte
Louco, em inglês
Bordas de chapéu
Superior de monges
Líquido do radiador
Lista de enganos de uma obra escrita
Fruto carnoso
Ao (?): à toa
Principal uso industrial do girassol
O "combustível" do ator
Tesla (símbolo)
Machado, em inglês
"Rei (?)", obra de Shakespeare
Romeu e (?), sobremesa com queijo e goiabada
Bagunça (gíria)
A U E
Esporte praticado pela cantora Sandy

BANCO 2/ax. 3/mad — oro. 4/boxe. 5/scale. 9/faringite. 10/trauliitada.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, dois países localizados na África Oriental.

Reunir em assembleia.	1	2	3		4	5	1	3
Empresa que cuida da entrega de cartas.	6	7	3		8	5	7	9
Aquela que trata das mãos, nos salões de beleza.	4	1	10		6	11	3	8
Discutiram.	12	3	1		1	3	1	4
Derruir; demolir.	13	8	3		11	14	1	3
Benevolente.	2	8	10		3	7	9	7
A terra molhada por canais artificiais.	5	3	3		2	1	13	1
Agir como o provocador.	13	8	9		15	5	1	3
Não (?): a panela revestida de teflon.	1	13	8	3		10	12	8
Publicações informativas de instituições.	14	7	16		12	5	10	9
Reluzente.	16	11	9		3	7	9	7
Panfleto publicitário.	15	5	16		17	8	12	1
Aquele que foi bem-sucedido em exame.	1	17	3		18	1	13	7
Difundir; espalhar.	17	3	7		1	2	1	3
De fácil relacionamento com as pessoas.	9	7	6		1	18	8	16
Jogadores de futebol que fazem a ligação entre defesa e ataque.	18	7	16		10	12	8	9

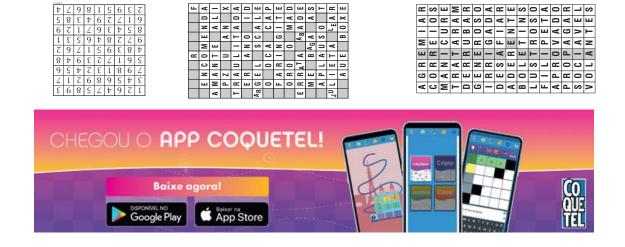
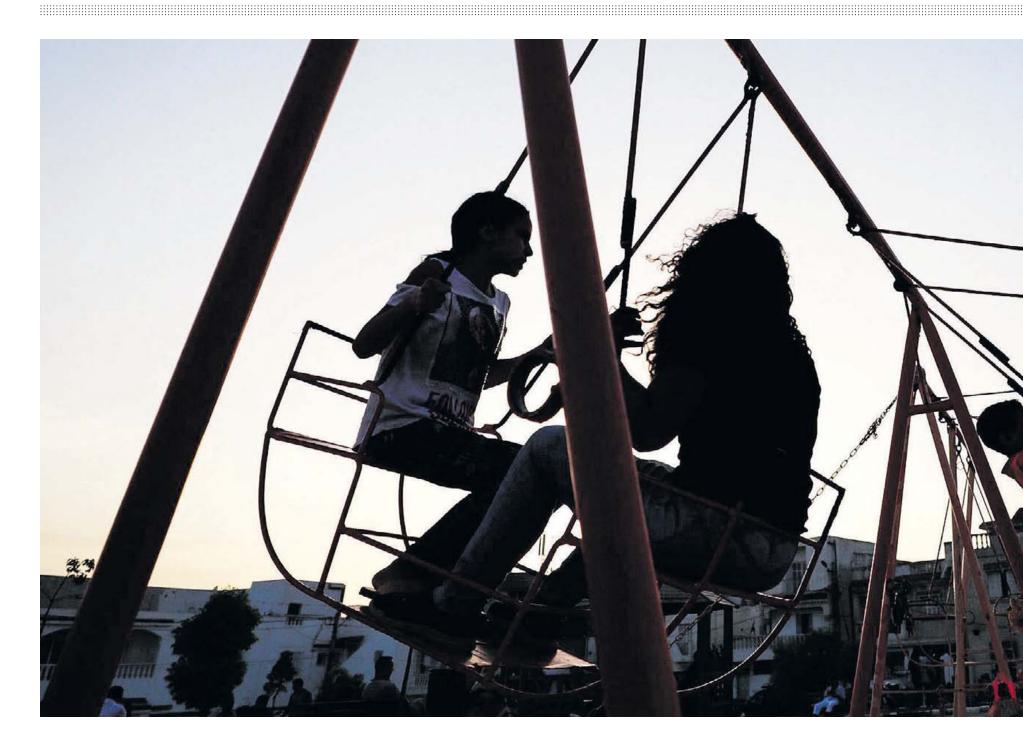
SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/3JUXRDj**

Nível Médio

	2		4		5		9	
3								7
		8				4		
5			7		3			8
9			8		6			1
		4				1		
6								5
	3		5		8		7	

SOLUÇÕES

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO –27/6/2021

Visão autoritária
Restrições à autonomia feminina durante a infância e adolescência aumentam em 22% a possibilidade de a morte ocorrer mais cedo

— *Pesquisadores exploraram relações parentais e longevidade*

Os riscos da superproteção paterna para as mulheres

LEON FERRARI

Mulheres que tiveram um pai considerado superprotetor, em uma relação marcada por restrições na autonomia durante a infância ou a adolescência, apresentam risco 22% maior de morrer mais cedo (antes dos 80 anos). A conclusão é de estudo publicado na revista científica *Scientific Reports*, da *Nature*. Entre os homens, esse risco é 12% maior.

Cientistas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da University College London (Reino Unido) analisaram uma amostra de 941 indivíduos (445 mulheres e 496 homens), que participaram do Estudo Longitudinal de Saúde da Inglaterra (Elsa) – painel em andamento que envolve uma amostra representativa de indivíduos com 50 anos ou mais residentes no país – e morreram entre 2006 e 2018.

As entrevistas de acompanhamento foram feitas a cada dois anos e os exames de saúde, a cada quatro. Entre outras questões, o participante respondeu sobre eventos adversos na infância ou adolescência. Embora a superproteção paterna tenha afetado mais negativamente a longevidade feminina, os pesquisadores destacam que são os homens os mais atingidos negativamente pelos eventos adversos nos primeiros anos de vida.

QUEM SÃO OS PAIS SUPERPROTETORES? Para definir quais eram as famílias superprotetoras, o Parental Bonding Instrument, um modelo de questionário composto por questões sobre percepção de proteção e cuidado dos pais recebidos na infância/adolescência, foi utilizado.

Os pacientes são indagados, por exemplo, se sentiam-se

AMMAR AWAD/REUTERS

O que acontece na infância e na adolescência tem reflexo no fim da vida dos pesquisados

acolhidos pelos genitores em momentos de incerteza, se sentiam ter autonomia para tarefas do dia a dia e se eram incentivados a tomar as próprias decisões.

Risco mensurável
Conviver com um pai mais presente (menos horas de trabalho por dia) diminuiu o risco de morte precoce em 42%

O pai superprotetor, segundo Aline Fernanda de Souza, pesquisadora da UFSCar e autora principal do artigo, é aquele que "não dá nenhuma autonomia para a criança ou adolescente". Ela advertiu, porém, que não se deve confundir autonomia com permissividade. "Quando falamos da autonomia é saber dosar de acordo com a faixa etária dessa criança."

As hipóteses para explicar essa influência negativa do pai superprotetor eles buscaram na psicologia, contou Aline ao **Estadão**. "O pai, por si só, já tem essa figura mais autoritária. É uma coisa cultural nossa. É uma figura mais distante quando comparado à mãe", afirmou.

"Essa figura mais autoritária pode vir a enfraquecer esse laço tanto com as filhas como com os filhos. O enfraquecimento desse laço pode vir a desencadear, no futuro, o que chamamos de hábitos não saudáveis. Essa pessoa está mais propensa a uma vida mais sedentária, ao tabagismo, ao etilismo (*consumo abusivo de álcool*), além também de vir a poder desenvolver repercussões psicológicas, que podem causar a mortalidade mais cedo", explicou.

"O que acontece na infância e na adolescência tem reflexo no fim da vida, sobre o quanto ela será longínqua", disse Tiago Silva Alexandre, professor de Gerontologia e coordenador da pesquisa. "Um investimento nas crianças é uma forma de garantir uma velhice melhor." O estudo teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

PAI E MÃE SOLO. Embora a superproteção parental tenha sido o único fator de risco para mortalidade precoce (antes dos 80) comum entre homens e mulheres, os pesquisadores também encontraram associações de outras questões de configuração e/ou relação familiar à morte precoce quando analisados cada gênero separadamente.

Para homens, ter vivido apenas com um dos pais aumentou o risco de morte antes dos 80 anos em 279%. De acordo com Alexandre, esse foi o fator de risco que mais reduziu a longevidade entre os homens, com uma associação "robusta" com a mortalidade precoce. Entre as mulheres, o fator não foi associado a maior risco de morte.

Os pesquisadores explicam que, para essa última descoberta, "a ausência de um dos pais implica maior dificuldade socioeconômica e menor suporte emocional durante a infância ou adolescência". E, diferentemente das mulheres, os homens "têm maior dificuldade em buscar apoio em situações adversas".

"A mulher está mais acostumada a ter uma rede de apoio maior, quando comparada ao homem. O que vimos é que, quando havia a falta de um dos membros, a mulher tem mais facilidade de buscar essa rede de apoio, seja numa prima, numa amiga, numa irmã, enquanto o homem é mais introvertido", explicou Aline.

> ***"O que vimos é que a mulher tem mais facilidade de buscar rede de apoio; o homem é introvertido"***
> **Aline de Souza**
> **Pesquisadora da UFSCar**

> ***"O que acontece na infância e na adolescência tem reflexo no fim da vida, sobre o quanto ela será longínqua"***
> **Tiago Silva Alexandre**
> **Coordenador da pesquisa**

Situação momentânea
Cientistas destacam que, se pesquisa semelhante for feita no futuro, resultado pode ser diferente

Entre as mulheres, conviver com um pai mais presente (que trabalha menos horas por dia) diminuiu o risco de morte precoce em 42%. Nesse mesmo ponto, ter mais cuidados da mãe reduziu esse risco em 14%. Sobre essa última descoberta, eles explicam que isso pode acontecer porque, no passado, as mulheres demoravam mais a sair de casa do que os homens, convivendo mais tempo, assim, com o cuidado materno.

RETRATO DE UM TEMPO. Considerando que a amostra é composta por adultos que tinham 50 anos no início dos anos de 2000, isso significa que, segundo com os pesquisadores, os participantes incluídos na análise nasceram nas décadas de 1950 e de 1960, e são, de certa forma, retrato de uma época. Os cientistas destacam que, caso pesquisa semelhante fosse feita com a geração atual no futuro, os resultados poderiam ser diferentes, mas não distantes do que aferiram.

Os pesquisadores apontam também que, assim como vários pontes fortes – a exemplo do uso de uma amostra nacional representativa –, a análise apresenta limitações.

As associações que encontraram, entre eventos adversos na infância ou adolescência e morte prematura, podem estar subestimadas, pois indivíduos que não responderam ao questionário de história de vida podem não o ter feito por problema de memória ou trauma que não quiseram mencionar. Também há influência, claro, de integrantes daquele grupo etários que morreram antes dos 50 anos. ●

'Esses filhos não entram em contato com a falta'

ENTREVISTA

Fernanda Kimie Mishima, professora do departamento de Psicologia da USP

Para além dos prejuízos físicos, o principal impacto da superproteção parental se dá no amadurecimento emocional da criança, afirma Fernanda Kimie Mishima, professora do departamento de Psicologia e coordenadora do Serviço de Triagem e Atendimento Infantil e Familiar da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP. "Esses filhos de pais superprotetores não entram em contato com a falta, e são essas questões limitantes que fazem a gente amadurecer emocionalmente."

Como a Psicologia enxerga e descreve a superproteção?
É como se os pais superprotetores evitassem falhas. Falhas deles, enquanto pais, mas também evitassem as dos filhos. É uma maneira de supernutrir, superentregar materiais, estar superpresente na vida desses filhos. Isso afeta diretamente no amadurecimento emocional, mais do que no impacto físico. É um impacto no amadurecimento emocional. Esses filhos de pais superprotetores não entram em contato com a falta, com a falha, com os nãos, com os limites, e são essas questões limitantes que fazem a gente amadurecer. O contato com o limite vai fazer você virar e pensar 'Opa, espera aí, eu também tenho de me cuidar, meus pais não estão aqui o tempo todo'.

Como os pais podem chegar ao meio-termo entre negligência e superproteção?
Não sei se há uma resposta tão clara para isso. Mas, principalmente, os pais serem cuidados e se sentirem cuidados, serem capazes de olhar pra si mesmos. Porque quando olham para si mesmos, eles se dão conta de que são capazes de oferecer algumas coisas e outras não. Ou seja, têm qualidades, habilidades, mas também têm defeitos e limites. Saber disso é libertador para eles e também para os filhos. E se permitir errar, porque todos nós somos seres humanos. Se a gente erra nas relações, erra no trabalho, erramos também quando estamos com os filhos. Sabendo disso, não persistir nesse erro e saber buscar ajuda. ●

Burt Bacharach 1928-2023

Morre, aos 94 anos, músico ganhador de três Oscars

Também dono de 8 Grammys, compositor criou sucessos como 'Alfie', 'Raindrops Keep Fallin' on My Head' e 'Walk on By'

HUYNH/AP – 9/7/1979

VINCE BUCCI/AFP – 24/5/2006

1. Compositor durante entrevista em Los Angeles em 1979

2. Com Dionne Warwick, sua intérprete favorita

OBITUÁRIO

BOB THOMAS
AP

Burt Bacharach, compositor talentoso, popular e vencedor do Oscar, que criou arranjos peculiares e melodias inesquecíveis, como *Walk on By*, *Do You Know the Way to San Jose* e dezenas de outros sucessos, morreu aos 94 anos. Ele estava em sua casa, em Los Angeles, e morreu de causas naturais, disse a publicitária Tina Brausam na quinta, 9.

Nos últimos 70 anos, apenas Lennon e McCartney, Carole King e alguns outros rivalizaram com seu gênio para canções instantaneamente cativantes. Ele teve uma série de sucessos que estiveram na lista dos 10 mais ouvidos desde a década de 1950 até o século 21, e sua música foi escutada em todos os lugares, desde trilhas sonoras de filmes e rádios até sistemas de som domésticos e iPods, seja *Alfie* e *I Say a Little Prayer* ou *I'll Never Fall in Love Again* e *This Guy's in Love with You*.

Dionne Warwick era sua intérprete favorita, mas Bacharach, geralmente com o letrista Hal David, também criou material de primeira para Aretha Franklin, Dusty Springfield, Tom Jones e muitos outros. Elvis Presley, Beatles e Frank Sinatra estavam entre os muitos artistas que fizeram covers de suas canções. Também artistas mais recentes cantaram ou samplearam suas criações, incluindo White Stripes, Twista e Ashanti. *Walk on By* sozinha foi tocada por todos, de Warwick e Isaac Hayes à banda punk britânica Stranglers e Cyndi Lauper.

Bacharach, que cresceu ouvindo jazz e música clássica, foi um inovador e sua carreira correu paralelamente à era do rock. "Um resumo de sua obra é que suas canções têm algo a ver com audição fácil", contou Elvis Costello, que escreveu o álbum *Painted from Memory*, de 1998, com Bacharach, em 2018. "Pode ser agradável ouvir essas músicas, mas não há nada de fácil nelas. Tente tocar. Tente cantar."

Ele triunfou em muitas formas de arte: levou oito vezes o Grammy, foi premiado como compositor na Broadway por *Promises, Promises* e venceu o Oscar três vezes. Bacharach recebeu duas estatuetas em 1970, pela trilha de *Butch Cassidy e Sundance Kid* e pela canção *Raindrops Keep Fallin' on My Head* (compartilhada com David). Em 1982, ele e sua então esposa, a letrista Carole Bayer Sager, ganharam o Oscar por *Best That You Can Do*, o tema de *Arthur, o Milionário Sedutor*. Ele também criou a trilha de filmes como *Que É Que Há, Gatinha?*, *Como Conquistar as Mulheres* e *Casino Royale*, paródia de filmes de James Bond.

Rap
No século 21, ele ainda testava novos caminhos, como gravar com o rapper Dr. Dre

Bacharach foi bem recompensado e bem relacionado. Era convidado frequente na Casa Branca, fosse o presidente republicano ou democrata. E, em 2012, recebeu o Prêmio Gershwin de Barack Obama, que cantou alguns segundos de *Walk on By* durante uma aparição de campanha.

ROMANCES. Na vida e na música, ele se destacou. O também compositor Sammy Cahn gostava de brincar que o sorridente Bacharach, de cabelos ondulados, foi o primeiro criador que ele conheceu que não parecia um dentista. Ele era um "swinger", como chamavam esses homens em sua época, cujos muitos romances incluíam a atriz Angie Dickinson, com quem foi casado de 1965 a 1980, e Sager, sua mulher de 1982 a 1991.

No século 21, ele ainda estava testando novos caminhos, escrevendo suas próprias letras e gravando com o rapper Dr. Dre.

"A música amolece o coração, faz você sentir algo se for bom, traz emoções que pode não ter sentido antes", disse Bacharach à AP em 2018. "É uma coisa muito poderosa se você for capaz de fazer isso, se tem em seu coração o talento de fazer algo assim." ●